

MARILENE ZAZULA BEATRIZ

**OS SENTIDOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: OS CAMINHOS DA
CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA COLETIVA E ORGANIZATIVA**

DOUTORADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
São Paulo
2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

MARILENE ZAZULA BEATRIZ

**OS SENTIDOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: OS CAMINHOS DA
CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA COLETIVA E ORGANIZATIVA**

**Tese apresentada à Banca Examinadora
da Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo, como exigência parcial para
obtenção do título de Doutora em
Psicologia Social, sob a orientação do
Professor Doutor Peter Kevin Spink.**

**PUC
SÃO PAULO**

2007

BANCA EXAMINADORA

.....

.....

.....

.....

.....

São Paulo,.....de..... de 2007.

DEDICATÓRIA

“É isso que eu quero: comprar iogurte e fruta na fruteira!” (depoimento de uma mulher, relatada em uma apresentação de pesquisa no Enanpad, setembro de 2004, Curitiba).

À Edgard e Giovana

AGRADECIMENTOS

A autora agradece às seguintes pessoas e instituições que tornaram este trabalho uma realidade:

Ao Prof. Peter Spink, pela sua genialidade e generosidade que compartilham o mesmo espaço, meu muito obrigada!

As minhas queridas mulheres da comunidade Monte Moriá, com as quais tenho aprendido e que se tornaram por acaso minhas entrevistadas, mas que no fundo se tornaram minhas amigas!

A pastora Vera, ao pastor Celso e sua esposa Andréa que sempre me receberam muito bem na Comunidade e me deram todo o apoio necessário para o desempenho das atividades e dos estudos desta tese.

Aos auxiliares de pesquisa: Plantina, Edgar, Lucilene e Lídia que me ajudaram na transcrição das entrevistas;

Aos Professores do Curso de Psicologia da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP) que acompanharam o meu trabalho, especialmente aos professores Raphael, Sonia, Claudia Cobalchini, Eduíno: obrigado pelo carinho e pela atenção dispensada nos momentos de maior angústia;

À professora Denise Heller pela sua amizade, amor e dedicação nos momentos mais dolorosos;

Ao Professor Odair Sass que sempre me apoiou e me incentivou durante meu doutorado;

A meu grupo de estudo sobre Economia Solidária da UTP: além de aprender com eles, estreitamos amizade – Plantina, Lucilene e Edgar;

A Vera do Instituto Pé na Vila, pela abertura para chegar na Comunidade, pelo apoio para continuar pesquisando e pelas discussões que muito enriqueceram a tese;

Ao pessoal do CEFÚRIA – Lourdes, Ana, Antonio e Gisele - pelas aulas sobre Economia Solidária, pelas discussões e debates sempre muito proveitosos;

Ao pessoal do Pró-Forum de Economia Solidária da Região Metropolitana de Curitiba pelos inúmeros debates e esclarecimentos sobre Economia Solidária;

Pelo constante apoio e incentivo do Prof. Pedro Steiner para com o meu doutorado;

Aos meus amigos do Grupo de Análise Transacional e da SBDG que me apoiaram numa das horas mais difíceis de minha vida;

Aos meus alunos e estagiários, sempre dispostos a me ouvir e a discutir a Economia Solidária;

Aos colegas do Núcleo de Organizações e Ação Social: Jesus, Agnaldo, Álvaro, Alexandre, Neiza, Tânia, Mônica e Carla pelo apoio e aconchego;

As colegas do Doutorado da PUC-SP: Juliana e Branca;

À Marlene que, do seu jeito, sempre me apoiou administrativamente nas horas em que mais precisei;

À Coordenação do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da PUC-SP;

À Universidade Tuiuti do Paraná;

A minha querida amiga Silvana Hastreiter;

À maninha, Margarete;

Ao maridão, Lineu: companheiro de todas as horas!

Aos meus amores: Nicole e Lucas;

À família Beatriz pela torcida!

À Santa Regina por cuidar dos meus filhos na minha ausência!

Agradecimento especial a **Deus** que tudo causou por amor.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS.....	ix
LISTA DE SIGLAS.....	x
Introdução.....	14
1. AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO.....	28
<i>O Desemprego na Economia Capitalista e o Trabalho na Economia Popular.....</i>	<i>30</i>
2. O CAMPO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA – IDÉIAS EM CIRCULAÇÃO.....	38
<i>Empreendimentos Solidários.....</i>	<i>48</i>
<i>Um Retrato da Economia Solidária no Paraná.....</i>	<i>51</i>
3. O MOVIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E O CONSTRUCIONISMO.....	56
Aproximação do Movimento de Economia Solidária.....	59
A. <i>Projeto de Ação Social Vivendo e Aprendendo da Comunidade Monte Moriá.....</i>	<i>60</i>
B. <i>As Mulheres Integrantes do Grupo de Trabalho Informal do Projeto Vivendo e Aprendendo.....</i>	<i>63</i>
C. <i>I Conferência Nacional de Economia Solidária.....</i>	<i>68</i>
D. <i>I Conferência Regional de Economia Solidária da Região Metropolitana de Curitiba e do Litoral do Estado do Paraná.....</i>	<i>69</i>
E. <i>I Conferência Estadual de Economia Solidária.....</i>	<i>70</i>
Estratégias e Procedimentos na Pesquisa.....	72
<i>Limites e Alcances do Campo-Tema.....</i>	<i>78</i>
4. COOPERAÇÃO, TRABALHO E SOLIDARIEDADE ECONÔMICA: Sentidos em Circulação no Grupo de Mulheres Integrantes do Projeto de Ação Social Vivendo e Aprendendo.....	81
<i>Trabalhar Juntos.....</i>	<i>81</i>
<i>Causa Comum Vale Muito Mais do que Objetivo Comum.....</i>	<i>86</i>
<i>Produtividade, mas com Afetividade.....</i>	<i>87</i>
<i>Visão do Processo de Trabalho e da Cadeia Produtiva.....</i>	<i>92</i>
<i>Separação de Dinheiro ou Distribuição de Renda.....</i>	<i>96</i>

<i>Autonomia Coletiva – Os Percalços entre a Heterogestão e a Autogestão.....</i>	<i>98</i>
5. A ECONOMIA SOLIDÁRIA ENQUANTO CAMPO DE IDÉIAS E PROPOSTAS: Os Sentidos presentes no Documento Base da I Conferência Nacional de Economia Solidária.....	106
<i>Análise do Documento Base da I Conferência Nacional de Economia Solidária.....</i>	<i>106</i>
<i>Eixo Temático I</i>	
<i>A. Fundamentos da Economia Solidária.....</i>	<i>112</i>
<i>B. A Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento....</i>	<i>116</i>
<i>Eixo Temático II</i>	
<i>A. O balanço do acúmulo da Economia Solidária e das políticas públicas implementadas</i>	<i>119</i>
6. Comparação dos Sentidos da Economia Solidária Presentes no Documento Base da I Conferência Nacional com os Sentidos Coletivos Encontrados no Grupo de Trabalho Informal.....	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
REFERÊNCIAS.....	138
ANEXOS.....	143
Anexo 1 – Documento Base da I Conferência Nacional de Economia Solidária.....	144
Anexo 2- Roteiro de Entrevista Semi-estruturado	155
Anexo 3 - Consentimento Informado, Livre e Esclarecido.....	156
Anexo 4 – Processo de produção de bolsa de palha de taboa	157

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Principais Diferenças entre a Empresa com Modo de Produção Capitalista e a da Economia Solidária

QUADRO 2 - Relação dos Relatórios e Atas

LISTA DE SIGLAS

ADS - Agência de Desenvolvimento Solidário

ANTEAG - Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária

CÁRITAS - Entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CEBS - Comunidades Eclesiais de Base

CECOMA - Centro Comunitário de Manutenção

CECOPAM - Centro de Proteção Alimentar Padre Miguel

CEFURIA - Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo

CGE - Coordenadoria de Geração de Emprego e Renda

CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CONAES - Conferência Nacional de Economia Solidária

CUT - Central Única dos Trabalhadores,

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos

FUNDAÇÃO UNITRABALHO - A rede reúne mais de 80 universidades e presta serviços ao movimento operário

DRT - Delegacia Regional do Trabalho

ES – Economia Solidária

FAS - Fundação de Ação Social

FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

FAT - Fundo de Amparo do Trabalhador

FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária

FPES - Fórum Paranaense de Economia Solidária

FSM - Fórum Social Mundial

GTBrasil - Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IFIL - Instituto de Filosofia da Libertação

MST - Movimento dos Sem Terra

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

ONGs – Organizações Não Governamentais

OSCIPS - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

PACs – Projetos Alternativos Comunitários.

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SETP – Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social

SETP-PR - Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social do Estado do Paraná

SIES - Sistema de Informações em Economia Solidária

XAPINHAL - Região do Boqueirão, Xaxim e Pinheirinho, 3 bairros localizados na região sul de Curitiba

RESUMO

Zazula, M. (2007) Os Sentidos da Economia Solidária: Os Caminhos da Construção da Autonomia Coletiva e Organizativa. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

O presente estudo teve como objetivo comparar os sentidos sobre Economia Solidária presentes no Documento Base da I Conferência Nacional de Economia Solidária e os sentidos que estão em uso nos espaços de trabalho, de um grupo de trabalho informal constituído por mulheres da Comunidade Monte Moriá, para investigar as coerências e incoerências entre o que é discutido institucionalmente e o que é vivenciado no cotidiano das pessoas. Busca-se referenciar este campo com a perspectiva teórica do construcionismo social, usando referências da Economia Solidária de Singer (2006; 2004; 2000; 1999), Mance, (2003), Arruda (2006), Tiriba (2004), Souza (2006), bem como das práticas discursivas e produção de sentidos (Spink, M. J., 2000), na Psicologia Social. Os métodos que caracterizam esta pesquisa são o estudo de caso de um grupo de trabalho informal, entrevistas em profundidade realizadas com integrantes do grupo; além da observação participante em relação ao seu progresso durante um ano e meio e a análise do Documento Base que subsidiou a realização da I Conferência Nacional de Economia Solidária. O estudo permitiu concluir que se faz necessário maior aproximação do movimento da Economia Solidária institucionalizado com os atores sociais para torná-lo legítimo no cotidiano das pessoas e grupos da sociedade como um todo.

Palavras-Chave: Psicologia Social, Economia Solidária, Empreendimentos Solidários, Grupo de Trabalho Informal, Sentidos, Mundo do Trabalho.

ABSTRACT

Zazula, M. (2007) *The Senses of Solidary Economics: Ways to Build a Collective and Organized Autonomy*. Doctorate Thesis. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

This study has aimed at comparing the senses of Solidary Economics, which is contained in the Base Document of the I National Conference on Solidary Economics, to the sense being applied to the work spaces of an informal work team made up of women from the Moria community and in order to investigate the coherence and incoherence between what is institutionally discussed and what is actually experienced in the day-to-day of people. This field of study endeavors to find support in the theoretical perspective of the social constructionism by using references such as Singer's Solidary Economics (2006; 2004; 2000; 1999), Mance, (2003), Arruda (2006), Tiriba (2004), Souza (2006), as well as the discursive practices and senses production (Spink, M. J., 2000), in the Social Psychology. The methods which characterize this research are the case study of an informal team work, in depth interviews made with the members of said team, the participative observation of its progress during a year and a half and the analysis of the Base Document, which subsidized the I National Conference on Solidary Economics. This study has enabled us to conclude that closer ties, between the Solidary Economics movement and the social players, are needed in order to legitimize this movement into the day-to-day of people and society groups as a whole.

Key words: Social Psychology, Solidary Economics, Solidary Undertakings, Informal Work Teams, Senses, Labor World.

INTRODUÇÃO

“Para mim o que acho é que eu devo passar o que sei, mas também aprender com o outro também porque eu não sei tudo, o outro não sabe tudo, mas todos nós juntos podemos saber mais”
(participante do Curso História Social do Trabalho – Escola de formação básica multiplicadora da Economia Popular solidária, dia 06/03/2006)

A presente tese origina-se de inquietações, reflexões e dúvidas desta pesquisadora, emergidas na metade da década de 80 quando ainda cursando graduação em Psicologia. Durante a década de 90, houve um silenciar destas mesmas inquietações, aparentemente respondidas pelo envolvimento em atividades profissionais ligadas a psicologia do trabalho em ambientes organizacionais, por vezes públicos, por vezes privados. Nestes ambientes, foi inevitável o interesse em perceber, analisar e estudar os grupos que construía determinadas realidades sociais. Homens e mulheres, de várias idades e etnias, misturando-se em meio a atividades de trabalho, buscando atendimento de objetivos e interesses organizacionais. Neste contexto, as indagações e inquietações quanto às contradições do modo de produção capitalista, subtraíram-se e calaram-se. O envolvimento nos estudos organizacionais mostrou-se improdutivo em relação à construção de uma crítica social.

Durante a década de 90 e início do novo século, as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, o avanço da tecnologia, a globalização, o mercado [sociedade] de consumo por um lado e do outro a crescente exclusão destes mesmos homens e mulheres do mercado de trabalho com carteira assinada, o agravamento das questões sociais como: aumento da pobreza e misérias humanas, aumento da violência e da criminalidade, bem como a falta de estrutura da sociedade brasileira para o atendimento dos direitos básicos de cada cidadão fizeram reacender as inquietações iniciais. Mais do que isso, durante a construção desta tese descobri que vivi anos de minha vida submetendo-me ao modo de produção capitalista, por medo de ser excluída. Tornar-me consciente deste processo e ao mesmo tempo precisar sobreviver neste mundo. Como interagir, como integrar interesses e como mudar um sistema hegemônico? Eram várias perguntas que não calavam e aumentavam consideravelmente minha angústia.

Neste sentido, ao realizar as reflexões a que normalmente nos remetem uma tese de doutorado, lembrei-me de uma frase proferida por um Professor de Psicologia Social do meu curso de graduação de Psicologia: “Percebam que os homens que constroem edifícios maravilhosos são os mesmos que não têm uma moradia própria e de qualidade”. Tal frase, ao mesmo tempo em que soou estranha, calou-me profundamente. Eu ainda não tinha me dado conta disto! Era como um dado da realidade tão consolidado entre nós que não caberia uma observação como esta: construir casas próprias.

Desde pequena percebi que “ser adulto” não era coisa fácil. Via minha mãe passar horas a fio, dia e noite, atrás de sua máquina de costura, correndo contra o tempo para entregar encomendas. Dificilmente a via descansando ou sorrindo, apenas trabalhando. O trabalho era um tema central no nosso pequeno grupo familiar e, costumeiro, era também ouvir as seguintes frases: “*Não podemos esperar dos outros, temos que trabalhar e contar com a gente mesmo!*”. “*Quem não trabalha é preguiçoso, não tem vontade de crescer e de economizar para o dia de amanhã. Quem poupa tem, assegura suas necessidades, sem esbanjar!*”. “*Só não trabalha quem não quer!*”. “*Cada um por si e Deus por todos!*”. E assim, a vida foi sempre permeada de carência e muito trabalho. Quando via pessoas esmolando (com exceção de idosos e crianças) logo me vinha à cabeça: “*têm preguiça de trabalhar...*”. Isto ficou impregnado em mim e em várias pessoas que conviveram naquele ambiente. Então, cresci acreditando que o meu sucesso ou fracasso em termos profissionais, caberia somente a mim.

É interessante observar que ouvimos muitas “explicações” sobre os motivos pelos quais as pessoas estariam desempregadas: analistas comentam que o desemprego é um processo mundial e que tem a ver com o modo de produção capitalista que prevê um contingente de pessoas a margem do processo produtivo, agora agravado pela revolução tecnológica e pela falta de crescimento econômico em níveis adequados dos países nas últimas décadas do século XX. Além da internacionalização da economia, com um acirramento da competição entre as nações e com um aprofundamento da concentração do capital em torno de instituições financeiras. Outros, no senso comum do cotidiano, alegam que o desemprego está ligado à falta de disponibilidade individual de querer trabalhar, buscar qualificação, ou seja, deve ser de responsabilidade do indivíduo a sua inserção no mercado de trabalho. É claro que encontramos muitos que não demonstram interesse legítimo em buscar formas para sua inserção, mas aliar as explicações do fenômeno do desemprego estrutural somente a estas atitudes individuais, torna-se uma explicação bastante simplista para um problema tão complexo. A questão que se levanta é onde começa este processo?

O que motivou o início e o rumo da presente pesquisa foi a seguinte pergunta: o que a sociedade está fazendo para dar conta da falta de emprego? Esta pergunta baseou a trilhar o caminho da construção desta pesquisa.

O início deste processo obviamente não é de hoje, mas para o objetivo deste estudo faremos um “corte” na história, começando a observar as transformações no mundo do trabalho a partir de 1980, devido a rapidez e a intensidade com que ocorreram no mundo. No Brasil a partir de 1990, com a abertura do mercado para empresas multinacionais, abre as portas para a era da globalização. A revolução tecnológica, o aumento da competitividade global, a disputa acirrada pelo mercado, fez com que inúmeras organizações repensassem sua forma de funcionar e de gerir custos. A nova ordem passou a ser produzir mais com menos custos.

A busca incessante do lucro, as privatizações, o desmonte das leis e regras sociais que “afastam” investimentos e a abertura das economias às transnacionais eram vistas como sinais de modernidade em sociedades que aceitassem ser comandadas pelas forças do mercado (CIRANDA, 2006). Além disso, a crescente e constante precarização do trabalho, a terceirização, as maiores exigências de perfil profissional, tornou o trabalho assalariado um problema social, pois os trabalhadores e as trabalhadoras foram diretamente atingidos/as, com a demissão em massa de milhares deles.

Com o desemprego estrutural, a quantidade de demissões alcançou números sempre mais elevados do que as contratações. Comparando-se 34 milhões de pessoas economicamente ocupadas, com os 121 milhões em idade ativa – entre 15 a 64 anos, dos quais 93 milhões são considerados como a população economicamente ativa, está se falando de milhares de pessoas em idade de trabalho e que não exercem atividade econômica remunerada.

Outros fatores também relevantes para a manutenção destes elevados números do desemprego estão relacionados ao problema da dimensão circulação do ciclo de reprodução trazendo entraves para um favorável desenvolvimento local como a questão dos atravessadores comerciais e financeiros; da falta de acesso à tecnologia, a informação e a comunicação; da falta de revitalização institucional dos órgãos do Estado; de uma educação e capacitação pouco voltada para os reais problemas do cotidiano das pessoas, municípios e estados; da baixa valorização da sustentabilidade ambiental e da questão do trabalho, emprego e renda propriamente dita (Instituto Cidadania, 2006).

Como se vive em uma sociedade de consumo e de baixo nível de reflexão e de crítica, muitas pessoas acreditam que a sociedade capitalista é a única e a verdadeira forma de ser da

sociedade. Dowbor (2005) comenta que: “Encontramos nesta posição muita gente simplesmente inconsciente e ignorante da dimensão do drama que se avoluma, e que vira as costas para a explosão da criminalidade, o aumento do desemprego, a desorientação dramática da juventude, a fome, a corrupção política e empresarial, a perda generalizada de valores”. Ainda conforme Dowbor (2005):

“...encontramos também nesta zona de indiferença pessoas profundamente imbuídas de simplificações ideológicas, que defendem absurdos crescentes como fazendo parte de uma lógica inevitável - liberais seria mais correto do que liberais - e nos levam na realidade a um extremismo que assusta: são os que explicam que a miséria é triste, mas inevitável, e que ajudar os dois terços de excluídos da nossa sociedade constitui "paternalismo", que a explosão de violência que está tornando as nossas vidas cada dia mais impossível se deve aos "maus elementos". Seria preciso construir mais cadeias, reduzir a idade de responsabilidade criminal, construir mais viadutos para os carros, mais piscinões para segurar a água de chuva, mais hospitais para enfrentar a doença e assim por diante. Patéticos construtores de muletas sociais, que se recusam a ver a evidência: o sistema é estruturalmente falho.”

O capitalismo como forma de organização de produção é um bom produtor de riquezas, mas não distribuidor de renda. É um sistema injusto que coloca o ser humano numa posição de explorador *versus* explorado, e as pessoas cada vez mais se submetem a ele, sem criticar ou olhar com cautela o que está acontecendo, amortecidos pela idéia de que o sistema de produção capitalista é ainda o melhor. Mas, melhor para quem?

Durante as leituras pude facilmente levantar que os milhares de trabalhadores e trabalhadoras excluídos do mercado formal de trabalho, tiveram que trabalhar, ou melhor, ganhar a vida, em várias atividades econômicas ditas informais, como: comércio ambulante, coleta e reciclagem de lixo, pequenos serviços domésticos, micronegócios familiares, hortas comunitárias, drogas, prostituição (TIRIBA, 1997), quase chegando a pequenas transgressões e delitos.

Sabia que tal informalidade não seria suficiente nem para abarcar todas as pessoas desempregadas em idade economicamente ativa e nem para resolver a questão da falta de emprego. Então, na continuidade dos estudos e leituras, constatei a existência de movimentos da sociedade em prol da denúncia e da busca de soluções para os seus problemas sociais. Ainda que de maneira “subterrânea”, sem real espaço na mídia dominante, ouve-se vozes por meio de eventos que se organizam nas mais variadas regiões do país e do mundo como fóruns, encontros, reuniões, clubes de trocas, entre outros. Pessoas e grupos dispostos a lutar por uma ou várias causas consideradas justas, unem-se, debatem, analisam, propõem soluções, ao mesmo tempo, em que agem buscando uma sociedade igualitária e justa. Neste sentido, cheguei ao que chamaríamos a um “mundo novo” acontecendo por “debaixo” da economia vigente. O mundo dos empreendimentos solidários que varia: desde grupos informais até

cooperativas e associações, de pequenos empreendimentos até a idéia de se criar uma rede de empreendimentos solidários seguindo a cadeia produtiva. Este mundo novo é onde acontece outra economia baseada em valores como a solidariedade, a cooperação, a distribuição de renda, a autogestão. Esta outra economia é também denominada de Economia Solidária que se baseia numa sociedade com cidadãos ativos, conscientes e organizados sob várias formas cooperativas e associativas de produzir, trocar, comercializar, consumir e financiar, baseada em valores supramencionados em detrimento de valores do modo de produção capitalista como: individualismo, competitividade, concentração de renda, hierarquia. Apesar de percebermos que há pouco questionamento ainda sobre o atual sistema de produção, a situação do desemprego em si parece estar abrindo espaço para a sociedade planejar seu próprio desenvolvimento.

A Economia Solidária no Brasil está tomando um vulto cada vez maior. Dados levantados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (período entre 2004 e 2006) sugerem que existem no país 14.956 empreendimentos considerados solidários, onde cerca de 1,25 milhão de trabalhadores estão reunidos em cooperativas (11%), associações (54%), grupos informais (33%) entre outros empreendimentos solidários e que fazem circular R\$ 500 milhões por mês. Obviamente o número de empreendimentos levantados é uma estimativa da realidade brasileira devido ao próprio processo dinâmico da criação e da manutenção de um empreendimento solidário, podendo ocorrer a cada dia novos empreendimentos e também devido a probabilidade deste levantamento do governo não ter captado todos os tipos de empreendimentos, pois muitos grupos não necessariamente se percebem como tal e, portanto, não se tornaram captáveis durante o processo de pesquisa.

No entanto, apesar do movimento da Economia Solidária no Brasil e na América Latina estar sendo fortemente expandido no atual momento histórico, e logo passaremos a discutir sobre este fato, vale adiantar que processos como esse já vem ocorrendo desde o final do século XVIII com os experimentos de Robert Owen (1770-1858) com as aldeias cooperativas as quais tentaram enfrentar a precariedade social que a revolução industrial imprimira na sociedade européia. Os movimentos cooperativistas e associativistas na Europa foram liderados por pensadores como Marcel Mauss, Saint-Simon, Fourier e Proudhon. Tais pensadores preocupavam-se com problemas sociais que poderiam ser gerados pela economia de mercado. Já Proudhon (1809-1865), concebeu o que hoje chamamos de Banco Popular e os Clubes de Troca.

O fracasso destas experiências que sugerem inquietação e indignação desses personagens face à realidade que presenciavam não foi devido a intencionalidade, mas a falta de compreensão do caráter dinâmico da história do homem e também de perceber que algumas destas experiências, como as de Proudhon foram de cunho apenas reformista, no sentido de que seus projetos seriam uma tentativa de tornar o sistema mais justo e não de superá-lo, com a eliminação da propriedade, por exemplo, apenas redistribuindo a renda (BERTUCCI, 2005). O fracasso não impediu que “[...] ao longo do tempo, variados movimentos socialistas, comunistas, anarquistas, alguns religiosos e outros não, iniciassem experiências comunitárias coletivas em muitos países. Uma das tentativas que logrou mais êxito, inclusive econômico, tendo atravessado todo século XX, foi o dos assentamentos coletivos judaicos na antiga Palestina e atual Israel” (SINGER, 1998, p. 93). Em 1844, surge o cooperativismo na Grã-Bretanha, com a fundação de uma sociedade cooperativa denominada de Pioneiros Equitativos de Rochdale¹. Eles criaram regras de funcionamento com o objetivo de evitar incidir nas mesmas fragilidades de inúmeros experimentos anteriores. As regras foram: a sociedade seria governada democraticamente, com cada sócio tendo um voto, ou seja os sócios passam a ter o mesmo poder de decisão; a sociedade seria aberta a qualquer pessoa que quisesse se associar desde que integrasse uma quota mínima e igual para todos de capital; a divisão do excedente seria repartido segundo critérios do grupo e distribuídos entre os sócios conforme valor de suas compras dos serviços da sociedade; a sociedade só venderia a vista e apenas produtos puros e de boa qualidade; os sócios deveriam ser educados nos princípios do cooperativismo e a sociedade seria neutra política e religiosamente. “A cooperativa de Rochdale mostrou excepcional capacidade de adaptação às oportunidades e riscos da economia de mercado, sem abrir mão dos princípios socialistas na organização de atividades econômicas” (SINGER, 1998, p. 106) tornando-se um modelo para todos os outros países.

A partir destas experiências constata-se que apesar da revolução social capitalista ter ocorrido e se tornado hegemônica, a revolução social socialista também ocorreu à medida que ela foi resultante de “[...] lutas reativas do movimento operário e aliados contra os prejuízos econômicos acarretados pela dinâmica cega da acumulação [...] como por exemplo, a legalização dos sindicatos, a *regulamentação das cooperativas*, a instituição de uma previdência pública até a conquista do sufrágio universal” (*grifo nosso*, Singer, 1998, p. 20).

¹ Em 21 de dezembro de 1844 no bairro de Rochdale, em Manchester (Inglaterra), 27 tecelões e uma tecelã fundaram a Sociedade com o resultado da economia mensal de uma libra de cada participante durante um ano. Tinha por objetivos: fundar um armazém para abastecer os sócios, construir casas para os mesmos, manufaturar artigos para dar ocupação a sócios desempregados ou com salários reduzidos, comprar ou arrendar terras com a mesma finalidade e criar uma comunidade auto-sustentada pelo trabalho de seus membros. (SINGER, 1998, p. 100).

O movimento cooperativista no Brasil foi iniciado por volta de 1847, quando o médico francês Jean Maurice Faivre, adepto das idéias de Fourier, fundou, com um grupo de europeus, a colônia Tereza Cristina (Paraná). Essa organização, apesar de sua breve existência, contribuiu como elemento formador do florescente cooperativismo brasileiro.

No atual momento, Paul Singer, Secretário Nacional de Economia Solidária do governo Federal, arrisca a dizer que o Brasil é atualmente o palco do maior surto de Economia Solidária devido a forte massa de pessoas, em idade economicamente ativa, estarem sobrevivendo do trabalho à margem do setor capitalista hegemônico. “Aquilo que era para ser absorvido pelo capitalismo, passa a ser tão grande que representa um desafio que só pode ser superado por um movimento que conjugue todas essas formas e que desenvolva um projeto alternativo de Economia Solidária” (Termo Técnico de Referência, 2004, p. 14). O que se constata no Brasil é que:

“Muitas comunidades indígenas e remanescentes de quilombos, praticam variedades tradicionais de Economia Solidária. Comunidades do semi-árido nordestino se unem solidariamente para processar o sisal e aperfeiçoar a criação de caprinos e aproveitamento de seus derivados. Na Amazônia, o extrativismo que preserva a floresta, e a defende da exploração predatória, assume formas cooperativas. Fazem o mesmo, os artesãos e as artesãs de norte a sul, pescadores, garimpeiros, recicladores de resíduos, agricultores familiares, pequenos comerciantes, feirantes, etc.” (Singer, 2004, p. 2).

Neste sentido, no âmbito do governo federal, criou-se a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, para desenvolver um Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES) com o objetivo de mapear os empreendimentos solidários existentes no Brasil e também de ser uma forma de reconhecer e de fortalecer experiências de geração de trabalho e renda, sob a ótica da Economia Solidária. Para tanto, define como empreendimento de Economia Solidária a organização que possua as seguintes características: a) organizações coletivas suprafamiliares (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, etc); b) os trabalhadores são pessoas que exercem autogestão; c) são organizações permanentes, isto é, não são práticas eventuais; d) podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo à vida real ou regular da organização; e) são organizações que realizam atividades econômicas: produção, serviços, créditos, comercialização e consumo solidário; f) são organizações singulares ou complexas. A Secretaria tem como missão fortalecer experiências de autogestão como resposta ao desemprego, fortalecendo as potencialidades emancipatórias da Economia Solidária e tornando-se referência de política pública implementada com participação social.

Os movimentos sociais em torno da proteção e do fortalecimento das iniciativas econômicas populares ganharam força com a criação do Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GTBrasil), em 2001, para articular e mediar a participação nacional e das redes internacionais da Economia Solidária no I Fórum Social Mundial (FSM), realizado em Porto Alegre, com o objetivo de que a Economia Solidária fosse realmente tratada com relevância pelos seus organizadores nacionais e internacionais. Foram também encaminhadas ações para a realização da I Plenária Nacional de Economia Solidária em 2002, em São Paulo.

O Grupo de Trabalho Brasileiro é constituído pelas:

- Cáritas: Entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB – que financiou milhares de pequenos projetos denominados PACs – Projetos Alternativos Comunitários. Uma boa parte dos PACs destinava-se a gerar trabalho e renda de forma associada para moradores das periferias pobres de nossas metrópoles e da zona rural do Brasil. Uma boa parte dos PACs acabou se transformando em unidades de Economia Solidária;
- ANTEAG - Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária, que tem como objetivo o fomento e o apoio à transformação de empresas em crise ou falidas em cooperativas de seus trabalhadores de forma autogestionária;
- FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - foi fundada em 1961. É uma organização não governamental, sem fins lucrativos. Desde suas origens, esteve comprometida com o trabalho de organização e desenvolvimento local, comunitário e associativo;
- Agência Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores (ADS/CUT) foi criada em 1999 em parceria com a Unitrabalho e o DIEESE, com o objetivo de difundir conhecimentos sobre Economia Solidária entre lideranças sindicais e militantes de entidades de fomento da Economia Solidária, por meio de cursos pós-graduados em várias universidades; Surgiu a partir do fato que na região do ABC paulista, milhares de trabalhadores assistiram seus postos de trabalhos serem fechados pela reestruturação produtiva;
- Fundação UNITRABALHO que desde 1997 desenvolve um programa de estudos e pesquisas sobre Economia Solidária. A rede reúne mais de 80 universidades e presta serviços ao movimento operário;

- Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. Representa uma importante vertente de extensão das Universidades Brasileiras. Surgem como projetos, programas ou órgãos das Universidades com a finalidade de dar suporte à formação e ao desenvolvimento de cooperativas populares. A rede foi iniciada em 1998, e surge para vincular de forma interativa e dinâmica as incubadoras, favorecendo a transferência de tecnologias e conhecimentos.
- IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, criado em 1981, é uma instituição de utilidade pública federal, sem fins lucrativos, sem vinculação religiosa e a partido político. Sua missão é a construção da democracia, combatendo desigualdades e estimulando a participação cidadã.

O GT Brasileiro constituiu-se por organizações e redes de uma diversidade de práticas e segmentos da Economia Solidária: campo, cidade, práticas diminutas, práticas complexas, igreja, bases populares, bases sindicais, universidades, movimentos sociais populares, práticas governamentais, práticas de apoio ao crédito, práticas de redes de informação, vínculos às bases nacionais, vínculos às redes internacionais e tem como definição de Economia Solidária “[...] o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida”².

O grupo de Trabalho possui como princípios gerais: a valorização social do trabalho humano; a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica; o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade; a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza, e os valores da cooperação e da solidariedade.

Em 2003, na III Plenária Brasileira de Economia Solidária, foi criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), sendo um lugar de articulação, debates, elaboração de estratégias e mobilização do movimento de Economia Solidária no Brasil (MANCCE, 2006). Um organismo que se constitui na associação de diversas entidades de apoio e de fomento, gestores públicos e empreendimentos inseridos no mundo da Economia Solidária e que constituiu o Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária, supramencionada.

² (www.fbes.org.br)

A criação da Rede de Gestores de Políticas de Economia Solidária que tem como objetivo proporcionar intercâmbio, interlocução, interação, sistematização, proposição de políticas públicas governamentais e realização de projetos comuns para o fomento e desenvolvimento de Economia Solidária. Surgiu por iniciativa de gestores e gestoras de políticas públicas, que passaram a ser demandados pelos trabalhadores e trabalhadoras da Economia Solidária, ou a enxergar e querer dar respostas adequadas a esse novo segmento social que ocupa cada vez mais espaço relevante na geração de trabalho e na promoção de desenvolvimento local que no ano de 2004, realizou um ciclo de debates “[...] sobre o papel da Economia Solidária nas políticas de trabalho, renda e desenvolvimento contribuindo para a elaboração de uma política pública que seja estruturada federativamente e que seja capaz de atuar no combate efetivo às causas estruturais da pobreza e promover a inclusão e o desenvolvimento social” (SCHWENGBER, 2004, p. 1).

A criação do Conselho Nacional de Economia Solidária, por meio do Decreto nº 5811, de 21/06/2006, foi um importante passo para o avanço da Economia Solidária como política pública no âmbito do Poder Público Federal, visto que se trata de uma instância governamental com representações de diversos ministérios e de vários setores da sociedade civil, dentro da estratégia de democratização do Estado e de criação de instrumentos que permitam tanto a participação mais direta da sociedade civil na formulação de políticas públicas como a integração de ações interministeriais.

Existe grande preocupação por parte de empreendimentos econômicos solidários, entidades e organizações da sociedade civil que fomentam e apóiam a Economia Solidária, movimentos sociais e populares, bem como representantes do poder público em criar, desenvolver e manter políticas públicas que possam ser propulsoras para ações continuadas que perpassem os limites de tempo de cada gestão pública, garantindo apoio aos empreendimentos e formadores, expandindo os efeitos desta política para futuras iniciativas, além de promover possíveis mudanças estruturais da sociedade. Neste sentido, houve a realização da I Conferência Nacional de Economia Solidária, em 2006.

A Economia Solidária no Brasil tem sido organizada por diversos atores que contribuem para o seu fortalecimento. Pode-se incluir em empreendimentos solidários (MANCE, 2003) os:

- Grupos de Trabalho ou Coletivos Informais: são formados por várias pessoas que desenvolvem atividades no setor informal e decidem trabalhar coletivamente para facilitar o acesso ao comércio e aquisição de matéria-prima. Podem se organizar como

grupos informais de produção, de serviços, de consumo, de comercialização e de crédito solidário, nos âmbitos rural e urbano;

- iniciativas de consumo crítico, solidário e coletivo: possui como um de seus objetivos consumir produtos ecológicos e produzidos de forma solidária;
- Bancos Comunitários: constitui-se de um sistema financeiro solidário, sendo um instrumento de desenvolvimento econômico; Existem também as organizações e grupos de créditos solidários; cooperativas de crédito;
- Clubes de Troca: união voluntária de pessoas que estabelecem um intercâmbio econômico usando uma moeda local ou social criada pelo próprio grupo. Tem como objetivo a troca indireta de produtos e serviços entre pessoas participantes; Existem também os mercados de trocas solidárias com ou sem uso de moeda social;
- Lojas de Economia Solidária: onde são comercializados produtos de origem de trabalho solidário, permitindo a entrada de produtos oriundos do mercado somente se ainda não estiverem disponibilizados na forma anterior;
- Feiras de Economia Solidária: com o objetivo de disponibilizar um espaço aos produtores e consumidores que se encontram para comercializar produtos sem intermediários;
- Associações de Trabalho: são constituídas por uma categoria profissional que busca melhores condições de trabalho;
- Cooperativas Populares: são empresas coletivas constituídas por um grupo de pessoas no qual todos são sócios do empreendimento. A cooperativa é constituída por no mínimo 20 pessoas. As cooperativas podem ser de produção, de trabalho, de consumo solidário ou de serviços; Existem também as cooperativas sociais que abarcam as pessoas com deficiências e transtornos mentais; Cooperativas habitacionais autogestionárias;
- Estabelecimento de cadeias solidárias de produção, comercialização e consumo;
- Empreendimentos Coletivos Autogestionários ou Empresas Autorecuperadas: são constituídos por trabalhadores/as componentes de empresas falidas ou em estágio pré-falimentar.
- Centrais de comercialização;

- Organizações econômicas de comunidades tradicionais: quilombolas, comunidades negras e terreiros de matrizes africanas, povos indígenas, ribeirinhas, seringueiros, pescadores artesanais e outros extrativistas;
- Agroindústrias familiares.

É importante observar que tanto as cooperativas populares, quanto associações de trabalho são mais bem reconhecidas pela sociedade, o que não ocorre com as demais modalidades de empreendimentos solidários.

Em termos de análise acadêmica observou-se que existem muitos estudos direcionados a empreendimentos solidários que buscam compreender o fenômeno da Economia Solidária nos mais variados níveis de análise (macro, organizacional e grupal). No entanto, muitos desses estudos estão focados no nível organizacional e macro, alguns grupais, utilizando-se de empreendimentos já constituídos como solidários (cooperativas, associações e empresas autorecuperadas) e poucos direcionados as demais modalidades, especialmente a grupos de trabalho ou coletivos informais, aliando a Psicologia Social do Trabalho como área de conhecimento.

Portanto, esse estudo tem como foco de análise um grupo de trabalho informal, buscando compreender seu funcionamento e contribuir na construção de conhecimentos sobre este tipo de empreendimento solidário. Além disso, considerando que o movimento da Economia Solidária é recente no país e, especialmente, no Estado do Paraná, buscou-se compreendê-lo melhor a partir da análise do Documento Base que subsidiou a I Conferência Nacional de Economia Solidária, ponto alto das discussões sobre o tema no Brasil.

Nesse sentido, essa tese tem como objetivo principal comparar os sentidos sobre Economia Solidária presentes no Documento Base da I Conferência Nacional de Economia Solidária e os sentidos que estão em uso nos espaços de trabalho, de um grupo de trabalho informal constituído por mulheres integrantes do Projeto de Ação Social Vivendo e Aprendendo da Comunidade Monte Moriá, para investigar as coerências e incoerências entre o que é discutido institucionalmente e o que é vivenciado no cotidiano das pessoas

Como objetivos específicos desta pesquisa, têm-se: em relação ao grupo de trabalho informal:

- Conhecer a história de vida de cada uma das mulheres integrantes grupo de trabalho informal do Projeto de Ação Social Vivendo e Aprendendo da Comunidade Monte Moriá;
- Compreender a aproximação e o significado de sua participação no grupo;

- Levantar os sentidos que circulam nos espaços de trabalho em relação à geração de trabalho e renda, sob os princípios da Economia Solidária;

Em relação ao Documento Base da I Conferência Nacional de Economia Solidária:

- Levantar e compreender o processo de construção do discurso institucionalizado sobre Economia Solidária no Brasil;

- Compreender os sentidos da Economia Solidária presentes no Documento Base da I Conferência Nacional de Economia Solidária;

Além disso, acreditamos que a psicologia social do trabalho tem sua parcela de contribuição a dar nesse momento histórico específico, pois o problema moderno da opressão, exploração e alienação está vivamente presente, embora assuma diferentes configurações na contemporaneidade. Neste sentido, é necessário uma psicologia preocupada com a emancipação, uma ciência responsável e atuante no processo de desalienação do indivíduo e dos grupos sociais.

Considerando os objetivos de pesquisa mencionados, o estudo foi dividido em seis capítulos. Para organizar nossa narrativa, temos o *capítulo um* que trata das transformações no mundo do trabalho conforme discutido por pesquisadores, os mais diversos, subdividido da seguinte forma: Relações de trabalho no modo de produção capitalista e o desemprego na economia capitalista e o trabalho na economia popular. O *capítulo dois* trata do campo da Economia Solidária, convidando o leitor a conhecer as idéias em circulação sobre o tema no Brasil e no Estado do Paraná. O *capítulo três* aborda o referencial metodológico incluindo a discussão da pesquisa sob a Perspectiva Construcionista; Procura integrar o leitor quanto à aproximação da pesquisadora ao movimento da Economia Solidária, apresentando o Grupo de Trabalho Informal, constituído por mulheres integrantes do Projeto de Ação Social Vivendo e Aprendendo da Comunidade Monte Morιά, bem como do movimento de construção da I Conferência Nacional de Economia Solidária, por meio da análise do Documento Base que subsidiou as suas discussões. Também são apresentados as estratégias e os procedimentos da pesquisa, além dos limites e alcances do campo-tema.

O *capítulo quatro* apresenta os sentidos em circulação no grupo de trabalho informal das mulheres integrantes do projeto supramencionado em relação à Economia Solidária; o *capítulo cinco* discute e apresenta os sentidos presentes no Documento Base da I Conferência Nacional de Economia Solidária, enquanto campo de idéias e propostas; E, finalmente, o *capítulo seis* realiza a comparação dos sentidos da Economia Solidária presentes no

Documento Base da I Conferência Nacional com os sentidos coletivos encontrados no Grupo de Trabalho Informal, culminando com algumas *considerações finais*. Em *anexo*, temos o Documento Base da I Conferência Nacional de Economia Solidária (anexo 1), o roteiro da entrevista semi-estruturada (anexo 2), o Consentimento Informado (anexo 3) e o processo de produção de bolsa de palha de taboa (anexo 4).

Formuladas estas considerações iniciais quanto ao objeto de estudo e a sua relevância, quanto ao referencial teórico adotado e quanto alguns conceitos que nortearão o estudo pretendido, doravante será realizada uma revisão bibliográfica que tem a pretensão de contribuir para o melhor entendimento dos elementos supramencionados.

1. AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

O Capitalismo é o modo de produção em que os meios de produção – as fábricas, as fazendas, as lojas, etc – são propriedades particulares de uma minoria da população, o que força que a maioria a vender a esses proprietários sua capacidade de trabalhar.

Porém, nas últimas décadas do século XX, houveram muitas mudanças nas relações de trabalho no modo de produção capitalista, não existindo mais uma classe dominante chamada de proprietários das grandes indústrias, o que encontramos são inúmeros acionistas. O poder está agora pulverizado nas mãos da técnica, já que os problemas da sociedade tornaram-se puramente técnicos: peritos, engenheiros, cientistas que desejam gerir as indústrias com o objetivo de conquistar um desempenho eficaz e constante. Ao mesmo tempo a classe operária tornou-se tão complexa, que não encontramos mais claramente o trabalhador de outrora. Encontramos sim, trabalhadores com diversas e complexas competências técnicas, sem necessariamente estarem prestando serviço somente a um proprietário; há uma outra definição de sociedade, denominada de pós-industrial, a chamada “era do conhecimento”.

É um momento na história em que surgem diversos tipos de *holdings* financeiras, que deixam à produção a cargo de empresas sub-contratadas, para trabalhar apenas com a gestão, a organização. Outras empresas preocupam-se somente com seus negócios, terceirizando todo o resto, pagando apenas pelos serviços prestados, eximindo-se do custo social (DOWBOR, 2001; SINGER, 1999). As empresas transnacionais, que navegam no espaço globalizado, dispõem hoje de um poder econômico, político e de mídia de tal porte, que as tradicionais formas de regulação dos mercados tornaram-se inoperantes (DOWBOR, 2001, p. 6).

“Um mercado baseado no conhecimento e na informação, onde a ampla desregulamentação dos sistemas financeiros nacionais permite uma movimentação quase instantânea do capital financeiro das atividades menos lucrativas para as mais lucrativas – ou seja, a criação de ativos e a

transferência de valores monetários não estão diretamente ligados à produção física de bens ou serviços, mas podem ser realizados simplesmente pelo movimento de números na tela de um computador conectado à Internet” (BERTUCCI, 2005, p.38).

As constantes mudanças ocorridas no mundo do trabalho também se refletem no ambiente interno das organizações. No regime de trabalho “taylorista-fordista” cada trabalhador era responsável por uma ocupação específica e pela sua ferramenta de trabalho. A escolaridade exigida para o posto de trabalho era baixa. O trabalhador deveria ser: forte, saudável, obediente, que não se desgastasse com o trabalho repetitivo e com os movimentos padronizados. Era necessário apenas treinamento adaptado a um ambiente com poucas mudanças tecnológicas, bastando ao ser humano conhecer a ferramenta e/ou máquina, acabando ali o uso de suas competências. “Houve expropriação do saber dos artesãos e a divisão do trabalho entre quem projeta e quem executa a produção de uma mercadoria. O trabalhador perde definitivamente [...] o controle sobre o que produzir, como, quando e para quem produzir” (SOUZA *et.al.*, 2004, p. 14). Os processos pedagógicos eram apenas a memorização e a repetição. “... na fábrica taylorista o trabalhador é totalmente reduzido a um apêndice da máquina, cujo processo de trabalho é determinado pelo ritmo das mesmas” (SOUZA *et.al.*, 2004, p. 128). Apesar do individualismo e do trabalho especializado daquela época, havia a construção da solidariedade entre os trabalhadores em relação às injustiças patronais e do capital. Havia a construção das relações de longo prazo, pois não aconteciam demissões como ocorrem atualmente, e as pessoas criavam vínculos entre elas. Com o sistema de produção flexível³ a solidariedade entre a classe de trabalhadores foi substituída pela competitividade entre eles, não há mais relações de lealdade, de confiança e de vínculos, principalmente hoje, quando as pessoas estão preocupadas excessivamente em manter-se empregadas e isto aumenta a competição, além de pensar em que não há necessidade de criarem laços, pois uma vez que não sabem até quando ficarão em determinado emprego ou empresa, não tendo motivos para aprofundar suas ligações e vínculos.

Por volta da década de 50 do século passado, com o desenvolvimento do sistema de produção flexível, os trabalhadores começam a se agrupar em células de trabalho e a participar mais do processo de decisão no nível da tarefa. A figura do supervisor é modificada para a de facilitador, coordenador de processos. Os funcionários podem participar e dar opiniões sobre a qualidade de produtos que estão fabricando, esse controle passa do antigo supervisor para o

³ Elaborado e desenvolvido por japoneses, o sistema flexível de produção diverge do taylorismo, por desenvolver uma série de inovações técnicas que possibilitou a redução do tempo necessário para alteração dos equipamentos de moldagem, tornando mais barato fabricar pequenos lotes de peças do que enormes lotes homogêneos. Este sistema também previa a

grupo, ou seja, agora “todos controlam todos”, seja além da qualidade, o horário, o tempo de produção, as metas, entre outros.

Na atual relação de trabalho, os equipamentos tecnológicos passam a ser capazes de fazer tarefas anteriormente executadas pelas pessoas. Portanto, a competência psicofísica já não é mais suficiente, porque os indivíduos precisam raciocinar, comparar, definir, criar e ter a capacidade de enfrentar situações novas, utilizando-se de conhecimentos. Ou, para usar as expressões correntes, trata-se agora, não apenas de aprender conhecimentos e modos operacionais, mas de “saber, saber fazer, saber ser e saber conviver”, agregando saberes cognitivos, psicomotores e sócio-afetivos (KUENZER, 2001). Por contradição do capitalismo, agora se exige que as pessoas não memorizem as coisas, mas que sejam capazes de lidar com conhecimento dinâmico (KUENZER, 2001).

Também é menor a incidência de casos de sindicalização que, contraditoriamente ao forte apelo do desenvolvimento da habilidade de se trabalhar em equipe, faz com que, direta ou indiretamente, as pessoas desaprendam a defender seus direitos coletivamente. Elas precisam direcionar a habilidade de trabalhar em equipe para dentro da organização, e não para a proteção de sua saúde mental fora deste ambiente, vindo a favorecer a neutralização da “... mobilização coletiva contra o sofrimento, contra a dominação e contra a alienação” (DEJOURS, 2001). Nesse processo, os trabalhadores foram duplamente atingidos: tanto economicamente quanto na sua capacidade política de articulação (PARRA, 2002, p. 42).

O Desemprego na Economia Capitalista e o Trabalho na Economia Popular

É notório que o desemprego tem sido uma das questões que provocam tanto no indivíduo quanto nos grupos sociais (empregados formalmente ou não) aumento considerável de ansiedade. O medo de ser demitido leva as pessoas a desenvolverem mecanismos de resistência e de tolerância face às pressões organizacionais, fingindo, por exemplo, não estar doentes ou machucadas – em caso de acidentes de trabalho (DEJOURS, 2001). Tal medo traz também uma importante sensação de inutilidade, quando o empregado percebe que pode ser substituído a qualquer momento por uma máquina ou outra pessoa, especialmente se o salário a ser pago a este outro for menor. Portanto, a tão pregada multifuncionalidade, exigida do trabalhador, é mais uma das estratégias organizacionais de diminuição de seu custo fixo, ou seja, um trabalhador polivalente poderá atuar no lugar de outros dois ou três que, com sorte,

organização dos fornecedores principais em grupos funcionais, que faziam o mesmo com seus subfornecedores, chegando a

serão remanejados, ou no mais óbvio fim, demitidos. É certo que a tecnologia veio substituir o trabalho braçal e isto não teria nada demais se, no Brasil, não tivéssemos um contingente enorme de pessoas desqualificadas para um trabalho cognitivo. E, mesmo que assim não fosse, talvez não existisse lugar para todos, como se observa em países desenvolvidos.

Com a abundante migração da população rural para as grandes cidades (em 1950, o Brasil tinha dois terços de população rural, em 2001, cerca de 80% da população concentra-se nas cidades – (Dowbor, 2001, p. 5), ocorreu o que já sabemos: excesso de pessoas para uma infraestrutura pouco adequada às necessidades básicas da população (falta de água potável, esgoto, linhas de transporte, eletricidade, telefonia, saúde, educação, habitação, segurança, entre outros), em grande parte marginalizada, principalmente pela escassez de oportunidades de trabalho em razão das mudanças ocorridas nas indústrias, que agora exigem um trabalhador bem mais preparado e escolarizado. “A população pobre do país, expulsa ontem do campo e hoje excluída do emprego urbano, gera a situação explosiva que constatamos nas cidades e no campo neste início de século” (DOWBOR, 2001, p. 14). Portanto, o êxodo rural é apontado como uma das forças que contribuem para o drama do desemprego.

Singer (1999, p. 33) comenta que, até o final da década de 80 e início de 90 do século passado, as grandes empresas que forneciam a maior parte do emprego formal repassavam os custos trabalhistas aos preços dos produtos e que, em última instância, quem pagava a conta eram os consumidores, ou os próprios trabalhadores. Quando da abertura do mercado brasileiro a produtos importados competitivos, as empresas perderam espaço, sendo obrigadas a cortar custos. Tal pressão competitiva recaiu sobre os trabalhadores. Além disso, com a inserção do Brasil no processo de globalização, houve modernização da tecnologia, o que possibilitou obter altos ganhos de produtividade com a respectiva redução de postos de trabalho. A ordem passou a ser: produzir mais com menos recursos de toda ordem. Neste contexto, existe um vácuo enorme entre a evolução das tecnologias e a evolução das outras instâncias de reprodução social (Dowbor, 2002). Há um descompasso marcante entre a rapidez da evolução das tecnologias e a lentidão das transformações institucionais, produzindo um fosso maior de desigualdades sociais. Nesta direção, o documento da política nacional de apoio ao desenvolvimento local comenta que:

“Os avanços tecnológicos têm se limitado, em geral, às grandes empresas, e a empresas menores subcontratadas. Isto tem gerado ilhas tecnológicas e, por vezes, um fosso profundo entre segmentos avançados e atrasados da economia, o que prejudica a produtividade sistêmica do conjunto. Assim, [...] assegurar a acessibilidade e a generalização de tecnologias mais avançadas para o chamado

“circuito inferior”, não através da imposição, mas através de uma ampla disponibilização de conhecimentos e apoio nos processos de aplicação.” (Instituto Cidadania, 2006, p.38).

Observa-se que o contingente de pessoas demitidas das organizações dificilmente encontrará novos espaços, pois as oportunidades de emprego formal estão cada vez mais escassas, devido que, em grande parte, o desemprego, na nova configuração organizacional, é tecnológico, acarretando um aumento considerável no tempo de duração fora do emprego. Situação esta é agravada como já dissemos anteriormente pela presença, nas cidades, da população expulsa do campo, que não tendo nenhuma qualificação específica, também não encontra espaço nos grandes centros urbanos, criando um quadro explosivo. Hoje, o número de desempregados, não somente no Brasil, mas no mundo, é alarmante. Seguramente esta é uma das grandes mazelas do modo de produção capitalista. Mesmo assim, permanece forte no imaginário popular, o desejo de conseguir um bom emprego, principalmente quando observamos que a escola ainda é fortemente vinculada à educação para uma sociedade de emprego⁴.

A situação sócio-econômica descrita acima se torna ainda pior em razão da crescente desregulamentação dos direitos sociais. Por exemplo, os trabalhadores que não têm um emprego com carteira assinada estão sendo sub-contratados, com o fim de diminuir os custos da contratação de mão-de-obra para as empresas; as terceirizações e “quarteirizações” são feitas com contratos de médio e curto prazos, sem vínculos empregatícios; quando o trabalhador passa da condição de empregado para trabalhador autônomo, todos os direitos trabalhistas deixam de existir. Para Singer (1998, p. 44), essa transferência do trabalho da indústria para o comércio e para o setor de serviços, significa também “... a substituição do trabalho assalariado pelo trabalho por conta própria”; havendo a pressão dos empregadores sobre o Estado brasileiro para que ele deixe de intermediar a relação trabalho-capital. De acordo com Parra (2002, p. 44): “Um dos riscos imediatos de tal processo de desregulamentação das relações de trabalho é que ele vem acompanhado de desresponsabilização do Estado sobre os cidadãos, que deixam de estar inseridos no mercado formal de trabalho, criando uma população cada vez mais excluída [...] dos direitos da cidadania”.

O Estado de Bem-Estar Social, criado depois da Segunda Guerra Mundial, em 1945, como conseqüência das lutas operárias por melhores condições de trabalho”(SOUZA *et.al.*, 2004, p. 28), foi sendo gradualmente desmontado devido à reestruturação econômica e ao

⁴ TIRIBA (2004) é uma autora que tem insistentemente denunciado as concepções utilitaristas de educação, cujas práticas buscam uma maior afinidade com os interesses do mercado capitalista. A autora acredita que estimular a produção associada,

reajustamento social, advindos da flexibilização do mercado e dos processos de trabalho das décadas de 70 e 80, confluindo para um crescente aumento do desemprego estrutural, do trabalho informal e precário, da subcontratação e dos contratos temporários.

Tal situação encontra-se pautada em 8 eixos que senão bem gerenciados, podem ser desestimuladores da inclusão produtiva na base da sociedade, a saber:

1) Financiamento e comercialização: “Somando-se as elevadas taxas de juros, o baixo volume de crédito, a drenagem das poupanças locais pelas grandes redes de intermediação financeira, o desaparecimento da função articuladora do agente de crédito local, o papel dos atravessadores comerciais e de compras públicas, e o espaço limitado de acesso a recursos públicos reservado aos municípios, configura-se a existência de uma virtual máquina de empobrecimento e de esterilização das atividades econômicas. Sempre em proveito de regiões mais ricas, de grandes grupos econômicos e de especulação financeira, em detrimento da mobilização das capacidades locais de produção para gerar emprego, renda, produtos e serviços.” (Instituto Cidadania, 2006, p.22).

2) Tecnologia: “Os avanços tecnológicos têm se limitado, em geral, às grandes empresas, e a empresas menores sub-contratadas. Isto tem gerado ilhas tecnológicas e, por vezes, um fosso profundo entre segmentos avançados e atrasados da economia, o que prejudica a produtividade sistêmica do conjunto. Assim, [...] assegurar a acessibilidade e a generalização de tecnologias mais avançadas para o chamado “circuito inferior”, não através da imposição, mas através de uma ampla disponibilização de conhecimentos e apoio nos processos de aplicação.” (Instituto Cidadania, 2006, p.38).

3) Desenvolvimento Institucional: “A racionalidade de gestão local, a chamada governança, com suas dimensões de transparência, participação e responsabilização, exige o desenvolvimento de uma capacidade institucional muito mais ampla no nível local [...]”(Instituto Cidadania, 2006, p.44).

4) Informação: O conjunto dos atores locais que devem ser adequadamente informados para que possam participar ativamente das decisões sobre seus destinos e a partir da democratização da informação e não mais informações fragmentadas e de difícil acesso;

5) Comunicação: a exclusão econômica reflete-se diretamente na exclusão em matéria de comunicação e informação. A comunicação como o próprio nome já diz é uma ação em

fortalecendo outros mercados que se contraponham à lógica desse mercado é um dos desafios da pedagogia da produção associada.

comum, portanto de duas vias: um comunicador e um receptor que também se transforma em um comunicador. Cabe salientar a importância da comunicação local, a partir das questões reais do cotidiano das pessoas, da apresentação das oportunidades da região, constituem um componente essencial do desenvolvimento;

6) Educação e capacitação: qualificação de um contingente de pessoas capazes de analisar de forma integrada a realidade local e promover uma visão de propostas para a melhoria da qualidade de vida diferentemente do que a escola tradicional tem feito, fechada em questões que não remetem a realidade local, do município e da nação.

7) Trabalho, emprego e renda: inserção produtiva desigual da população economicamente ativa;

8) Sustentabilidade ambiental: construção de uma consciência ambiental, evitando a destruição e desperdícios de recursos naturais em prol do consumo exacerbado e de lucros para a manutenção da concentração de riquezas;

Como as pessoas não encontram mais oportunidades formais, buscam na informalidade sua subsistência, na qual as atividades terceirizadas são bastante procuradas, porém não oferecem segurança e possuem grande precariedade, tanto no nível salarial, no respeito às normas de trabalho, quanto na preservação do meio ambiente. Mesmo assim, como não há espaço para todos, encontramos uma parcela da população em trabalhos ditos “ilegais”, como o tráfico de drogas, venda proibida de animais, exploração do trabalho infantil, rede de prostituição de crianças e adolescentes, trabalho escravo, entre outras atividades ilícitas. Além disso, temos os desempregados de “longa duração” que buscam subsistir realizando atividades como: comércio ambulante, cuidando de carros em vias urbanas de grande movimento, malabarismo, os homens-estátua, engraxates, entre outras. Segundo Singer (2006, p.1)

“[...] comunidades pobres podem ser classificadas pelo seu grau de integração ao mercado global. Há as excluídas desde há muito tempo e que vivem em economia de subsistência, de forma quase auto-suficiente, como os remanescentes de quilombos, por exemplo. E há as recém excluídas, como o cinturão da “ferrugem” (a região do ABC, S. Paulo p. ex.) cujos moradores foram empregados de indústrias, que encolheram ou desapareceram em função da abertura do mercado interno e do progresso tecnológico”.

Essas últimas comunidades sobrevivem com rendas precárias, nas formas de auxílio a desempregados e aposentadorias dos mais velhos. “A desregulamentação da sociedade salarial vem contribuindo para legitimar a economia informal, coroando o trabalho informal como horizonte último dos processos de flexibilização das relações entre capital e trabalho, necessários ao modelo neoliberal de acumulação de capital.” (PICANÇO e TIRIBA, 2004, p.

79). Há uma forte crise quando a descoberta de que a promessa de ascensão social desmorona e não existe mais a possibilidade de crescer.

Portanto, o que está em jogo não são as pessoas, mas sim um sistema hegemônico que força essas mesmas pessoas a se adaptarem em organizações capitalistas. A questão que se coloca é: É preciso ser assim? Não pode ser de outra forma? Neste início do século XXI, a questão que fica é: Qual caminho seguir? Basicamente há três: o primeiro seria mudar para algo melhor, segundo: mudar a maquiagem do sistema capitalista, ajudando a mantê-lo e o terceiro: mudar para algo pior.

Portanto, eleger as pessoas excluídas do mercado de trabalho de carteira assinada, como um dos objetos de estudo desta tese tem a intenção de compreender como a sociedade em geral e, as pessoas excluídas em especial, estão lidando com a falta de emprego. Será que o fato das pessoas serem demitidas, cada vez mais e em maior quantidade, e sem a possibilidade de se reinserirem no mercado formal de trabalho, pode vir a criar alguma espécie de reflexão crítica sobre o que está acontecendo na forma de funcionar desta sociedade, que levaria ao rompimento da situação como se apresenta e a busca de um sistema igualitário e justo? Ou aumentaria ainda mais as chances de violência e miséria humanas a ponto de alienar ainda mais as pessoas?

É sabido que essa situação [a falta de empregos] possui raízes nas contradições do modo de produção capitalista, que parte da prerrogativa de “ser um bom produtor de renda, mas um péssimo distribuidor dela”. A riqueza gerada pode indicar um crescimento econômico que, por si só, não garante o desenvolvimento de uma nação, se não houver o concomitante desenvolvimento social. A política neoliberal, que coloca o mercado como regulador da sociedade, aprofunda ainda mais as desigualdades.

Para Tiriba (2006) a economia capitalista se diferencia da economia popular porque na primeira a forma de produzir, distribuir e consumir bens e serviços tem como objetivo principal o lucro, em detrimento das questões sociais. A força de trabalho é considerada uma mercadoria, onde os trabalhadores a vendem para os proprietários dos meios de produção, promovendo a concentração de renda. Já na economia popular as atividades econômicas e práticas sociais desenvolvidas pelos setores populares servem para garantir a reprodução ampliada da vida. Em especial, na Economia Solidária, a riqueza é a “riqueza” dos seres humanos e a satisfação das necessidades humanas fundamentais. Os trabalhadores são proprietários dos meios de produção, produzindo primeiramente para o consumo próprio e vendendo o excedente no mercado. Nesta relação, não existem nem patrões, nem empregados,

participam todos aqueles que não vivem da exploração do trabalho alheio e que buscam organizar sua atividade de forma participativa e solidária. Também são consideradas como pertencentes à economia popular as práticas sociais, cujo objetivo é a reprodução da unidade doméstica, a preservação do bairro, o cuidado com a comunidade. Na Economia Solidária, tanto no âmbito da cooperativa, da associação, do grupo de produção, como no âmbito da comunidade, destacam-se nas relações sociais os valores de comensalidade⁵, da reciprocidade⁶ e da cooperação⁷. No entanto a autora alerta que “A economia popular não deve ser compreendida apenas como um refúgio dos desempregados, mas como a possibilidade de materialização de um projeto econômico que se oponha à lógica do capital” (TIRIBA, 2006, p.1).

Estamos vivendo um momento de profundas incertezas tanto no lado do mercado quando no do Estado, que se traduz na instabilidade dos governos, na insegurança do trabalho no que diz respeito à possibilidade de emprego, ocupação, renda e condições futuras de inserção na sociedade, tanto dos jovens quanto das pessoas em idade economicamente ativa, excluídos por falta de oportunidades ou de qualificação.

Singer (1998) comenta que o socialismo deve ser construído a partir dos trabalhadores que se oporiam ao modo de produção capitalista ainda dentro do capitalismo. “A essência do socialismo, enquanto modo de produção, é a organização democrática de produção e consumo, em que produtores e consumidores livremente associados repartem de maneira igualitária os ônus e os ganhos do trabalho e da inversão, os deveres e direitos enquanto membros de cooperativas de produção e/ou de consumo ou o nome que venham a ter estas organizações.” (SINGER, 1998, p. 9:10).

Quais seriam então os possíveis caminhos dos desempregados como uma reação à crise do emprego? Em adição aos caminhos já mencionados anteriormente a saída para a crise pode ser por iniciativa dos próprios trabalhadores, onde o processo de reestruturação produtiva em que as empresas “que quebram” são entregues aos próprios trabalhadores, principalmente porque o proprietário que tem um passivo trabalhista alto, oferece a empresa aos trabalhadores num sistema de autogestão ou em co-gestão. Outras vezes, os próprios trabalhadores conseguem não fechar a empresa, por meio de lutas e organização própria. Há também experiências de formação de cooperativas de produção agrícola, além de outras

⁵ Quando os bens fluem em função de disponibilidades e necessidades comuns a todas as pessoas do grupo social;

⁶ Quando os bens fluem bilateralmente, sem acordo de intercâmbio;

⁷ Quando as pessoas organizam coletivamente um empreendimento, dividindo os custos e a riqueza produzida, de acordo com os critérios previamente estabelecidos entre eles.

cooperativas. Tais formações são complexas e exigem enorme mudança de mentalidade dos trabalhadores acostumados a uma dimensão de poder hierarquizada. Na nova situação precisam cooperar entre si, e ao mesmo tempo entender o processo de produção e gestão como um todo, para que possam tomar as decisões mais acertadas. É um trabalho extra, que exige disponibilidade interna para passar alguns meses sem provavelmente receber pagamentos ou, quem sabe, somente para a subsistência básica; exige persistência e acreditar que neste novo momento, quem está gerindo os negócios da cooperativa são os próprios trabalhadores e não outro “alguém” que irá ser responsabilizado se algo acontecer errado.

Neste sentido, a idéia de uma economia baseada em valores solidários tem sido cada vez mais fortalecida. No Brasil encontramos inúmeras organizações que trabalham esta “filosofia”, buscando implantar essa Economia Solidária. O Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GTBrasil) que é constituído pelas: Cáritas, ANTEAG, FASE, PACS, ADS/CUT, UNITRABALHO, REDE UNIVERSITÄRIA de INCUBADORAS e IBASE se compõe dessas organizações de caráter nacional, que atuam com instrumentos próprios e faixas de público diferenciados, vez ou outra estabelecendo intercâmbio e parcerias bilaterais entre si.

O próximo capítulo tem o objetivo aprofundar os conhecimentos sobre a Economia Solidária como uma forma que a sociedade está encontrando para dar conta da questão da falta de emprego, além de compreender o movimento desta nova economia no Brasil e mais especificamente no Paraná.

2. O CAMPO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: IDÉIAS EM CIRCULAÇÃO

No meio acadêmico, o tema da Economia Solidária vem sendo discutido enquanto interpretação teórica de um fenômeno no Brasil. Pode-se encontrar na literatura acadêmica sobre essa temática, diferentes vertentes interpretativas, isto é, análises diferenciadas, com o objetivo de se apreender e compreendê-la melhor.

Uma destas vertentes sobre o tema da Economia Solidária está sendo desenvolvida por Singer (2002). Segundo este autor, a Economia Solidária poderia estar mais avançada em termos de viabilização de seus princípios se no Brasil, em especial, e no mundo, de forma mais ampliada, os operários e os sindicatos não tivessem preferido lutar para defender os direitos conquistados durante o processo de industrialização que ocorreu no século XX, ao invés de desenvolver a Economia Solidária. Um dos grandes motivos para essa estagnação foi a sensível melhora que os trabalhadores sentiram em suas relações de trabalho com o ganho do aumento salarial, a seguridade social, a menor carga horária diária de trabalho, entre outros. Ou seja, o alargamento do trabalho assalariado, no mundo, fez com que essa forma de relação capitalista se tornasse hegemônica, transformando tudo, inclusive o trabalho humano, em mercadoria.

Quando o avanço da tecnologia e da acirrada competição global tomou pulso no Brasil e no mundo, o desemprego estrutural ocorreu em massa, os sindicatos⁸ perderam força, não sendo mais possível assegurar os direitos dos trabalhadores⁹, a falência do modelo do Estado de

⁸ “Nos primórdios do capitalismo, as relações de trabalho assalariado, levaram a um tal grau de exploração do trabalho humano, que os trabalhadores se organizaram em sindicatos e em empreendimentos cooperativos e associativos. Os sindicatos são a forma de defesa e conquista dos direitos dos assalariados e os empreendimentos cooperativos e de autogestão funcionam como forma de trabalho alternativa à exploração assalariada” (Termo Técnico de Referência do Programa Paranaense de Economia Solidária, 2004, p. 14).

⁹ Ao contrário, a chamada flexibilidade desses direitos aparece em cena com grande força, impondo aos indivíduos a aceitação de tal condição, como: a redução de salários diretos e indiretos, a instabilidade no emprego, a competição entre os trabalhadores empregados para manterem-se empregados, a terceirização da mão-de-obra, a precarização do trabalho, entre outros (SINGER, 2002, p. 110).

Bem-Estar Social e o foco dos movimentos emancipatórios voltaram-se para a sociedade civil. Tudo isso levou as ONGs e os mais variados movimentos a estabelecerem o objetivo de “[...] preservar o meio ambiente, a biodiversidade, o resgate da dignidade humana de grupos oprimidos e discriminados [...] e a promoção de comunidades que por sua própria iniciativa e empenho melhoram suas condições de vida, renovam suas tradições culturais, etc” (SINGER, 2002, p. 112). Assim, acendeu-se novamente a chamada Economia Solidária, também conhecida como: economia social, socioeconomia solidária, humanoeconomia, economia popular e solidária, economia de proximidade, economia de comunhão, economia social e solidária, iniciativas econômicas associativas, entre outros.

Ainda segundo Singer (2002) se a Economia Solidária for apenas uma resposta às contradições do capitalismo, como apenas uma reação à falta de emprego apenas, seu crescimento estará fadado a se desacelerar no futuro, não passando de uma forma complementar da economia capitalista.

Mance (2006) alerta que a Economia Solidária não é uma forma de amenizar a exclusão social originada pela economia dominante, mais fortemente nas décadas de 80 e 90. Singer traz uma outra visão, a de que ela seja “uma alternativa superior do capitalismo” (SINGER, 2002, p. 114), superior no sentido mais amplo da vida “[...] como uma nova sociedade que unisse a forma industrial de produção com a organização comunitária da vida social” (SINGER, 2002, p. 115). Ou seja, que as pessoas possam obter justiça sociais e econômicas, possuindo efetivamente a liberdade de escolha e o direito de participar da atividade produtiva, sem se submeter ao comando-obediência, valorizando a cooperação e não a competição, em prol do desenvolvimento de sua comunidade, bairro, cidade, estado, país. E ainda, desenvolver relações confiáveis, contando com o (s) outro (s) nas horas em que precisar e da mesma forma retribuir sempre que necessário e possível for e não ser demitido porque a produção e as vendas caíram, pois assim, todos do grupo suportariam as perdas solidariamente.

Nesta análise, a Economia Solidária é definida como uma “proposta integradora” ao tentar inserir nas relações econômicas princípios democráticos, solidários e igualitários.

Mance (2003) propõe a formação de redes de empreendimentos solidários com o objetivo de enfrentar a reprodução do capitalismo que se manifesta na exploração dos trabalhadores, na expropriação dos consumidores e nas diversas formas de dominação política e cultural. A rede solidária tem como meta ir além da geração de trabalho e renda para as pessoas que estão

marginalizadas dos meios de produção visando construir uma sociedade baseada em valores de solidariedade, de consumo consciente e de proteção do meio ambiente. A rede solidária funciona da seguinte maneira:

“[...] integra grupos de consumidores, de produtores e de prestadores de serviço em uma mesma organização. Todos se propõem a praticar o consumo solidário, isto é, comprar produtos e serviços da própria rede para garantir trabalho e rendas aos seus membros e para preservar o meio ambiente. Por outro lado, uma parte do excedente obtido pelos produtores e prestadores de serviços com a venda de seus produtos e serviços na rede é reinvestida na própria rede para gerar mais cooperativas, grupos de produção e microempresas, a fim de criar novos postos de trabalho e aumentar a oferta solidária de produtos e serviços. Isso permite incrementar o consumo de todos, ao mesmo tempo em que diminui o volume e o número de itens que a rede ainda compra no mercado capitalista, evitando com isso a riqueza produzida na rede seja acumulada pelos capitalistas. O objetivo da rede é produzir tudo o que as pessoas necessitam para realizar o bem-viver de cada um, de maneira ecológica e socialmente sustentável” (MANCE, 2003, p. 81:82).

Singer (2002) rebate o argumento de consumo solidário, pois na medida em que se um grupo de pessoas da sociedade praticar esse comportamento poderá contribuir para que esse empreendimento se acomode aos moldes atuais de produtividade e de qualidade do produto. Para ele, o estilo de consumo atual na sociedade capitalista não favorece a que as pessoas se mantenham por muito tempo fiéis ao produto/produtor, tendo em vista as inúmeras ofertas de produtos concorrentes do capitalismo. O autor chega a conclusão de que para a Economia Solidária se transformar em competidora de atenção do capitalismo ela terá que alcançar “[...] níveis de eficiência na produção e distribuição de mercadorias comparáveis aos da economia capitalista e de outros modos de produção, mediante o apoio de serviços financeiro e científico-tecnológicos solidários” (SINGER, 2002, p. 121).

Mance (2003) trabalha com o conceito do consumo solidário, partindo da premissa de que o consumidor solidário possui a consciência dos danos que a exploração do trabalhador, a acumulação do capital e o desequilíbrio ecológico podem trazer para a humanidade. O autor classifica o consumo em quatro tipos diferentes, a saber: *o consumo alienado* – praticado por pessoas que são manipuladas pela mídia, incorporando desejos que na verdade não são os delas, mas os criados pelas forças produtivas que exploram o trabalhador. Essas pessoas estão despreocupadas com a preservação ambiental e com a concentração de renda; *o consumo compulsório* – em que a pessoa se vê obrigada a comprar determinado produto não pela marca ou pelo desejo, mas porque necessita do mesmo e, na maioria das vezes, a escolha se dá pelo fator preço e não pela marca de uma empresa que é ou não socialmente responsável; *o consumo para o bem-viver* – parte daquela pessoa que possui condições de escolher produtos que possam satisfazer seu bem-estar independentemente de se encontrar na mídia. O que ela

deseja é viver de forma autônoma, buscando sua própria satisfação, dando mais valor às pessoas do que às questões materiais; o *consumo solidário*, parte da idéia de que se pode contribuir para o bem-estar de muito mais pessoas, desenvolvendo o hábito de escolher os produtos oferecidos pelas redes solidárias. Exige do consumidor uma consciência política, social e ambiental bem maior do que os demais tipos de consumo.

“A hipótese de que os recursos naturais são finitos e que o capitalismo, particularmente em sua fase atual, os desperdiça, tornou-se um elemento central do projeto, trazendo consigo uma crítica radical do consumismo e uma proposta de consumo responsável e consciente, que implica a idéia de que o desenvolvimento não pode e nem deve ser ilimitado” (SINGER, 2006, p. 16).

Singer (2000) aponta uma outra dificuldade em relação à Economia Solidária, que é a de como os empreendimentos farão para inserir seus produtos no mercado consumidor sem se aproximar das práticas capitalistas. O mercado regulador e altamente competitivo dificulta o acesso dos produtos dos empreendimentos solidários. A lógica do mercado está organizada de tal forma que dificilmente encontram-se espaços viáveis para se escoar a produção, tornando o produtor subjugado à lógica de reprodução e acumulação do capital (TOMÉ, 2005).

É comum, por exemplo, um empreendimento solidário ser contratado por uma grande empresa capitalista para produzir parte de seus produtos e assim, por um tempo, consegue determinado sucesso econômico, pois está totalmente envolvido com um único cliente. Tal empreendimento coletivo corre o risco de decretar falência, caso a empresa resolva interromper o contrato de prestação de serviços. Por tornar-se dependente e por se descuidar da manutenção da relação comercial aberta a outros empreendimentos, muitas vezes, porque está no limite de sua capacidade de produção, o principal prejudicado pode ser ele mesmo. A empresa contratante, por sua vez, que funciona dentro de uma lógica capitalista, sente-se livre para buscar fornecedores mais apropriados às suas necessidades. Ou seja, o empreendimento que é constituído de forma solidária e coletiva em sua natureza, torna-se refém de um sistema maior, havendo forte pressão para que se busque o formato de distribuição e venda dos produtos dentro de uma forma capitalista.

Em empreendimentos menores em termos de número de pessoas envolvidas e produtos simplificados em sua fabricação, como os produtos artesanais, por exemplo, as formas encontradas para a comercialização variam da venda de porta em porta, da exposição do produto em lojas do ramo por consignação até a participação em feiras populares e/ou populares solidárias.

Tomé (2005), em seu artigo intitulado: Economia Solidária: humanização possível no interior do capitalismo? alega que todo o movimento social organizado para o trabalho autônomo, apresenta conformidades com o discurso e a prática do capital. E mais:

“O que se vê, é que o capital permite que esta população trabalhadora excluída do mercado de trabalho desenvolva o que for preciso para manter a sua subsistência, sempre reduzida ao mínimo necessário. De forma alguma isso representa ameaça ao capital, pelo contrário, abre mais espaços para que ele avance de maneira impiedosa e concentre ainda mais a renda social, tudo devidamente legitimado pelo “Estado magro”, que de outro lado também define os limites de ação desses novos empreendimentos comunitários.

É impossível não pensar em ações imediatas e, portanto paliativas para remediar os graves problemas sociais. E a Economia Solidária cumpre muito bem esse papel. Mas é preciso desenvolver também, dentro destes movimentos sociais, discussões, debates e posteriores projetos que visem a *superação radical* desta forma de sociabilidade. Não se pode no discurso, apostar em num projeto e implementá-lo como sendo um caminho alternativo para a liberdade, a dignidade, a cidadania e na prática este mesmo projeto estar sendo utilizado de maneira muito eficaz para a manutenção do mesmo.” (TOMÉ, 2005, p.10).

Nessa mesma linha de argumentação Antunes (2000, p. 113) não reconhece a Economia Solidária como uma “[...] real alternativa transformadora da lógica do capital e de seu mercado, como capaz de minar os mecanismos da unidade produtiva capitalista”, pois na sua forma de perceber a Economia Solidária ela estaria se expandindo pela margem do sistema, sem se confrontar substancialmente frente à lógica do capital. Percebe que tanto o Terceiro Setor quanto as atividades da Economia Solidária podem ser algumas das possibilidades de se incorporar trabalhadores desempregados e marginalizados do sistema de trabalho assalariado, mas insuficientes para transformar a sociedade. Ao contrário, o autor acredita que tais atividades possuem um papel funcional dentro do atual modo de produção.

Schiochet (2006) aponta para a necessidade de se observar a agilidade com que a economia popular solidária, por meio de empreendimentos solidários, está se organizando pelo país, alertando para a força social, econômica e política que tal economia vem representando crescentemente. E também, para as atuações de instituições de apoio e de gestores públicos que estão se mobilizando e se capacitando para compreendê-los e, ao mesmo tempo, atender suas necessidades.

É um movimento, segundo Schiochet (2006) que se propõe a incluir os setores excluídos do sistema de produção capitalista e, conseqüentemente, da sociedade, como a recuperação de empresas falidas, pelos trabalhadores¹⁰, a organização das mulheres¹¹, dos quilombolas, dos indígenas, dos extrativistas, dos pescadores, dos artesões, dos catadores de materiais

¹⁰ A luta dos trabalhadores contra a subordinação do trabalho pelo capital e valorização da propriedade/gestão coletiva dos meios de produção, da solidariedade e cooperação mútua;

recicláveis¹² e dos agricultores familiares¹³, entre outros. Além disso, há maior mobilização dos ministérios públicos, pois estão convocando conferências através dos Ministérios de Desenvolvimento Agrário, de Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social, acreditando que a Economia Popular Solidária pode ser um importante elo entre o abismo social e a possibilidade de construção de uma economia voltada para a inclusão, para a distribuição de renda e para a diminuição dos graves problemas sociais. Para ele, o grande desafio para o movimento da Economia Popular Solidária será o de convencer a maioria da sociedade de que ela é relevante e necessária, quer seja como uma resposta da sociedade para o enfrentamento concreto da precarização do trabalho, quer seja para a construção de uma nova sociedade. A idéia também é saber qual é a estratégia que o movimento da Economia Popular Solidária está construindo para que isso realmente se viabilize em toda a cadeia produtiva e assim, influencie significativamente o sistema econômico atual. Ainda segundo o autor, uma das respostas seria a construção de políticas públicas, voltadas para a educação de jovens e adultos e também para a organização dessa economia em forma de redes.

Essa é justamente a idéia defendida por Mance (2003), isto é, os empreendimentos solidários estão se constituindo em forma de rede e não isoladamente. Para ele, a construção de uma rede solidária deve ocorrer de tal forma que a produção, o comércio, o consumo e o crédito se inter-relacionem, criando riquezas pelo trabalho e distribuindo-as para todos que dela participem. Ainda segundo o autor, uma das melhores maneiras de se distribuir renda é criar novas cooperativas e/ou empreendimentos solidários, distribuindo igualmente os ganhos para os trabalhadores e reinvestindo o excedente no empreendimento, além de compartilhar com a rede o financiamento da organização de outras cooperativas e/ou empreendimentos solidários. E ainda, redirecionar o investimento para as diversas etapas da cadeia produtiva em favor do bem comum e não do enriquecimento de alguns poucos. É uma prática que começa no cotidiano das pessoas, por meio de pequenas ações, uma vez que juntos podem construir uma nova sociedade, indo além do efeito imediato de geração de trabalho e renda. “Se as redes de colaboração solidária se expandirem e se multiplicarem, haverá o crescimento de uma nova forma de produzir e consumir voltada a promover as liberdades públicas e privadas” (MANACE, 2003, p. 88).

¹¹ A luta das mulheres contra a discriminação e pelo reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade;

¹² Reciclagem dos resíduos sólidos por meio da autogestão dos catadores;

¹³ Derivam da luta da agricultura familiar e da reforma agrária pela democratização do acesso e uso da terra, da água e dos recursos genéticos;

A difícil tarefa de desconstruir idéias velhas e construir idéias novas ou da luta entre os valores da economia capitalista e os da Economia Solidária nos é trazido por Verardo (2005, p. 124) “[...] na Economia Solidária é indispensável que haja um processo permanente de autocrítica para desconstruir o que se quer superar, promovendo em seu lugar o novo e desejável: solidariedade no lugar de concorrência, convergência de esforços no lugar de competição destrutiva, cooperação no lugar de individualismo. Enfim, nós, atores da Economia Solidária temos um novo papel a desempenhar, numa dimensão cultural renovadora”.

A falta de clareza, de quem pretende iniciar um empreendimento solidário, sobre quais seriam os princípios que deveriam conduzir sua construção podem trazer prejuízos e até desvirtuamentos em relação ao real objetivo. O fato de se viver em um sistema sócio-econômico-cultural que reforça valores e princípios capitalistas ocasiona na sociedade, crenças sobre qual deveria ser a maneira correta para a educação, a saúde, os relacionamentos, o desenvolvimento de competências para o trabalho, a organização e gestão de empresas e negócios, o consumo, o uso da natureza, a exclusão e a competição. Ou seja, existe uma lógica de funcionamento da sociedade que é a esperada. E essa lógica está pautada nos valores do individualismo, da propriedade privada e da concentração de renda. Mesmo que as pessoas observem as discrepâncias sócio-econômicas-culturais existentes na sociedade, elas persistem em manter o comportamento adquirido nesse sistema, ajudando a mantê-lo.

Por outro lado, não é fácil perceber esse funcionamento enquanto se está dentro dele até porque, ele não deixa de ser um sistema sedutor. Para os menos avisados, deixar-se seduzir por ele poderia ser comparado a uma paixão acometida entre um homem (sistema capitalista) e uma mulher (trabalhadores, os excluídos)¹⁴. Seria como uma mulher se apaixonar por um homem forte, másculo, que promete proteção e carinho. Ele também se apaixona por ela, mas é um amor egoísta que não demonstra seus reais interesses. Ela se deixa levar e passa a compartilhar o que lhe é de mais precioso: sua vida, sua subjetividade. Quando dá por si, percebe que está aprisionada. Aquela paixão inicial se transforma em angústia, trazendo-lhe emoções conflitantes entre amor e ódio. Não sabendo bem o que fazer, sente-se constantemente apreensiva. Ele a desqualifica, alega que não tem potencial, que não sabe fazer nada direito e que, por isso, ele precisa estar no controle. Ela começa a acreditar que não é digna, que não é merecedora, que precisa se submeter porque, afinal, é ele que tem

¹⁴ História baseada no depoimento de uma das mulheres do grupo estudado, em março de 2006.

competências. E enquanto não rompe com essa relação de submissão-obediência, o tempo vai passando e os filhos vão nascendo. Agora se sente mais prisioneira ainda. Seus filhos acreditam no pai, no homem seguro, forte e sedutor. A mãe se submete cada vez mais, não somente ao marido, mas também às vontades dos filhos. E, enquanto não resolve tomar uma decisão, vai morrendo um pouco a cada dia.

Arruda (2006) nos traz alguns elementos para reflexão:

“Uma socioeconomia, isto é, uma economia a serviço do social e do humano envolve, em primeiro lugar, uma revolução cultural de grande escala e profundidade. Não se trata apenas de mudanças na estrutura da produção, na tecnologia, na organização do trabalho, no modo de ser das instituições, sobretudo as empresas e o Estado. Todas estas são transformações indispensáveis. Mas a condição que garantirá a coerência, a sustentabilidade e, enfim, o êxito delas é a transformação no interior de nós próprios, nos valores que nos dão sentido, nas atitudes que permeiam nossos comportamentos e modos de relação, na postura frente aos desejos e aspirações, no grau de consciência sobre o nosso próprio ser – inclusive sobre o inconsciente – e suas potencialidades, no grau de controle sobre nossa dimensão infra-humana, instintos e impulsos peculiarmente animais. Não se criam novas estruturas, novas instituições e novas relações sociais com velhos seres humanos” (ARRUDA, 2006, p. 65:66).

O autor faz a analogia de que a cultura solidária é baseada na do amor e não na cultura do desamor, no jogo ganha-perde, entre capital e trabalho, empresas, vendedores e compradores, produtores e consumidores ou, indo mais além, entre pais e filhos, esposos e esposas.

Nesse sentido, Souza (2006) acredita que as transformações da sociedade ocorrem simultaneamente ao sistema hegemônico, sendo construídas a partir do sistema vigente até alcançar maturidade suficiente para poder se transformar definitivamente. Essa transformação deve vir embasada por meio de um processo educativo que leve as pessoas a refletirem sobre os princípios da Economia Solidária, principalmente àquelas populações excluídas do sistema e aliadas aos movimentos sociais, buscando resgatar a auto-estima, quebrando com a idéia do assistencialismo, movendo nuvens embaçadas em relação à realidade do modo de produção capitalista e suas mazelas.

Singer (2006), reforça a idéia de que a mudança revolucionária ocorreria não mais por partidos políticos, mas por projetos sociais amplamente apoiados pela sociedade civil, promovidos de baixo para cima e de dentro para fora, pelas comunidades dos excluídos e dos marginalizados do atual sistema econômico. Mas antes de tudo, é uma luta que precisa ser travada dentro de cada indivíduo, cotidianamente, em todos os espaços e relações para “[...] reeducarmos como novas mulheres, novos homens e novas crianças” (ARRUDA, 2006, p. 69).

Tiriba & Picanço (2004b) defendem a idéia de que a educação tem como objetivo contribuir com homens e mulheres trabalhadores para que reorganizem os saberes sobre a vida em sociedade, “[...] apropriando-se do processo de trabalho em sua totalidade, há que se buscar no interior mesmo da produção [...] os elementos que favoreçam a formação integral e omnilateral de um novo homem” (TIRIBA & PICANÇO, 2004b, p. 20). As autoras alertam para a incorporação dos educadores nos estudos teóricos, nas pesquisas e práticas em defesa do direito ao trabalho, os quais têm se dedicado à economia popular, à Economia Solidária, ao cooperativismo e a autogestão, por meio dos inúmeros projetos de geração de trabalho e renda, na construção de uma pedagogia comprometida com a organização de trabalhadores associados na produção e em torno de um projeto político-econômico. Questionam também se é : “[...] possível uma pedagogia da produção associada que, contrariando a perspectiva da “educação para o empreendedorismo”, contribua para a constituição de uma nova cultura do trabalho, calcada em novas relações econômico-sociais de novo tipo?” (TIRIBA & PICANÇO, 2004b, p. 26). “A economia popular não deve ser compreendida apenas como um refúgio dos desempregados, mas como a possibilidade de materialização de um projeto econômico que se oponha à lógica do capital” (TIRIBA, 2006, p.1).

O papel da educação com conteúdos voltados para escolas cooperativas ou associativas, construídos a partir do envolvimento de pais, alunos e professores focando a emancipação do ser humano baseado em valores de solidariedade, cooperação, democracia participativa, justiça e paz, é fundamental.

“Tendo em vista a história da Educação no Brasil e na maioria dos países, principalmente os do Terceiro Mundo, vemos que a escola esteve, quase sempre, estruturada de modo a instrumentalizar os alunos, desde pequenos, à servilidade e ao sentimento utilitarista da informação, formando cidadãos honestos e bons para o trabalho, tendo em vista a necessidade de algum nível de estudo formal e qualificação profissional para a conquista de uma vaga no mercado de trabalho, cada vez mais exigente” (HAMASAKI et.al, 2006, p 14).

Para Bez e Carneiro (2004) o principal motivo para uma atuação pedagógica é que as relações tradicionais de emprego inibem o trabalhador condicionando-o a permanecer passivo, assumindo uma postura de inferioridade e julgando-se incapaz de participar. Nesse sentido, acreditam que é possível romper com o mutismo dos/as trabalhadores/as a partir de aplicação da teoria da Ação Dialógica proposta por Paulo Freire.

Segundo Singer (2002, p. 116) a questão que se coloca obviamente é como a “Economia Solidária pode se transformar de um modo de produção intersticial, inserido no capitalismo em função dos vácuos deixados pelo mesmo, numa forma geral de organizar a economia e a

sociedade, que supere sua divisão em classes antagônicas e o jogo de gato e rato da competição universal.”

Ela teria que criar sua própria consistência e não se deixar levar pelas contradições do modo dominante de produção. Além disso, precisaria:

- erguer um sistema de crédito cooperativo de tal forma a suportar financeiramente a economia, além de propiciar a abertura de novas oportunidades e empreendimentos solidários;
- é necessário também criar e manter um esquema ininterrupto de geração e difusão de conhecimento, dando formação técnica e ideológica aos atuais e futuros integrantes dessa forma de economia;
- para não se impregnar com a questão da competição entre as empresas capitalistas o consumo solidário deveria ser altamente estimulado.

Para se transformar de um paliativo dos males do capitalismo em seu competidor a Economia Solidária precisará, na visão de Singer (2002) alcançar níveis de produção e distribuição muito próximos aos do sistema capitalista, tudo isto alicerçado por serviços financeiros e científicos-tecnológicos solidários.

Arruda (2006) propõe uma economia da práxis (embasando um sistema denominado socioeconomia ou Economia Solidária) baseada na realidade do dia-a-dia da reprodução ampliada da vida dos seres humanos, considerando o próprio corpo, a casa familiar, as coletividades da comunidade, o bairro, a cidade, a nação, o continente e o planeta Terra. Ampliar a visão estratégica para transformar iniciativas isoladas em “[...] redes não hierárquicas e autonutrientes, locais, nacionais e internacionais, setoriais, intersetoriais, verticais (integrando cadeias produtivas) e horizontais (integrando de forma cooperativa e solidária empreendimentos nas áreas de consumo, conhecimento, produção, comercialização, finanças, comunicação e educação)” (ARRUDA, 2006, p. 343). Para o autor, a luta pela construção de uma Economia Solidária passará primeiramente por uma dimensão emergencial, para apaziguar as situações de sobrevivência da maioria dos trabalhadores, sem deixar de lado a dimensão estratégica direcionada para a transformação objetiva e subjetiva da sociedade.

Nessa mesma linha, os autores aqui estudados: Mance (2003), Arruda (2006), Tiriba (2004) e Souza (2006) concordam com Singer (2000) de que isso nada adiantará para o Brasil se as investidas das populações excluídas na idéia da Economia Solidária for apenas uma resposta

às contradições do capitalismo. A Economia Solidária, como já dito, é ou poderá ser mais do que mera resposta à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade que necessitem de trabalho. É preciso, porém, que haja análise crítica bastante apurada dos atores sociais para que esta mudança se proceda.

Empreendimentos Solidários

Bez e Carneiro (2004, p. 16) chamam a atenção de que “[...] nem toda economia popular é solidária, e nem toda Economia Solidária é popular”. Há diferenças entre o que se denomina economia popular e a Economia Popular Solidária. Enquanto a primeira se propõe a formar um subsistema, a segunda pretende ser uma forma de superação do capitalismo. O que está implícito na Economia Popular Solidária é a valorização das ações baseadas em cooperação, companheirismo, comunidade, coletivo e coordenação. Os empreendimentos verdadeiramente solidários possuem na sua base relações solidárias e autogestionárias.

Singer (2002) aponta significativas diferenças entre a empresa sob o modo de produção capitalista e a da Economia Solidária, conforme demonstra o Quadro 1:

Quadro 1 – Principais Diferenças entre a Empresa com Modo de Produção Capitalista e a da Economia Solidária

	EMPRESA CAPITALISTA	EMPREENDIMENTO SOLIDÁRIO
SALÁRIOS	Empregados ganham salários desiguais, determinado pelo nível de complexidade das tarefas e pela demanda e oferta pelo mesmo no mercado de trabalho.	Os sócios não recebem salários, mas retiradas que variam conforme a receita obtida. A decisão se as retiradas serão iguais ou diferentes são tomadas em assembleias. Quando optam por retiradas diferenciadas, ainda assim as diferenças entre a retirada dos trabalhadores manuais dos que utilizam o trabalho mental são bem menores.
TRABALHADORES	Os trabalhadores são livres para procurar emprego, tendem a buscar melhores salários.	Os cooperados são livres para saírem da cooperativa, mas deverão desistir de retirar o fundo indivisível, como uma forma de perpetuar a Economia Solidária.
EMPREGADORES	Os empregadores são livres para demitir e para procurar os que produzem melhor.	Não existe a relação empregador <i>versus</i> empregado, mas sim todos os sócios possuem o mesmo direito de voto.
	A decisão sobre a destinação do lucro cabe à assembleia dos acionistas, quase sempre dominada por um pequeno grupo:	A destinação das sobras são decididas pela assembleia de sócios, normalmente assim distribuídas:

LUCRO	<ul style="list-style-type: none"> • Uma parcela é entregue aos acionistas sob a forma de dividendos; • O restante vai para fundos de investimentos; <p>Prevalecem sempre o poder e os interesses dos acionistas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • uma parte num fundo de educação; • Outra parte num fundo de investimentos; • E o que resta é distribuído entre os sócios. <p>Prevalecem o poder e os interesses dos sócios.</p>
GESTÃO	<p>Aplica a heterogestão como forma de administrar a empresa, que significa uma hierarquia que deve ser respeitada conforme há a concentração do poder de decisão.</p> <ul style="list-style-type: none"> • A comunicação entre os níveis normalmente é prejudicada, pois quem está embaixo na hierarquia sabe apenas o necessário para a realização das tarefas, as quais normalmente são repetitivas; • À medida em que uma pessoa sobe na hierarquia o conhecimento sobre a empresa amplia e exige-se maior responsabilidade por parte do trabalhador; • Os empregados são agrupados em seções, departamentos, sucursais, os quais são exigidos que cooperem entre si. Existe uma busca constante de se conseguir máxima eficiência do empregado e do trabalho por ele realizado. 	<p>Administra-se democraticamente, por meio da autogestão.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Quando as decisões são pequenas são tomadas em assembleias. Quando são maiores, os sócios elegem delegados por seção ou departamento, que se reúnem para deliberar em nome de todos; • Quando são grandes decisões a serem tomadas, estabelecem-se hierarquias de coordenadores, por exemplo, onde as ordens e considerações provêm de baixo para cima e as informações de cima para baixo. Os níveis mais altos são delegados pelos níveis mais baixos. A autoridade maior é a assembleia de todos os sócios que devem ser seguidos por todos; • Cada trabalhador deve se preocupar com suas atividades cotidianas e também com as questões gerais da empresa. Não há ninguém superior que cuide disso. O interesse é de todos. Todos são co-responsáveis por tudo o que acontecer com a ou na cooperativa, favorecendo tanto a divisão de sucesso financeiro como também dos prejuízos. • Neste sentido, pode haver desgastes nas relações, pois os conflitos existem e devem ser administrados por eles.

Fonte: Adaptação do texto: empresa capitalista e empresa solidária: a repartição dos ganhos (p.11:23).

In: SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. SP: Editora Perseu Abramo, 2002.

De acordo com Singer [s/d] “É uma economia formada por empresas onde os trabalhadores são capitalistas e os capitalistas são os trabalhadores. Não há separação entre a propriedade e o trabalho. Todos que trabalham na empresa são donos da empresa por igual. Cada um tem a

mesma parte do capital e, portanto, os mesmos direitos de decisão. Pratica-se a autogestão, que é a administração da empresa por todos que trabalham nela democraticamente.”

Ainda segundo o autor (2000b) a autogestão é o principal diferencial entre uma empresa capitalista e um empreendimento solidário, pois atinge a principal crítica ao capitalismo que é o poder ditatorial. O fato dos trabalhadores estarem acostumados ao esquema de mando-obediência, num sistema tradicional e hierarquizado, em que a figura de autoridade lhes diz o que precisa ser feito, quando e onde, tirando do trabalhador o pensar e o poder decisório, isto configura-se em mais uma dificuldade a ser transposta. Ao renunciar à hierarquia tradicional e assumir o pressuposto autogestionário, o trabalhador passa de coadjuvante a autor do processo de gestão com todas as responsabilidades e as devidas conseqüências que tal ação contém. Ao tomar decisões coletivamente, as informações devem ser necessariamente socializadas, participadas e discutidas. Ao assumir a responsabilidade pela concepção, pelo planejamento e pelo controle do processo produtivo, o trabalhador muda sua posição de submissão para o de gestor conjuntamente com outros trabalhadores, ampliando sua visão sobre o negócio, sobre o grupo e sobre si mesmo. A democracia deve permear a vida do empreendimento solidário desde a sua concepção. “Para isso acontecer, é necessária a participação de todos nas assembleias e outras reuniões, nas quais todos têm o direito de expor sua opinião, discutir e discordar das demais opiniões, o que pode ser um processo cansativo, principalmente se o empreendimento tiver muitos membros e se o processo de decisão não tiver um mínimo de controle” (HAMASAKI *et.al.*, 2006, p. 12). Tudo isso requer uma mudança profunda de valores, o que pode eventualmente prejudicar o processo, devido ao desinteresse de alguns trabalhadores em se manter informado e participante.

Nesse sentido, Hamasaki *et.al.* (2006, p. 12) entendem e reforçam a idéia de que deve haver a continuidade da formação/educação desses trabalhadores, principalmente em conceitos da Economia Solidária. Esses conceitos devem abranger a cooperação, a solidariedade, a autogestão e a democracia, para que não se corra o risco de os trabalhadores se desvirtuarem dos princípios autogestionários, devido ao crescimento do empreendimento, a percepção da importância de adequação às mudanças do mercado, das inovações tecnológicas e das mudanças na legislação, que acabam por burocratizar o sistema.

Além dos empreendimentos solidários, tais como: Grupos de trabalho ou coletivos informais; iniciativas de consumo crítico, solidário e coletivo; bancos comunitários; clubes de troca; lojas de economia solidária; feiras; associações de trabalho; cooperativas populares; cadeias solidárias de produção, comercialização e consumo e empreendimentos coletivos

autogestionários, entre outros têm-se também as entidades de apoio que oferecem apoio e fomento à Economia Solidária, geralmente ONGs e universidades, através das Incubadoras Tecnológicas. Deve-se compreender também, que os gestores públicos são membros de entidades públicas no âmbito federal, estadual e municipal que atuam na gestão de programas de desenvolvimento da Economia Solidária.

Um Retrato da Economia Solidária no Paraná

O Estado do Paraná, contexto de nosso estudo de caso é um bom exemplo do que está sendo discutido em relação à emergência da Economia Solidária. Sua história, especialmente no atual momento, retrata vários desses aspectos. Dados levantados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (período entre 2004 e 2006) sugerem que existem no Estado do Paraná cerca de 527 empreendimentos econômicos solidários, representando 3,5% dos empreendimentos do Brasil, em que os trabalhadores e as trabalhadoras estão reunidos/as em cooperativas (22%), associações (34%), grupos informais (41%) e outros empreendimentos solidários (3%).

Entre as décadas de 80 e 90, acompanhando o movimento nacional e mundial em relação a problematização do desemprego estrutural, houve, no Paraná, um aumento considerável de pessoas desempregadas que, expulsas da formalidade, algumas ligadas a movimentos sociais e outras a grupos das CEBS (Comunidades Eclesiais de Base) foram se organizando em associações e cooperativas com objetivos específicos de preparar os trabalhadores coletivamente para melhorar as condições de moradia e diminuir o custo de vida dos operários. Tais empreendimentos inicialmente ocorreram na Região do Boqueirão, Xaxim e Pinheirinho, três bairros localizados na região sul de Curitiba, surgindo o que se denominou de Organização Xapinhã. “Alguns exemplos dessas organizações são: Fábrica de Manilhas, Serralheria ABC (metalúrgicos), Cooperativa Construção P. Miguel e Cecoma (Centro Comunitário de Manutenção) – compras coletivas – onde hoje funciona o Cecopam (Centro de Proteção Alimentar Padre Miguel, na Vila S. Pedro). Em 1996, surgiram as primeiras Padarias Comunitárias no Pinheirinho e Sitio Cercado” (HAMASAKI *et.al*, 2006, p 4.). Ocorreu o surgimento e a participação de várias cooperativas e de movimentos sociais, além de instituições de apoio ao desenvolvimento da Economia Solidária no Paraná.¹⁵

¹⁵ COOPERBOTÕES, COOPERCENTRAL (Rede no setor de reciclagem formada por cooperativas e associações de trabalhadores recicladores, localizada em Maringá, Paiçandú e Sarandi), ARAFOZ, CEPEVE, Fórum do Lixo e Cidadania, Instituto Lixo e Cidadania, Movimento Nacional dos Catadores, ADS/CUT (início de seus trabalhos em 2002); a UNISOL BRASIL (Justa Trama - é uma das redes nacionais da cadeia do algodão, na qual o Paraná deve se inserir com agricultores

Por volta dos anos de 1999 e 2000, o Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (CEFURIA), apoiado pelo Instituto de Filosofia da Libertação (IFIL) ambas organizações de Curitiba, acompanhando tais transformações sociais e sensíveis a estas alterações da sociedade começaram a organizar seminários relativos à Economia Solidária e ao Cooperativismo. Na ocasião, foram cadastrados mais de 100 grupos produtivos em Curitiba e Região Metropolitana, que começaram a participar de Feiras de Economia Solidária na Paróquia da Vila S. Pedro – Xaxim.

Paralelamente, nessa mesma época (1999), houve a criação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares na Universidade Federal do Paraná, em Curitiba fruto de um programa de extensão de caráter nacional (ligado à Rede de Incubadoras) que visa fazer a ligação entre as iniciativas de pesquisa e de ensino, principalmente por meio do Mestrado em Cooperativismo e Cidadania do Setor de Ciências Jurídicas.

Em 2001, surgiu o primeiro Clube de Trocas da cidade de Curitiba, organizado na Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora seguido no Cecopam, localizado na Vila São Pedro, no início de 2002. Da mesma forma, emergiram outros clubes de troca como os de Santa Felicidade, do Centro Comunitário Santo Afonso e o da Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, expandindo-se para a região Metropolitana de Curitiba. Exemplos disso podem ser encontrados em Colombo, Irati, São José dos Pinhais, Pinhais e Piraquara. Em 2005, já contava com mais de 25 clubes de trocas. Em pouco mais de uma década foram se multiplicando grupos organizados em cooperativas, empresas autogestionárias, padarias comunitárias, grupos de artesanato, cozinhas comunitárias, grupos informais, oficinas de costura e outros, engrossando um movimento que pode ser compreendido sob duas vertentes: a primeira uma busca de resposta imediata em relação à subsistência e, a segunda, em construir uma outra sociedade baseada em valores comunitários, solidários, autogestionários e democráticos.

Também no interior do Estado do Paraná houve crescimento considerável na organização de grupos artesanais, associações de agricultura familiar e cooperativas ligadas aos sindicatos rurais e ao MST (Movimento dos Sem Terra). “Hoje são muitos também os grupos agroecológicos que produzem alimentos sem uso de agroquímicos com grande preocupação ambiental e profundo respeito à vida protegendo a saúde do consumidor, princípio fundamental da SocioEconomia Solidária” (HAMASAKI *et.al*, 2006, p 5). Muitos

familiares da região noroeste e com uma fábrica de confecção em Paiçandú), a ECOSOL, a UNITRABALHO, a CRESOL (Cooperativa de crédito da agricultura familiar), a FETRAF/CUT, a UNICAFES.

empreendimentos contaram com o apoio de políticas públicas locais e de entidades apoiadoras, como: ONGs, centros comunitários paroquiais, sindicatos, incubadoras universitárias de cooperativas populares, pastorais sociais. Pela administração pública, no Estado do Paraná, a SETP – Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social incorporou em 2003 o Programa de Economia Solidária com o objetivo geral “promover o fortalecimento e a divulgação da Economia Solidária, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário” (HAMASAKI *et.al*, 2006, p 11).

A Economia Solidária enquanto movimento, iniciou-se no Paraná, a partir das iniciativas supramencionadas e também, por meio de articulações e participações efetivas de alguns empreendimentos e entidades de apoio na realização dos fóruns sociais mundiais como o que aconteceu em Porto Alegre, desde 2001.

Em maio de 2003, reuniram-se em Curitiba, entidades de apoio e gestores públicos para a preparação da III Plenária Nacional de Economia Solidária, a qual se realizou em julho do mesmo ano, em Brasília.

Em 2003, foi realizado o Encontro de Economia Solidária, além de uma feira na cidade de Maringá (Paraná). Durante a realização do I Encontro Paranaense de Empreendimentos de Economia Solidária, em 8 de agosto de 2004, em Curitiba, foi criado o Fórum Paranaense de Economia Solidária (FPES). A partir desse encontro a Delegacia Regional do Trabalho (DRT) representando a SENAES, convocou todos os grupos interessados para participarem da organização de cinco encontros regionais e um estadual, envolvendo todos os segmentos (gestores públicos, entidades de apoio e empreendimentos). Compareceram aos eventos mais de 500 participantes, representando cerca de 150 empreendimentos (ATHAYDE, 2006).

O Programa de Feiras Estaduais de Economia Solidária conseguiu realizar em novembro de 2005, uma Feira em Curitiba, que contou com a participação de aproximadamente 150 empreendimentos.

Em abril de 2006, foi realizado o I Encontro dos Fóruns da Região Sul do Brasil, em Florianópolis. Nesse Encontro, representantes dos dois grupos (Rede e Fórum) decidiram criar o Grupo de Trabalho Paranaense de Economia Solidária para tentar unificar as ações e representação da Economia Solidária no Estado do Paraná.

Nos dias 19 e 20 de maio de 2006 ocorreu a I Conferência da Região Metropolitana de Curitiba e do Litoral, na cidade de Curitiba, com cerca de 300 representantes (entre delegados

e observadores e convidados¹⁶) do poder público estadual e municipal entre gestores, administradores públicos, poder legislativo e poder judiciário; entidades e organizações da sociedade civil como entidades de fomento e apoio à Economia Solidária, outras organizações da sociedade civil e movimentos sociais e populares; empreendimentos econômicos solidários e suas organizações de representação. Essa conferência teve como um dos objetivos, a eleição dos delegados para a I Conferência Estadual de Economia Solidária.

Nos dias 3 e 4 de junho de 2006 aconteceu a I Conferência Estadual de Economia Solidária na cidade de Curitiba, Paraná, e teve como principais objetivos: propor princípios e diretrizes para orientar uma política estadual de Economia Solidária; identificar as regiões e o potencial da Economia Solidária no estado; realizar balanço das políticas públicas de Economia Solidária implementadas; indicar estratégias e prioridades de atuação para as políticas e programas de Economia Solidária; além de eleger os delegados para a I Conferência Nacional de Economia Solidária.

A Conferência Nacional foi realizada em Brasília, em junho de 2006 e compreendeu um espaço de debate com diversos setores da sociedade civil brasileira, tendo como objetivo propiciar a oportunidade para o movimento da Economia Solidária encontrar-se e (re)conhecer-se, nos planos local, estadual e nacional. Participaram da Conferência as entidades que integram o Fórum Brasileiro de Economia Solidária [FBES], além dos movimentos sociais, ONGs, OSCIPS, redes do campo popular, gestores dos estados e municípios.

Em 2006, houve a necessidade de discutir a instalação do Fórum Regional de Economia Solidária de Curitiba e Região Metropolitana, que está no formato de Pró-Fórum, porque os atores sociais envolvidos não acreditam que o movimento esteja amadurecido o suficiente para que tal espaço se concretize. E ainda em 2006, o Governo Federal assumiu o compromisso de liberar parte dos recursos do FAT (Fundo de Amparo do Trabalhador) para ser utilizado na formação de grupos de Economia Solidária no Paraná.

A revisão da literatura aqui apresentada procurou demonstrar questões relativas às transformações do mundo do trabalho, bem como o surgimento do movimento da Economia Solidária no Brasil e, mais especialmente, no Estado do Paraná. É nesse contexto de idéias, práticas e lugares que se encontra também o grupo de trabalho informal constituído por mulheres integrantes do Projeto de Ação Social Vivendo e Aprendendo da Comunidade

¹⁶ Delegados com direito a voz e voto e observadores e convidados com direito a voz e sem direito a voto.

Monte Moriá, o ponto de partida desse estudo e de sua questão norteadora: há coerência ou não entre o que é discutido institucionalmente e o que é vivenciado no cotidiano dessas pessoas em relação à Economia Solidária?

3. O MOVIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E O CONSTRUCIONISMO

A pesar de essa perspectiva ser fortemente desenvolvida na Psicologia contemporânea, não se pode dizer de forma alguma que é um fenômeno exclusivo dessa área de conhecimento. Encontra-se também esse movimento no campo da Sociologia, da Antropologia, da Economia, da Administração, da Linguística e da Filosofia (IBÁÑEZ, 1993).

A perspectiva construcionista é resultante de três movimentos distintos. O primeiro é o da Filosofia, a partir da reação ao representacionismo do conhecimento, por entender que o conhecimento não é meramente uma tradução de algo que pertence à realidade, já que esta realidade é constituída por objetos da natureza que são produtos de interações historicamente construídas, decorrentes de processos sociais dos seres humanos (SPINK e FREZZA, 2000, p. 28). Portanto, o conhecimento é sempre o resultado de uma construção coletiva que gera a realidade e as versões que temos dela e, por isso, o conhecimento não é algo que alguém tem, mas é algo que as pessoas fazem juntas.

O construcionismo reconhece a linguagem como prática social e que constitui a base da sociedade, sendo uma das formas de interações sociais fundamental para essa perspectiva. As pessoas que convivem na mesma cultura e que compartilham a mesma língua contribuem rotineiramente para a criação de um sistema conceitual, que molda a ação social de seus integrantes ou segundo Iñiguez (2002, p. 13)“... falar é construir o mundo, construir nossa experiência psicológica, construir nossas emoções, ou seja, a fala deve ser entendida como uma forma de ação.”

Além disso, como já vimos, o conhecimento é resultado de um processo histórico particular e relativo à cultura na qual foi produzido, portanto, não universal. Ou seja, o conhecimento em

uma determinada comunidade sobre um determinado tema pode ser muito distinto em outro local ou época.

Outro movimento vem da Sociologia do Conhecimento, que critica a concepção da verdade como conhecimento absoluto. A verdade, de acordo com Ibáñez (*apud* SPINK e FREZZA, 2000, p. 29) “são sempre específicas e construídas a partir das convenções pautadas por critérios de coerência, utilidade, inteligibilidade, moralidade”. O que a abordagem construcionista advoga é que a verdade deve ser questionada, colocar-se em dúvida a forma pela qual nos ensinaram a olhar o mundo e a nós mesmos. Tal verdade problematizada pode levar a busca de sua origem, seu processo, a quem beneficia e a quem prejudica. Exige um esforço do pesquisador, nesse sentido, de desfamiliarizar conceitos profundamente enraizados na cultura, já que ela se refere ao padrão de desenvolvimento refletido nos sistemas sociais de conhecimentos, ideologias, valores, leis e rituais quotidianos. E assim, promove o ato político do pesquisador em se posicionar frente ao mundo.

E, por fim, o construcionismo também é resultado do movimento na Política, como a busca do empoderamento de grupos socialmente excluídos.

A perspectiva construcionista preocupa-se, então, com a explicação dos processos por meio dos quais as pessoas descrevem, explicam ou dão conta do mundo (incluindo a si mesmas) em que vivem. Ela se difere das demais perspectivas tradicionais de pesquisa no momento em que incorpora a noção de que os conceitos que se utiliza para explicar e descrever são socialmente construídos, produtos das interações humanas e que toma para si o ato de convidar o pesquisador a participar ativamente dos processos de transformação social. “Impõe-se, em contrapartida, a necessidade de explicitação de nossas posições: não a escolha arbitrária entre opções tidas como equivalentes, mas a opção refletida a partir de nossos posicionamentos políticos e éticos” (SPINK e FREZZA, 2000, p. 32:33).

Nesse sentido, a compreensão de que os conhecimentos compartilhados nos espaços da Comunidade Monte Moriá e nas Conferências Preparatórias (Regionais e Estadual) da Conferência Nacional de Economia Solidária, não são individuais, nem empíricos, mas ao contrário, esse espaço é co-produzido por práticas discursivas e sua produção de sentidos, relacionando a história construída com as circunstâncias que as pessoas estão vivendo, definindo posicionamentos e, portanto, participando da constituição de suas intersubjetividades. “O foco está na compreensão da construção de sentidos no espaço de vida do indivíduo, grupo, instituição ou comunidade” (SPINK, 2003, p. 16).

Portanto, é nesse conceito que se sustenta a possibilidade de investigar as interfaces existentes entre os sentidos presentes que circulam numa comunidade que busca se organizar e auto gerir-se em prol de geração de trabalho e renda digna a todos os envolvidos e os sentidos presentes em um documento de domínio público, como o Documento Base da I Conferência Nacional de Economia Solidária, que possibilitou compreender a trama social em que as pessoas constroem seu modo de ver e entender a vida, sob os princípios da Economia Solidária.

Assim, esta pesquisa de campo foi sendo elaborada com o enfoque da perspectiva construcionista, em que os acontecimentos foram social e historicamente considerados, porque uma multiplicidade de vozes estava sendo reconhecida como integradora dos sentidos e das ações praticadas pelos atores sociais envolvidos no tema pesquisado.

Por isso, o ponto de partida da pesquisa era conhecido, porém, o método e os procedimentos técnicos foram sendo constituídos durante o caminho. Esse caminho investigativo começou nas visitas que foram realizadas junto ao grupo de trabalho informal da Comunidade Monte Morιά, nos contatos e nas conversas realizadas com o pastor e sua esposa, a pastora, as mulheres integrantes do projeto, os voluntários e os profissionais convidados. Mais tarde, com os atores sociais envolvidos no movimento da Economia Solidária, encontrados em reuniões preparatórias e avaliativas das Conferências Municipal e Estadual, além da Nacional.

Entretanto, ao mesmo tempo em que a pesquisa de campo estabeleceu um contato mais direto com a vida cotidiana, ela exigiu uma metodologia capaz de se envolver com a polissemia e a polifonia que aconteciam no processo dialógico concomitante ao processo da pesquisa (que já é, em si mesma, uma construção social). Nesse sentido, é que foi sendo assumida uma metodologia de pesquisa, cuja postura epistemológica estava alinhada com as particularidades típicas de uma pesquisa de campo qualitativa em Psicologia Social do Trabalho e, por conseguinte, foi sendo trabalhado um referencial teórico que sustentasse essa produção. “Para fazer isso, não há métodos bons ou ruins; há simplesmente maneiras de estar no campo-tema, incluindo a poltrona da biblioteca. Método, nada mais é do que a descrição do ‘como’, ‘onde’ e ‘o quê’” (Spink, P. K., 2003).

O processo a ser estudado foi então definido e, com ele, também foram definidos alguns pressupostos para a pesquisa, pois se optou em estudar o discurso tanto do grupo de trabalho informal supramencionado quanto do texto formalizado do documento base, utilizado nas discussões das conferências preparatórias da I Conferência Nacional sobre Economia Solidária no Brasil. Tanto um quanto o outro discurso baseia-se em premissas de que a

relação social a ser analisada não somente estará intermediada pela linguagem, mas principalmente, controlada por ela (IÑIGUEZ, 2004). Neste sentido, o controle dos discursos não necessariamente óbvios, está baseado em regras formais ou informais que afetam, codificam e prescrevem o comportamento das pessoas envolvidas e que têm enorme poder sobre as orientações das vidas humanas, levando a seguinte questão: “[...] não existe nenhum discurso que seja independente dos demais, um discurso nunca existe por si mesmo sem estar ancorado em algum outro [...] é conhecido pelo termo “intertextualidade” (IÑIGUEZ, 2004, p. 135).

Nesta pesquisa, sob a perspectiva construcionista, foi utilizado o método do estudo de caso (Yin, 1987), por ser uma forma particularmente apropriada para compreender condições contextuais, acreditando que elas poderão ser altamente pertinentes para o entendimento mais abrangente do fenômeno em estudo (no caso, a Economia Solidária). O grupo de trabalho informal da Comunidade Monte Moriá acompanhado com mais cuidado pareceu fonte privilegiada de informações sobre os desdobramentos do processo de incubação de uma cultura baseada nos princípios da Economia Solidária que o presente estudo pretende compreender. A seguir, contaremos como ocorreu a aproximação desta pesquisadora junto ao movimento da economia solidária, primeiramente no grupo de trabalho informal e depois nas conferências preparatórias e avaliativas sobre o tema.

Aproximação do Movimento da Economia Solidária

Tão logo ocorreu a definição do campo tema, foi iniciada a busca por um grupo de trabalho informal para transformá-lo em objeto de estudo desta tese. Surgiu, então, a possibilidade de acompanhar o grupo de trabalho informal da Comunidade Monte Moriá, localizado em Curitiba, capital do Paraná. Assim, em fevereiro de 2005, em uma reunião na Universidade em que leciono, foi possível contatar com a Pró-Reitoria de Promoção Humana, que estava coordenando um projeto de Extensão Universitária denominado **Vivendo e Aprendendo** existente desde julho de 2000, apoiado pela Universidade entre os anos de 2000 e 2005.

Então, passei a frequentar o grupo todas as quartas-feiras (das 15h às 17h), desde março de 2005 até novembro 2006. Durante este tempo participei dos encontros, observei as movimentações, as pessoas, anotando em meu diário de campo. Para efeitos desta contextualização, divide-se a história em dois momentos: o primeiro antes do meu ingresso no

grupo e o segundo momento durante a minha participação que se subdividiu também em dois momentos: o primeiro o de observação e o segundo o de intervenção.

A. Projeto de Ação Social Vivendo e Aprendendo da Comunidade Monte Moriá

Passa-se agora a contar um pouco da história da criação do projeto supramencionado. Esta parte da história ocorreu entre 2000 e 2004, ou seja, antes do meu ingresso ao grupo.

O espaço para o desenvolvimento do projeto foi disponibilizado por uma instituição cristã- evangélica, denominada de Comunidade Monte Moriá¹⁷. Para a criação do projeto foi realizada uma pesquisa com a população do bairro¹⁸ sobre os seguintes aspectos: o perfil, a renda, a ocupação, a história do bairro. Essa pesquisa teve o objetivo de levantar as demandas da comunidade em relação à saúde, educação e trabalho. Também foi realizada uma pesquisa interna na comunidade religiosa para identificar a disposição em apoiar os trabalhos que o grupo estava propondo. O resultado desta pesquisa foi de que 89% das pessoas que frequentavam a igreja aprovavam os trabalhos com a comunidade. Neste sentido, sentiram-se seguros para implantar o “Projeto de Ação Social Vivendo e Aprendendo”, daqui para frente também denominado “Projeto Vivendo e Aprendendo”.

Tal projeto contou com parcerias, que duraram por cerca de 5 anos (2000 a 2005), como: a da Universidade Tuiuti do Paraná e da Faculdade Evangélica de Medicina (Hospital Evangélico). Enquanto a primeira apoiou o projeto, por meio de doações de cestas básicas mensais, a segunda possibilitou que as mulheres integrantes do projeto procedessem ao preventivo de câncer, como se fossem pacientes de um plano de saúde privado. Além disso, sempre que possível as mulheres contavam com palestras gratuitas de todas as especialidades da saúde, inclusive com atendimento gratuito às crianças.

A distribuição das cestas básicas às mulheres integrantes do Projeto Vivendo e Aprendendo, foi condicionada à participação delas nos cursos proporcionados nas quartas-feiras, durante

¹⁷ A Comunidade Monte Moriá foi fundada em 1998, por um grupo freqüentador da Comunidade Luterana de um bairro de Curitiba, que integrava o movimento verbalista da igreja. Esse movimento tinha como objetivo combater o tradicionalismo religioso em relação a aceitação ao “novo”, por entender que a igreja não era atrativa a milhares de jovens que precisavam se desenvolver espiritualmente. O movimento do grupo sofreu uma série de resistências dentro da Igreja do Bairro, então, por esse motivo, decidiram continuar se encontrando em casa ou na igreja do Centro da capital. No entanto, como era uma igreja muito grande, logo perceberam que seu trabalho seria irrelevante, por ser a igreja freqüentada pela elite da sociedade Curitibana, tornando os questionamentos do grupo apenas mais “um sopro ao vento”. Neste sentido, decidiram fundar a Comunidade Monte Moriá.

¹⁸ Na época, a população era bem maior por que ocupavam os dois lados do rio Barigui. Devido à construção do Parque *Shopping Barigui*, boa parte desta população foi deslocada para outras áreas da cidade.

seis semanas, da seguinte forma: durante duas semanas eram ensinados conteúdos sobre trabalho; outras duas sobre saúde e duas sobre educação. Na área da saúde houve a participação voluntária de profissionais, como: psicólogos, médicos e acadêmicos de Medicina como palestrantes. Na área de educação foi desenvolvido o projeto de alfabetização de adultos.

Dentro da área do trabalho, um dos resultados do Projeto Vivendo e Aprendendo, foi a construção de uma cozinha industrial-comunitária que virou referência no Estado¹⁹. A idéia de montar a cozinha comunitária surgiu quando um membro da comunidade religiosa decidiu doar vários quilos de frutas por semana. A partir daí, iniciaram-se as buscas por doações de panelas e de equipamentos de cozinha. Antes da construção da cozinha comunitária, o espaço utilizado pelo grupo de mulheres era o próprio templo da igreja. O fogão era trazido para o local onde as mulheres eram ensinadas por profissionais de engenharia de alimentos a produzir geléias com as frutas doadas. Logo perceberam que havia possibilidades de gerar trabalho e renda e, neste sentido, a igreja decidiu construir uma cozinha como um anexo dela.

Com o objetivo de melhor qualificar as referidas mulheres, houve a organização de um curso denominado: “Capacitação e Qualificação Profissional para Processamento e Produção de Alimentos”²⁰, e foi composto de três módulos: Desenvolvimento Comunitário, Processamento e Produção de Alimentos, Técnicas e Gestão de Vendas (Apostila Curso de Capacitação e Qualificação Profissional para Processamento e Produção de Alimentos, 2005, p. 3) com uma carga horária de 72 horas, devidamente certificada por um dos parceiros. Foi nesse momento que comecei a participar como observadora do grupo. Na época, as mulheres que atuavam com a cozinha comunitária chegaram a produzir 300 potes de geléias por semana, mas apesar de ser considerada uma fonte geradora de trabalho e renda, depois de alguns meses, as mulheres desistiram de produzir, porque sentiram inúmeras dificuldades para comercializar, principalmente por não ter nota fiscal, o que inviabilizou a entrada do produto no mercado.

¹⁹ O governo local cedia equipamentos para cozinhas industriais gratuitamente sem oferecer um curso de apoio para que as comunidades pudessem aprender a manipular os alimentos. Muitos equipamentos, ou estragavam devido a falta de informação da comunidade em como utilizá-los ou enferrujavam por permanecerem encaixotados. Incomodada com essa situação, a pastora resolveu questionar as autoridades locais propondo, em contrapartida, um curso de formação de preparador de alimentos a estas comunidades. Tendo em vista a situação encontrada, o governo optou em colocar este projeto como um exemplo a ser seguido (entrevista com a pastora da Comunidade Monte Moriá cedida em 27/08/05).

²⁰ O projeto foi executado pelo Centro Social Betesda (www.betsda.com.br) – parte integrante da Igreja Assembléia de Deus, financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (www.mds.gov.br), apoiado pelo Instituto Pé na Vila (ipv.penavila@yahoo.com.br) e a Universidade Tuiuti do Paraná foi a instituição certificadora.

Durante o processo de produção das geléias o grupo contava com quarenta e duas mulheres. Quando decidiram interromper a produção e a distribuição de cestas básicas, o grupo reduziu-se para quinze mulheres. No início de 2006, estava com aproximadamente doze mulheres interessadas em continuar com a proposta de geração de trabalho e renda. Em setembro de 2006, o grupo contava com aproximadamente oito mulheres. A fase de observação terminou ao final de 2005. Em 2006, a partir de uma reunião com o pastor e sua esposa e com a pastora decidiu-se fazer entrevistas com as mulheres para delimitar qual seria o melhor produto e/ou caminho a seguir. Com as entrevistas, pode-se descobrir pontos de interesses comuns para o desenvolvimento de um produto, especialmente a tendência do grupo ao artesanato.

A maioria das mulheres comentou que o Projeto Vivendo e Aprendendo funcionou como uma espécie de escola, em que aprenderam ou tiveram a oportunidade de aprender novas informações e habilidades. Todas participaram dos cursos oferecidos pelo projeto, como também freqüentaram outros cursos oferecidos por instituições localizadas no bairro, como é o exemplo da Associação de Moradores, da FAS (Fundação de Ação Social da Prefeitura Municipal de Curitiba) e da Igreja Católica dos Trabalhadores. Os cursos freqüentados foram de artesanatos, tais como: tricô, crochê, bordado em chinelos, bijuterias, pintura em pano de cozinha, ímã de geladeira, artesanato típico de época, emborrachados; alimentação (congelamento, ovos de páscoa) e manicura. Ou seja, independente de uma escolaridade formal, buscam aprender e se aperfeiçoar em cursos rápidos e gratuitos, demonstrando interesse em ampliar suas aprendizagens.

Os cursos oferecidos pelo Projeto Vivendo e Aprendendo foram bem recebidos pelas mulheres. No entanto, não foram cursos que promoveram a criação de uma filosofia de trabalho coletiva para a geração de trabalho e renda, com a possibilidade futura de se constituir, por exemplo, numa cooperativa. As mulheres entrevistadas fizeram cursos com objetivos de, ao final, receber uma cesta básica; outras para uso particular; e outras ainda para estarem mais aptas a se empregarem ou a trabalharem como autônomas. Neste sentido, senti a necessidade de entrevistá-las sobre a geração de trabalho e renda, bem como a criação de uma cooperativa, com o objetivo de identificar quais os sentidos que elas davam para esse tipo de trabalho, diferentemente do que estavam acostumadas a vivenciar.

Nesse mesmo momento, estava iniciando o ano letivo na Universidade, na disciplina de supervisão de estágio em psicologia do trabalho do curso de Psicologia, onde ofereci a oportunidade de estágio na área de Psicologia Social do Trabalho. Para minha surpresa, um

dos alunos interessado era artesão e se disponibilizou a realizar o estágio e ser instrutor de artesanato para o grupo de mulheres.

Então, a partir de março de 2006, deu-se início as aulas de artesanato com a produção de bolsas de palha de taboa²¹. O grupo se identificou rapidamente com o instrutor, por ser uma pessoa acessível e simples. Ele iniciou contando sua trajetória profissional, suas dificuldades e sucessos, além de lhes mostrar que é possível gerar renda com o artesanato. Elas aprenderam a cortar a palha de taboa, a carregá-la de forma correta, a separar as folhas, a secá-las e a trançá-las. Depois, aprenderam a construir o tear e a configurar as bolsas a partir das fibras trançadas (Anexo 4). Isto ocorreu entre março e novembro de 2006. Em dezembro desse mesmo ano, as mulheres participaram da II Feira Estadual de Economia Solidária, em Londrina (Paraná), expondo a sua produção.

Durante todo esse tempo, foi sempre necessária a orientação de alguém para lhes estimular a continuar com o processo de aprendizagem e de produção das bolsas. Às vezes, era difícil saber se elas queriam realmente estar no projeto de geração de trabalho e renda, pois ao mesmo tempo em que deveriam estar empenhadas em fazer mais bolsas para vender e obter renda pareciam não demonstrar interesse em “correr” contra o tempo para produzi-las. Por várias vezes foram realizadas reuniões com o objetivo de discutir sobre o tempo de dedicação delas em relação ao trabalho, pois deveriam se encontrar mais vezes na semana, para demorar menos tempo na produção das bolsas, mas o efeito foi pequeno. Aqui ficou a dúvida se elas estavam certas em não entrar no esquema de produção de mercado ou se realmente estavam desinteressadas, constituindo-se em interesse maior o encontro em si na igreja. Além disso, sempre que lhes era solicitado que participassem de uma reunião sobre Economia Solidária, de um curso sobre o mesmo ou de qualquer evento parecido, não demonstravam interesse.

B. As Mulheres Integrantes do Grupo de Trabalho Informal do Projeto Vivendo e Aprendendo

Das treze mulheres entrevistadas, dez eram participantes do Projeto Vivendo e Aprendendo – grupo de trabalho informal da Comunidade Monte Moriá; duas eram responsáveis pela

²¹ Planta aquática tabôa (*Typha Domingueensis*) é um tipo de vegetação que se espalha rapidamente graças à sua facilidade para colonizar ambientes. Mede mais de dois metros de altura e, em fase reprodutiva, apresenta uma espiga da cor de café com mais de dois milhões de sementes, que são dispersadas pelo vento. Para o artesanato a tabôa é ideal, por sua resistência e durabilidade.

implantação e desenvolvimento do Projeto (uma pastora e uma esposa de pastor); e uma era voluntária para auxiliar no projeto.

As mulheres encontravam-se numa faixa etária que variou entre 32 a 62 anos, sendo que a idade média era de 41 anos. Tal resultado demonstra que, apesar de, na sua maioria, serem mulheres em idade economicamente ativas, elas estavam fora do mercado formal de trabalho, confirmando uma tendência de que a idade é um fator de exclusão, principalmente acima dos 40 anos, conforme dados estatísticos da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social (SETP-PR, 2004)²². No entanto, pode-se constatar que tais mulheres apresentaram algumas características que levaram à suposição de que o fato da maioria delas estar fora do mercado formal de trabalho, não estava relacionado diretamente com a idade, pois o foco de interesse de algumas era o seguinte: para seis delas nunca houve interesse em “trabalhar fora” com carteira assinada, preferindo o trabalho informal ou voluntariado; duas delas apresentavam visíveis problemas de doença mental, e que foram excluídas do mercado formal de trabalho por essa condição; duas atuavam no mercado de trabalho formal, apesar da idade; e três delas apresentavam idade para se aposentar. Para pelo menos seis dessas mulheres não houve a exclusão do mercado formal de trabalho por motivo de idade, conforme as pesquisas tendem a anunciar.

Cada uma dessas mulheres tem uma história para contar. A maioria delas nasceu numa família de baixa renda, estudou pouco e logo saiu de casa em busca de trabalho ou vida melhor. Por exemplo, A²³ nasceu numa cidade do interior, próxima à Capital do Paraná. Morou com os pais até quando seu pai faleceu e sua mãe casou-se novamente. Passou a morar com a avó materna a partir dos 14 anos, para lhe fazer companhia e ajudá-la nas tarefas de casa. Estudou até a 5ª Série e parou porque precisava trabalhar durante o dia e à noite, achava perigoso ir à escola. Sua mãe trabalhava como doméstica e seu pai, que era motorista de caminhão de um supermercado, veio a falecer num acidente de trabalho. Dos 14 aos 19 anos trabalhou como doméstica em Curitiba. Depois se mudou para Guarapuava (interior do Paraná) onde continuou a trabalhar como doméstica. Lá se qualificou como auxiliar de enfermagem, vindo a trabalhar ora como auxiliar autônoma, ora numa firma de beneficiamento de batatinhas, pois na temporada de safra ganhava mais.

Parou de trabalhar quando teve sua primeira filha. Depois que a menina cresceu um pouco pagava outra pessoa para poder trabalhar. Ela e seu marido estão em Curitiba há 9 anos. Ele

²² <http://www.setp.pr.gov.br/setp/crt/indicadores/mercadodetrabalho.pdf>

²³ A significa uma das mulheres entrevistadas.

trabalha na construção civil e atualmente é quem sustenta a casa. Iniciou sua participação na comunidade Monte Moria por influência de amigas, há pelo menos 5 anos. Alega gostar de participar da comunidade. Nunca veio participar somente por causa da cesta básica, apesar da ajuda. Acredita que outras mulheres deixaram de participar por causa do encerramento da distribuição da cesta básica ou porque estão trabalhando.

A maioria das mulheres é casada (77%) e destas, 80% estão no primeiro casamento e 20% no segundo, motivado por viuvez ou separação. Uma mulher é viúva, uma é separada e uma não respondeu.

O caso de B é bastante significativo, pois se casou com 18 anos quando engravidou. Teve dois filhos e durante os seis anos seguintes não trabalhou fora de casa, pois seu marido não permitia. Ele sustentava a casa até que recebeu baixa da polícia militar, por problemas de saúde. Por muito tempo, passaram necessidades financeiras, e mesmo assim, seu marido não permitia que trabalhasse fora. Acreditava que os problemas emocionais de seu marido iniciaram-se quando perderam o primeiro bebê que nasceu morto. O marido foi levá-la para casa e quando retornou ao hospital encontrou o bebê sem roupas e “colocado” num canto. Ele ficou muito impressionado. Depois disso, tornou-se uma pessoa que, ao mesmo tempo em que a protegia, fazia coisas que a deixavam com a sensação de que estava ficando louca. Dizia que ela não limpava a casa direito e que ele limpava melhor; que ela cozinhava mal e que ele cozinhava melhor. Somente quando começou a participar dos encontros de quartas-feiras na igreja e a ouvir os professores e as palestras passou a perceber que as coisas não eram bem como seu marido lhe falava. Ele também começou a traí-la e não trazer mais dinheiro para casa. Decidiu, então, prestar concurso público para auxiliar de serviços gerais no Estado e passou a trabalhar numa escola. Sentiu que a igreja foi seu ponto de apoio e lhe libertou da ignorância e da opressão alheia, além de ser conselheira em relação aos seus direitos matrimoniais.

A maioria delas possui dois filhos (54%), seguido de três filhos (23%) e quatro, um e zero filhos com 7,7%, respectivamente; quatro mulheres declararam ter perdido filhos por falecimento (2), custódia para o pai (1) ou desaparecido (1).

Um exemplo. C que nasceu em Guarapuava, interior do Paraná, permaneceu por lá até os seus 15 anos. Casou-se aos 16 anos e foi morar no Ceará, terra de seu marido, onde permaneceram por cerca de 1,5 ano, mudando-se em seguida para Petrolina (Pernambuco). Lá tiveram quatro filhos (dois morreram). Seu casamento durou 12 anos, vindo a separar-se, pois seu marido arrumou outra família.

Teve que deixar seus dois filhos com o primeiro marido e vir embora da cidade, pois foi obrigada a vender a casa sob ameaça de seu ex-marido. Ele lhe prometeu metade do dinheiro da venda, mas percebeu que estava abandonada. Não poderia ficar com os filhos, nem com a casa e nem com o dinheiro. Saiu da cidade e arrumou trabalho num restaurante em um posto de gasolina. Trabalhou lá por um ano e passou para outro restaurante, onde permaneceu por três anos sem ser registrada. Alega que esse é um dos motivos pelos quais ainda não se aposentou. Nesse trabalho conheceu seu atual marido. Seguiu boa parte de seu segundo casamento tentando localizar sua família de origem no Paraná. Depois, já na Bahia, resolveu abrir um comércio onde ao mesmo tempo em que era uma padaria, comercializava sapatos e outros produtos. Com isso, o casal conseguiu construir sua casa própria, comprar equipamentos e carros. Estavam bem de vida quando conseguiu localizar sua família no Paraná. Devido a algumas dificuldades resolveram alugar as duas casas na Bahia e mudar-se para Curitiba. Moraram na favela por quatro meses, mas logo conseguiram trabalho e construíram sua casa própria.

Apesar de seus 62 anos, continua trabalhando em casa de família e seu esposo como jardineiro. Gosta de frequentar a Comunidade Monte Moriá, pois acredita que seu problema de saúde foi melhorado, a partir de seu encontro com Deus e com a Igreja. E também é um lugar onde se sente bem, fazendo e aprendendo algo novo.

Das mulheres entrevistadas 15,3 % são semi-analfabetas, 53,8% possuem ensino fundamental incompleto, 7,7 % completaram o ensino médio, sendo esta a escolaridade das mulheres participantes do projeto. A pessoa voluntária possui ensino médio em Magistério e instrumentação cirúrgica; a esposa do Pastor está cursando ensino superior na área de gestão de vendas e a Pastora possui o curso superior em Economia, Teologia e Mestrado em Educação.

Das treze mulheres somente quatro nasceram em Curitiba. As demais, 54% nasceram no interior do Paraná e 15,3% nasceram fora do Estado, sendo que uma no Rio de Janeiro e outra em Santa Catarina. As cidades do interior foram: Ponta Grossa, Cândido de Abreu, Guarapuava, Campo Magro, Paranaguá e Timoneiro. Tal resultado demonstra que a cidade de Curitiba tem forte poder de atração, principalmente por pessoas motivadas em encontrar trabalho.

Das dez mulheres participantes do projeto, cinco possuem renda mensal abaixo de um salário mínimo; uma recebe o salário mínimo; duas possuem renda mensal que varia entre um e dois salários mínimos; e duas que variam entre dois e três salários mínimos.

A responsabilidade da geração de renda da família ficou assim distribuída: 23,1% referem-se à própria mulher; 38,4% ao marido; e 38,4% tanto da mulher quanto do marido.

Com relação a esse aspecto há o caso de D que nasceu na Capital do Paraná. Tem 32 anos; morou com os pais até o seu casamento. Durante sua adolescência e jovem adulta comentou que passou por diversas mudanças de cidades. Em sua opinião, isso a prejudicou enquanto criação de vínculos afetivos com amigos e também na frequência à escola. Ao que parece tem uma baixa escolaridade. A maior parte de sua vida trabalhou na própria casa; mais tarde trabalhou numa pastelaria, onde logo conheceria seu atual marido e pai de seus três filhos. Quando engravidou do primeiro filho, ainda solteira, logo se casou e parou de trabalhar. Passou a cuidar da família e, eventualmente, faz artesanato e comida para vender. Seu marido trabalha fora e a sustenta.

Começou a fazer artesanato como uma forma de sair da depressão e também a frequentar a Igreja, local onde se refugia de seus problemas, pois encontra-se com outras mulheres, conversa, distrai-se e assim, o tempo passa despercebido. Para ela parece que a renda em si não é o principal fator de procura da Comunidade, mas uma forma de sentir-se melhor.

Do total das mulheres, 77% produzem a renda por meio de trabalho, porém, além disso, foram encontradas famílias sendo beneficiadas pelo recebimento de pensão por acidente e morte (2), bolsa família (1), e recebimento de aluguel (2).

Somente cinco mulheres obtiveram trabalho com vínculo empregatício e direitos trabalhistas assegurados quer seja pelo regime de trabalho baseado na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) quer seja pelo Regime Estatutário (Serviço Público) em algum momento de sua trajetória profissional, sendo que destas, uma é funcionária pública; uma atuou como funcionária do SENAI; outra atuou como operária em uma fábrica; uma como recepcionista de consultório médico, por um pequeno período de tempo e outra como Secretária.

As demais atuam ou atuaram como trabalhadoras autônomas da economia informal: catadora e recicladora de papel (2), artesã (4), cozinheira (2), carpideira de mato (1), prestadora de serviços numa firma de beneficiamento de batatinhas, durante o período de safra (1), diarista (2), empregada doméstica (6), vendedora de cosméticos (1), cuidadora de idoso (2), balconista de lanchonete (1) vendedora em loja de armarinhos (2). Duas mulheres são voluntárias de trabalhos sociais (esposa do pastor e auxiliar).

Nesse sentido, observa-se que grande parte das mulheres esteve ou encontra-se no mercado informal de trabalho e que poucas possuem escolaridade formal avançada ou além do ensino

fundamental básico, prejudicando sobremaneira sua inclusão no mercado formal de trabalho atual.

C. I Conferência Nacional de Economia Solidária

Da mesma forma como ocorreu a busca por um grupo de trabalho informal para transformá-lo em um estudo de caso desta tese, senti necessidade de buscar mais informações sobre o tema, além do que já havia conseguido em termos de levantamentos bibliográficos e de consultas a *sites*. Surgiu, então, a possibilidade de participar do III Encontro Internacional de Economia Solidária, promovido pela USP, onde foi possível contatar com inúmeras pessoas atuantes desse movimento no Estado do Paraná. Por meio desses contatos houve a viabilização de minha participação no curso de História Social do Trabalho²⁴, e também das Conferências de Economia Solidária da Região Metropolitana de Curitiba e Litoral e da Estadual, além de acompanhar a Conferência Nacional de Economia Solidária, em Brasília.

A I Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES) foi convocada pelo Governo Federal, através dos Ministérios do Trabalho, do Desenvolvimento Social e Desenvolvimento Agrário, sendo realizada em Brasília, entre os dias 26 e 29 de junho de 2006. Representou “[...] a oportunidade muito rica que se abre na política do Estado brasileiro para promover um fecundo e valioso diálogo sobre o modelo de desenvolvimento que se quer para o país e sobre o modelo econômico capaz de sustentar esse desenvolvimento”(Documento Base da I Conferência Nacional, MTE/SENAES, 2005, p.10).

Tal Conferência constituiu-se num espaço de debate com diversos setores da sociedade civil brasileira. Contemplou, entre as/os delegadas/os, um retrato da Economia Solidária, respeitando a sua diversidade, além de definir um elenco de propostas para a Economia Solidária no país. Contribuiu também, para a formação política dos participantes, pelo aprofundamento do debate das grandes questões nacionais e locais da Economia Solidária.

Teve também como objetivos propiciar a oportunidade para que o movimento da Economia Solidária pudesse encontrar-se e (re) conhecer-se, nos planos local, estadual e nacional; afirmar a Economia Solidária como estratégia e política de desenvolvimento; estabelecer princípios e diretrizes para orientar uma política nacional de Economia Solidária; identificar o

²⁴ Curso promovido pelo CEFURIA, Talher Paraná, Associação de Educação Católica do Paraná, Sindipetro e Misereor, com um dos seguintes objetivos: ampliar o coletivo de educadores em Economia Popular solidária para ajudar no trabalho de acompanhamento de clubes de trocas, padarias comunitária e outras iniciativas de trabalho e renda onde se desenvolvam valores não capitalistas.

estado e o potencial da Economia Solidária no País, tanto do ponto de vista dos seus espaços de organização social, quanto das políticas públicas desenvolvidas; propor estratégias de atuação para as políticas e programas de Economia Solidária, bem como para os mecanismos de participação e controle social.

Participaram da Conferência gestores dos estados e municípios, que desenvolvem ou pretendem desenvolver políticas de fomento e apoio à Economia Solidária em seus âmbitos de ação. Foi necessário construir uma agenda que contemplasse os interesses e os objetivos destes três setores: entidades de Economia Solidária, entidades populares interessadas em Economia Solidária e órgãos públicos que desenvolvem políticas de Economia Solidária.

As plenárias e os encontros realizados tiveram abrangência crescente, na medida em que a Economia Solidária foi se estendendo ao País. A realização das conferências estaduais foi de responsabilidade dos governos estaduais. No âmbito dos municípios e conjunto de municípios foram convocadas as conferências municipais ou microrregionais, por iniciativa de um prefeito ou de um grupo de prefeitos ou ainda de um conjunto de pessoas e/ou entidades sociais reunidas.

Cada conferência regional e estadual tomou contato com o Documento Base da Conferência Nacional (anexo 1) organizando suas pautas de discussões conforme os temas propostos.

D. I Conferência Regional de Economia Solidária da Região Metropolitana de Curitiba e do Litoral do Estado do Paraná

A I Conferência Regional da Região Metropolitana de Curitiba e do Litoral foi realizada na cidade de Curitiba, entre os dias 19 e 20 de maio de 2006. Participaram cerca de 300 representantes (entre delegados e observadores, convidados²⁵) do Poder público estadual e municipal, configurando-se como: gestores, administradores públicos, poder legislativo e poder judiciário; entidades e organizações da sociedade civil como entidades de fomento e apoio à Economia Solidária, outras organizações da sociedade civil e movimentos sociais e populares; empreendimentos Econômicos Solidários e suas organizações de representação das seis micro-regiões, em torno de três milhões de habitantes. Todos os municípios foram alocados por seis micro-regiões²⁶, e cada uma delas teve o direito de eleger uma determinada

²⁵ Delegados com direito a voz e voto e observadores e convidados com direito a voz e sem direito a voto.

²⁶ Ficou assim estabelecido: Cidade de Curitiba com 92 delegados; Micro-região Norte abrangendo os municípios de Adrianópolis, Almirante Tamandaré, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Itaperuçu, Rio

porcentagem de delegados, tendo como base a homogeneidade social e econômica, o número de habitantes e a quantidade de empreendimentos mapeados. A representação dos diversos segmentos nessa Conferência teve a seguinte proporcionalidade: os segmentos do poder público e das entidades de apoio ficaram com 25% cada uma e o segmento dos empreendimentos solidários com 50%.

A Conferência Regional teve como um dos objetivos, eleger os delegados para a Conferência Estadual de Economia Solidária e também, discutir os temas para aprofundar os elementos centrais tratados nos painéis, baseado no documento base. Os grupos temáticos versaram sobre políticas públicas para a Economia Solidária, formação e capacitação, microcrédito e finanças solidárias, organização do movimento de Economia Solidária na região e democracia e autogestão.

Por dificuldades técnicas, as discussões temáticas não ocorreram, mas os delegados para a Conferência Estadual foram eleitos. Durante as eleições, certas atitudes baseadas em valores individualistas e pouco solidários, por parte de alguns participantes, transpareceram, apontando para a necessidade de uma avaliação mais amadurecida a respeito do que se compreende por Economia Solidária, mesmo em um grupo de pessoas que se entendem fazedoras dessa economia. Interesses corporativistas, disputas de poder, desrespeito na compreensão das diferenças e indisponibilidade para ouvir o outro, foram marcantes em reuniões de algumas das micro-regiões, demonstrando que o enraizamento de valores próprios do sistema capitalista ainda está fortemente presente nas ações cotidianas de alguns dos atores sociais.

E. I Conferência Estadual de Economia Solidária

A I Conferência Estadual de Economia Solidária teve como principais objetivos: propor princípios e diretrizes para orientar uma política estadual de Economia Solidária; identificar as regiões e o potencial da Economia Solidária no Estado; realizar balanço das políticas públicas de Economia Solidária implementadas; indicar estratégias e prioridades de atuação para as políticas e programas de Economia Solidária, além de eleger os delegados para a I Conferência Nacional de Economia Solidária.

Branco do Sul e Tunas do Paraná com 45 delegados; Micro-região Sul, abrangendo os municípios de Agudos do Sul, Campo do Tenente, Contenda, Fazenda Rio Grande, Lapa, Mandirituba, Piên, Quitandinha e Rio Negro com 37 delegados; Micro-região Leste abrangendo os municípios de Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, São José dos Pinhais e Tijucas do Sul com 39 delegados; Micro-região Oeste, abrangendo os municípios de Araucária, Balsa Nova, Campo Largo e Campo Magro, com 34

A Conferência ocorreu entre os dias 3 e 4 de junho de 2006, na cidade de Curitiba (Paraná) e se constituiu em um espaço que promoveu o debate com diversos setores da sociedade civil paranaense, além de definir um elenco de propostas para a Economia Solidária no país, por meio de diretrizes programáticas, posicionamentos políticos e demandas de políticas dirigidas à União e demais entes federativos. Dessa Conferência participaram cerca de 300 delegados e foram eleitos 44 delegados²⁷ para representar o Estado do Paraná na I Conferência Nacional de Economia Solidária. Destes, 16 delegados foram eleitos para representar a Região Metropolitana de Curitiba e do Litoral.

O evento contou com a participação de entidades integradoras do Fórum Brasileiro de Economia Solidária [FBES], movimentos sociais, ONGs, OSCIPS, redes do campo popular, gestores dos estados e municípios e diversas instituições de apoio que acreditam que a Economia Solidária é uma importante modalidade de organização de atividades econômicas.

Nessa Conferência foram debatidos nove temas, que subsidiaram o documento base que foi encaminhado para a I Conferência Nacional de Economia Solidária em Brasília. As temáticas foram: Conceitos e princípios de Economia Solidária; marco regulatório; políticas públicas; democracia e autogestão; formação e capacitação; microcrédito e financiamento; o trabalho na Economia Solidária; organização da Economia Solidária enquanto movimento e redes de cadeias produtivas.

É importante salientar que entre uma conferência e outra ocorreram várias reuniões preparatórias e avaliativas das mesmas, das quais esta pesquisadora participou, auxiliando na formatação das atas e relatórios, conforme consta no Quadro 2.

delegados; Micro-região Litoral, abrangendo os municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná com 53 delegados.

²⁷ 22 delegados dos Empreendimentos Econômicos Solidários, 11 delegados do poder público e 11 delegados da Sociedade civil, num total de 44 delegados para o Estado do Paraná, conforme regulamento geral da I Conferência Nacional de Economia Solidária.

Estratégias e Procedimentos da Pesquisa

Para contextualizar o movimento da Economia Solidária foi realizada uma revisão bibliográfica, consultando-se fontes de informações que ajudaram a construir um suporte teórico-metodológico que servisse de sustentação para a análise e a interpretação dos sentidos sobre o tema, além do que, informasse sobre o atual estado da arte nas pesquisas. Portanto, foram utilizadas as seguintes fontes de informação: literatura especializada; livros e publicações periódicas; *sites* especializados; documentos oficiais de entidades de classe; bancos de dados nacionais; participação em cursos, palestras e conferências sobre o tema; elaboração e participação de um grupo de estudos sobre Economia Solidária; e supervisão de estagiários do 5º. ano do Curso de Psicologia que atuaram em empreendimentos solidários. Isso porque, “tudo tem algo a contar, o problema maior é aprender a ouvir” (Spink, P. K., 1999: 136).

Após inúmeras leituras sobre empreendimentos solidários observou-se que os estudos buscam compreender o fenômeno da Economia Solidária nos mais variados níveis de análise (macro, organizacional, grupal e individual). Como já explicitado anteriormente, vários deles estão focados no nível organizacional e macro, alguns grupais, utilizando-se de empreendimentos já constituídos como solidários (especialmente estudos de cooperativas, associações e empresas autorecuperadas) e poucos direcionados a grupos de trabalho ou coletivos informais, aliando a Psicologia Social do Trabalho como área de conhecimento.

Esse estudo teve como foco de análise um grupo de trabalho informal, buscando compreender seu funcionamento e contribuir na construção de conhecimentos sobre este tipo de empreendimento solidário. Além disso, considerando que o movimento da Economia Solidária é recente no país e, especialmente, no Estado do Paraná, buscou-se compreendê-lo melhor a partir da análise do Documento Base que subsidiou a I Conferência Nacional de Economia Solidária, ponto alto das discussões sobre o tema no Brasil.

Nesse sentido, essa tese teve como objetivo principal comparar os sentidos sobre Economia Solidária presentes no Documento Base da I Conferência Nacional de Economia Solidária e os sentidos que estão em uso nos espaços de trabalho, de um grupo de trabalho informal constituído por mulheres integrantes do Projeto de Ação Social Vivendo e Aprendendo da Comunidade Monte Moriá, para investigar as coerências e incoerências entre o que é discutido institucionalmente e o que é vivenciado no cotidiano das pessoas. Pretendeu responder a seguinte questão norteadora: há coerência ou não entre o que é discutido

institucionalmente e o que é vivenciado no cotidiano dessas pessoas em relação à Economia Solidária?

Com o objetivo de averiguar tal relação, este estudo foi orientado pelas seguintes perguntas de pesquisa:

- Qual é a história de vida das mulheres integrantes grupo de trabalho informal do Projeto de Ação Social Vivendo e Aprendendo da Comunidade Monte Moriá?
- Quais são os motivos de suas aproximações e os significados de suas participações no grupo de trabalho informal?
- Quais os sentidos que circulam nos espaços de trabalho em relação à geração de trabalho e renda, sob os princípios da Economia Solidária?
- Com base no Documento Base da I Conferência Nacional de Economia Solidária, qual é o processo de construção do discurso institucionalizado sobre Economia Solidária no Brasil?
- Quais são os sentidos da Economia Solidária presentes no Documento Base da I Conferência Nacional de Economia Solidária?

Para responder as questões em relação ao grupo de trabalho informal das mulheres do Projeto Vivendo e Aprendendo, procurou-se considerá-las como acontecimentos dos quais a pesquisadora também fazia parte. Por isso mesmo, não foi realizada uma simples observação, mas sim, observações participantes, entremeadas por conversas ou quase-conversas, numa articulação entre as diversas interações sociais, com ativa participação nas atividades realizadas nos encontros semanais das quartas-feiras, durante 18 meses. Vários aspectos desses encontros foram rotineiramente anotados em um caderno denominado diário de campo tais como: conversa com as mulheres que aguardavam na porta de entrada antes da igreja abrir, participantes do dia, atividades realizadas, comentários, conversas, observações do funcionamento do grupo, faltas, desistências, expectativas e frustrações que ocorreram durante este tempo. O objetivo era o de compreender os sentidos co-produzidos pelos diálogos entre as pessoas, vividos pelos integrantes da pesquisa, incluindo obviamente a pesquisadora, como membro dessa prática social.

Nesses contatos, foi possível conseguir autorização para que se pudesse ter acesso a cada uma das mulheres de forma que elas se tornaram muito espontâneas nas entrevistas. Assim, foi elaborado um roteiro de entrevista semi-estruturado (anexo 2), marcando-se horário com cada uma delas. Antes de cada entrevista, foi solicitada a autorização para a gravação, ressaltando-

se a confidencialidade dos dados obtidos, por meio da apresentação e assinatura do Termo de Consentimento Informado (Anexo 3). Foram realizadas treze entrevistas entre a pastora, a esposa do pastor, a voluntária e as mulheres do projeto. A entrevista foi considerada um instrumento gerador de reflexões, por possibilitar alterações cognitivas das pessoas que experimentam seus cotidianos de formas diferentes, criando novos padrões de comportamento (“antes, trabalhava sozinha, agora trabalho em grupo”). A observação do cotidiano serviu para verificar a mobilidade dessas interações verbais. O que se pretendia com este instrumento era mais do que meramente captar uma realidade assumida, mas de se compreender no discurso das participantes: o processo, o movimento e o sentido que para elas tinham sobre a Comunidade Monte Morιά, a possibilidade de se montar uma cooperativa, e o entendimento do trabalho em grupo para gerar trabalho e renda.

As entrevistas, então, passaram pelos seguintes passos de análise: transcrição; padronização para montagem do banco de dados; e elaboração dos mapas de associação de idéias.

A transcrição foi realizada pela própria pesquisadora e alguns auxiliares do grupo de estudos de Economia Solidária. Cada entrevista gerou em torno de 60 a 90 minutos de gravação. Em seguida, foi construído um banco de dados com as informações obtidas pelas entrevistas, de tal forma que não se perdesse a riqueza das informações. Primeiramente foi montado um quadro denominado “quadro das mulheres”, incluindo-se informações resumidas de cada uma delas sobre a história de vida, experiência de trabalho, renda mensal, dados de violência doméstica (caso existisse), motivos para participar do grupo de mulheres, atividade preferida e sentido de cooperativa.

Em seguida, passou-se a montar os mapas de associação de idéias de cada uma das mulheres. Esses mapas são resultantes da resignificação da noção de rigor que decorre da revalorização dos métodos qualitativos como formas legítimas de fazer ciência. Os mapas “Constituem instrumentos de visualização que têm duplo objetivo: dar subsídios para o processo de interpretação e facilitar a comunicação dos passos subjacentes ao processo interpretativo” (Spink, 2000, p.107).

Fazem parte deste processo *primeiro*: uma transcrição seqüencial não detalhada; *segundo*: a definição de categorias de análise na tentativa de entender a seqüência de falas, não fragmentando os diálogos. A partir desta aproximação dos temas construiu-se uma tabela com oito colunas, as quais foram sendo preenchidas a partir da análise da transcrição completa. As categorias levantadas foram: família, educação, trabalho, casamento, mudança de cidade, grupo da Comunidade Monte Morιά, saúde/doença, habitação; *terceiro*: seleção de uma parte

da transcrição seqüencial que interessava e introdução nos mapas. Após a análise dos mapas de associação de idéias das treze entrevistas, levantou-se os sentidos presentes que circulam no grupo estudado relativos à cooperativa²⁸, na categoria Trabalho: Trabalhar Junto, Separação de Dinheiro (distribuição de renda), Dono (proprietário), Causa Comum, Geração de Renda, Injustiça, Autonomia, Afetividade, Visão do Processo de Trabalho (cadeia produtiva) e Quantidade de Pessoas. Ao final, foi incluída uma análise compacta de cada mapa de associação de idéias sob forma de texto, facilitando a compreensão da história de vida de cada uma das mulheres.

Já para responder as questões de pesquisa relativas ao Documento Base, a pesquisadora participou, entre os meses de maio e junho de 2006, das conferências regional e estadual, e acompanhou, por meio de reuniões preparatórias e avaliativas, a Conferência Nacional de Economia Solidária, promovida pelo Governo Federal. É importante salientar que tal participação foi sempre representando o grupo de trabalho informal de mulheres da Comunidade Monte Morιά, como delegada.

Iniciei minha participação nas reuniões preparatórias da 1ª. Conferência de Economia Solidária da Região de Curitiba e do Litoral a partir de 10 de maio de 2006, porém elas já aconteciam há pelo menos sete semanas, mas devido a falta de divulgação, só foi possível ter acesso a existência das reuniões, bem como das referidas conferências muito tempo depois da primeira reunião. Os dados obtidos nessas participações foram registrados por meio de relatórios e atas com o objetivo de resguardar a história do movimento. É importante frisar que quando o tipo de documento se refere a relatório, é porque foi formatado pela própria pesquisadora, a partir de sua participação na referida reunião. As atas iniciaram-se a partir de 04 de julho de 2006, redigidas pela própria pesquisadora enquanto participante do processo, e também pelo condutor das reuniões, além de serem aprovadas pelos demais integrantes nas reuniões e plenárias seguintes, sendo registradas e arquivadas em um *e-group*, exclusivamente criado pelo grupo para disponibilizar informações a quem se interessar. “O documento público não é um mero registro, ele é parte do processo; ele é materialidade e não matéria, parte de um diálogo lento, tal como também são as estradas e caminhos” (Spink, P. K., 1999: 126). A relação completa dos Relatórios e Atas elaboradas constam no Quadro 2:

²⁸ O conceito de Cooperativa foi utilizado para materializar as mulheres os sentidos do movimento da Economia Solidária. Isso porque uma cooperativa traz em seu bojo os princípios do movimento estudado.

Quadro 2 - Relação dos Relatórios e Atas

Nº	DATA	ASSUNTO	TIPO DE DOCUMENTO
01	10.05.2006	Reunião preparatória da 1ª. Conferência de Economia Solidária da Região de Curitiba e do Litoral	Relatório
02	19 e 20/05/2006	1ª Conferência de Economia Solidária da Região de Curitiba e do Litoral	Relatório
03	24/05/2006	Reunião de Avaliação da 1ª Conferência de Economia Solidária da Região de Curitiba e do Litoral	Relatório
04	31/05/2006	Reunião preparatória para a 1ª. Conferência Estadual de Economia Solidária	Relatório
05	03 e 04/06/2006	1ª. Conferência Estadual de Economia Solidária	Relatório e documento síntese de proposições por eixo temático
06	07/06/2006	Reunião de Avaliação da 1ª. Conferência Estadual de Economia Solidária	Relatório
07	14/06/2006	Reunião (não fui)	Sem relatório
08	20/06/06	Reunião preparatória para a 1ª. Conferência Nacional de Economia Solidária	Relatório
09	26 e 29/ 06 de 2006	1ª. Conferência Nacional de Economia Solidária	Documento da reunião (*)
10	04/07/06	Reunião de Avaliação da 1ª. Conferência Estadual de Economia Solidária	Ata 01/2006
11	14/07/2006	Reunião do Fórum Paranaense e da Feira Estadual de ES	Relatório
12	18/07/06	Instalação do Fórum Regional de Economia Solidária de Curitiba e Região Metropolitana	Ata 02/2006
13	02/08/2006	Plenária Pró Fórum Regional Economia Solidária de Curitiba e Região Metropolitana	Ata 03/2006
14	16/08/2006	Plenária Pró Fórum Regional Economia Solidária de Curitiba e Região Metropolitana	Ata 04/2006
15	06/09/2006	Plenária Pró Fórum Regional Economia Solidária de Curitiba e Região Metropolitana	Ata 05/2006

(*) O Documento Final da 1ª. Conferência Nacional de Economia Solidária não voltou para as bases até setembro de 2006.

Para efeito desta pesquisa foi utilizado um total de nove documentos (oito relatórios e a Ata Nº01/2006). As demais atas não foram consideradas neste estudo, pois se referem às plenárias pró-fórum regional e não mais sobre as conferências, foco de análise da presente tese.

Além desses relatórios e atas, durante o processo de pesquisa também houve a coleta de documentos de domínio público que auxiliaram a pesquisadora a compreender o movimento da Economia Solidária, tais como: documento base para as conferências, regulamento geral da conferência, termo técnico de referência do programa paranaense de Economia Solidária, Atlas da Economia Solidária no Brasil, diário oficial da união, documento da rede de gestores de políticas públicas de Economia Solidária, regimento interno do Fórum Regional de

Economia Solidária e *folders* diversos, entre outros.

O exame mais apurado desse material levou à escolha do seguinte documento para análise: o Documento Base da I Conferência Nacional de Economia Solidária – “Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento”, que subsidiou as discussões das conferências regional, estadual e a nacional. Os demais documentos coletados e, especialmente, os relatórios e as atas foram utilizados como fonte de dados secundários e considerados como relevantes para esta pesquisa sócio-construcionista. Segundo Spink (2000a, p. 126):

“Os documentos de domínio público refletem duas práticas discursivas: como gênero de circulação, como artefatos do sentido de tornar público, e como conteúdo, em relação aquilo que está impresso em suas páginas. São produtos em tempo e componentes significativos do cotidiano; complementam, completam e competem com a narrativa e a memória. Os documentos de domínio público, como registros, são documentos tornados públicos, sua intersubjetividade é produto da interação com um outro desconhecido, porém significativo e freqüentemente coletivo”.

Mais especificamente, o Documento Base da I Conferência Nacional de Economia Solidária, teve como autores diversos segmentos, organizações, redes e diferentes atores e nesse sentido, concordando com Spink (2000a, p. 136) de que os documentos de domínio público “[...] Podem refletir as transformações lentas em posições e posturas institucionais assumidas pelos aparelhos simbólicos que permeiam o dia-a-dia ou, no âmbito das redes sociais, pelos agrupamentos e coletivos que dão forma ao informal, refletindo o ir e vir de versões circulantes assumidas ou advogadas”.

Nessa interconexão de saberes, há também que se considerar a linguagem social típica dos empreendimentos solidários, fundamentada nos discursos de três segmentos envolvidos no movimento da Economia Solidária: Segmento I - representantes do poder público (federal, estadual, municipal e Distrito Federal) como gestores, administradores públicos, poder legislativo e poder judiciário; poder público, organizações e ciências jurídicas, administrativas e organizacionais. Segmento II – entidades e organizações da sociedade civil: entidades de fomento e apoio à Economia Solidária, outras organizações da sociedade civil e movimentos sociais e populares e Segmento III – empreendimentos econômicos solidários e suas organizações de representação.

Para que o Documento Base fosse mais bem visualizado em seu conteúdo sócio-lingüístico, optou-se por analisá-lo a partir de seu contexto mais amplo levantando-se o número de incidências em termos de terminologia adotada para se denominar Economia Solidária e os sentidos empregados no Documento Base em relação à Economia Solidária e a Economia

Popular Solidária. Além disso, foram levantadas as instituições sociais, bem como as categorias sociais presentes no discurso institucional da Economia Solidária, analisando as que incidiram com maior intensidade. Em seguida, optou-se por analisar cada um dos 32 itens do Documento Base, obedecendo a seqüência da narrativa dos autores, com o objetivo de compreender os sentidos sobre Economia Solidária nele presentes. É interessante observar que se optou pela análise de 32 itens dos 65 existentes no documento, pelos 32 estarem relacionados a questões possíveis de serem observadas no cotidiano dos empreendimentos solidários, enquanto os demais são considerados como desafios para a construção de políticas públicas que ainda estão por acontecer, então de difícil constatação no grupo estudado.

Dessa maneira, pretendeu-se um envolvimento dialógico a fim de buscar maior proximidade com o campo e deixar de ser uma estranha neste cenário, além de participar dessas interações para conseguir uma situação de intimidade e, tornar-se co-autora do mesmo projeto histórico-social.

A. Limites e Alcances do Campo-Tema

Em pesquisa a compreensão do fenômeno estudado é gradativa, mesmo lendo *tudo* sobre o tema, visitando *todos* os *sites* e participando de *todos* os eventos. A cada dia se descobre mais alguma coisa, e essa descoberta traz formas diferentes de compreender o fenômeno, o que ocorre à medida que o olhar do estudioso amadurece. O próprio pesquisador descobre dados que, em algum momento, farão mais sentido do que fariam há algum tempo. Pesquisar é, portanto, sedimentar, a cada reflexão, a cada leitura, a cada interpretação e a cada participação. Não dá para avançar a velocidade da compreensão. Tudo tem o seu tempo.

Por exemplo, quando participei pela primeira vez numa Feira de Economia Solidária, na condição de observadora, pude constatar meu estranhamento inicial: era uma feira organizada para as vendas do Natal, que ocorrera entre os dias 16 e 17 de dezembro, num lugar distante do bairro em que morava. Quando consegui chegar, pois havia me perdido nas muitas ruas que cercavam o lugar, tive a primeira impressão ruim: as barracas. Eram duas grandes barracas, onde se espalhavam vários grupos de homens, mulheres e crianças (mais mulheres do que homens), deixando a vista seus produtos (basicamente alimentos e artesanatos variados). O primeiro ponto que chamou a atenção foi o tipo de infra-estrutura em que a Feira estava alojada. Era um terreno de chão batido, cercado de mato. Provavelmente, onde as

pessoas estavam se movimentando o mato, ainda que rasteiro, acabou cedendo, mas de modo geral ele cercava o evento.

E ainda, era um dia de frio fora de época, pois estávamos próximos ao verão. As pessoas estavam encolhidas, devido ao vento gelado que circulava, deixando o lugar inadequado para as pessoas conversarem ou os possíveis consumidores apreciarem os produtos.

As minhas percepções iniciais estavam baseadas em valores capitalistas em que estava mergulhada. O que ocorreu foi um choque cultural entre o que o capitalismo proporciona em termos de organização, beleza e sedução, como nos *shoppings* e a Feira da Economia Solidária ora descrita.

No momento, não foi possível compreender porque deveria ser daquele jeito. Com o passar do tempo algumas “coisas” foram colocadas no lugar como, por exemplo, a dificuldade para se organizar uma Feira de Economia Solidária (sem muitos atrativos para o consumidor desavisado), pois implica em trazer a tona questões de cunho político, como autorização do Governo Municipal para fechar uma rua do bairro para o evento, autorização do policiamento para garantir ordem no trânsito de carros e pedestres e segurança para todos, autorização para o governo ceder o uso temporário de luz dos postes da companhia de energia, principalmente para produtos que utilizam geladeiras ou equipamentos, ou até mesmo para manter a feira aberta durante o período da noite. Com isso, uma verdade veio à tona, qual seja o desinteresse de alguns “governos” que certos movimentos sociais apareçam. E realmente não aparecem.

Além disso, desde o momento em que cheguei à comunidade estudada, há 18 meses, muitas percepções se alteraram sobre ela. Por exemplo, logo de início imaginei que poderia desenvolver um trabalho com as mulheres, por meio de técnicas de dinâmicas de grupos para desenvolvimento intrapessoal, interpessoal e grupal, da mesma forma a que estava acostumada a desenvolver em empresas capitalistas. O pressuposto era de que estava trabalhando com pessoas e não importava de que lugar elas eram. Ledo engano, pois logo percebi que as mesmas dinâmicas não fazem efeito para esse público, porque a realidade social é extremamente diferente da dos trabalhadores e trabalhadoras empregados. As relações de poder e autoridade, hierarquia, trabalho com metas, equipes e comunicação entre outros são temas de pouco eco dentro desse tipo de grupo. Além disso, o vocabulário adotado não ajudava. Foi necessário um afastamento e um esforço para melhor conhecer o grupo, estudando e percebendo que deveria criar outras dinâmicas que contemplassem as suas reais necessidades.

O movimento da Economia Solidária é um campo de estudo árduo, pois ao mesmo tempo em que há a necessidade de se ampliar os estudos, há enormes dificuldades de se chegar a este movimento devido a falta de informação, aos desencontros de conceitos, e como o próprio Documento Base em seu item 63 comenta: “ [...] há um processo intenso e tenso em curso na perspectiva da construção dessa esfera pública. Dado o surgimento recente da economia popular solidária na agenda pública do país, embora sejam muitos os atores sociais empenhados na sua construção, os sujeitos políticos deste setor ainda estão emergindo, identificando-se, criando alteridades políticas, formando-se, ocupando seu lugar no cenário político.”

E, finalmente, como é fácil se apaixonar pelo tema da Economia Solidária! Esta foi uma grande batalha (e continua sendo) da pesquisadora para não se deixar levar pelo que achava de utópico da idéia ou mesmo como a solução de todos os problemas humanos, abarcando relações sociais, desenvolvimento sustentável, resgate e manutenção do meio ambiente, da economia socialmente justa e igualitária.

4. COOPERAÇÃO, TRABALHO E SOLIDARIEDADE ECONÔMICA: Os Sentidos em Circulação no Grupo de Trabalho Informal das Mulheres Integrantes do Projeto de Ação Social Vivendo e Aprendendo

As treze entrevistas realizadas passaram pelos passos de análise já descritos anteriormente. Vale a pena lembrar que o conceito de Cooperativa foi utilizado para materializar as mulheres os sentidos do movimento da Economia Solidária. Isso porque uma cooperativa traz em seu bojo os princípios do movimento estudado.

A seguir, serão demonstradas as análises realizadas somente dos sentidos que incidiram em duas ou mais entrevistas, por entender que a quantidade de incidências torna o sentido mais significativo para o grupo estudado e para os objetivos desta pesquisa.

Trabalhar Juntos:

Cerca de 50% das mulheres entrevistadas não souberam conceituar a palavra cooperativa. A hipótese levantada é de que não é algo que perpassa o seu cotidiano de forma abstrata, por meio de informações, notícias e nem de forma materializada, como, por exemplo, conhecer alguém que trabalha numa cooperativa ou conhecer mesmo uma cooperativa de perto. No caso de duas das entrevistadas o conceito de cooperativa demonstra ser insipiente, sendo associado ao conceito de cooperação que também demonstra ser pouco compreendido:

Trechos Entrevista Nº 6²⁹:

P247 – “Quando a gente fala a palavra cooperativa pra você o que vem na tua mente?”

R248 – não sei...

P249 – não sabe? Cooperar, cooperação, o que você acha?

R250 – cooperar um com o outro, assim?

²⁹ P significa pergunta do pesquisador; R = resposta da entrevistada; O número significa a localização da pergunta ou resposta dentro da entrevista completa.

P251 – o que você acha disso?

R252 – Ah! Eu acho bom...”

Trechos Entrevista Nº 8

R59– “Cooperação? Eu acho que as pessoas... é... se reuni e em tudo o que a pessoa vai fazer, porque... pra... ter... pra.... te essa cooperativa eu acho que tem que se cada um ... faze um pouco... eu acho ,... não sei...”

[...]

R79 – [silêncio...] é que... hoje em dia... tudo o que a pessoa faz... é... tanto faz na comida, como assim o artesanato, essas coisa, sempre vende, né? Sempre... agora contanto que todo mundo tenha que... né?... tenha que enfrenta...é... é... pra fazer um produto ... é pra vende... pra tudo tem que a união... de todos...”

No entanto, comentam que a cooperação deve estar aliada à união entre as pessoas do grupo e que para que isso ocorra é necessário a confiança entre elas. Acreditam que é mais importante a união do grupo do que propriamente o que irão produzir. Apesar dessa importância, pôde-se observar muitos movimentos que levam a pensar que ainda não há a tão sonhada união:

Trechos da Entrevista Nº 6:

P233 – “[...] De todas as atividades que você viu aqui ou tem mais algumas que você gostaria? Qual que você acha legal para o grupo fazer e todo mundo fazer junto e aí criar um produto pra vender? Pra gerar renda para todas as mulheres?

R 234– Ah! Eu gostei das geléia.

P235 – tem algum motivo especial?

R236 – Ah... pra mim... anima a gente, né? Uma coisa que anima, né? Este negócio aí, esta coisa que você tá falando, este artesanato é assim ter uma pessoa pra ensina a gente, porque as mulheres que vem no grupo, elas sentam assim nos lugar, mas que não ensina a outra assim, sabe? Então tinha que ter uma professora pra ensina. Aí sim... Você vê um monte de mulhe de lá, daí vocês falam assim: “Vocês fazem uma roda”. Elas já têm as [não entendi] delas, pra senta e faze as rodas dela, né? E a gente que não sabe nada, né?

P237 – Você acha que elas não te chamariam para aprender?

R238 – não chama... não chama...

P239 – Porquê?

R240 – não sei, acho que não gostam, né?

P241 - não gostam de você?

R242 – não. Não, acho que não gostam, né?

P243 – não gostam de ensina?

R244 – é... acho que não gostam de ensina, né? Elas pegam o negócio e vai fazendo...

P245 – acha que tem que ter mais paciência, então. Você acha que se fosse ensinado o passo a passo com paciência, tudo bem?

R246 – acho que tem que ser professora pra ensina... igual na televisão que a gente vê. Você não vê na televisão faz sabonete, é tudo unido. Não é cada um num lugar, uma rodinha aqui, uma rodinha ali... é tudo unido. O que eu for faze, você faz também. Mas não eu faze uma coisa e você faze outra, aí também não tem graça.”

Ao mesmo tempo em que demonstra muita vontade para aprender, passa a idéia de como é excluída no grupo principalmente quando quer aprender uma nova atividade. Observa-se que dentro do grupo existe o processo de exclusão (exclusão na exclusão) que ocorre no sistema capitalista, o qual privilegia a competitividade e, a conseqüente exclusão, como um dos fortes valores culturais de nossa sociedade. Elas reproduzem tal sistema com a naturalidade de quem possui enraizado os valores que justamente os que as prejudicam no atual sistema econômico, quando as excluem do mercado formal de trabalho. Na verdade, elas não percebem tais valores e não refletem sobre a situação.

A entrevistada³⁰ por sua vez, alia a exclusão ao seu problema de saúde (ataque epiléptico) entendendo-o como um limitador tanto para trabalhar no grupo quanto para ser aceita por ele. Toma por base uma experiência passada no próprio grupo quando teve um ataque epiléptico e as mulheres não sabiam que atitude tomar, inclusive a própria pastora que “saiu correndo”. Ela mostrou-se ressentida em relação à postura da pastora. Com isso associou a questão da falta de união para as coisas boas e coisas ruins que possam acontecer em um grupo de trabalho. Questionou se isso é possível de acontecer dentro de uma igreja, como será lá fora?

Tal depoimento corrobora com os discursos disseminados pelo capitalismo nessa fase do neoliberalismo de que um dos motivos pelos quais as pessoas estariam desempregadas seria por sua própria responsabilidade, por estar ligado à falta de disponibilidade individual das pessoas em querer trabalhar, em buscar qualificação, ou seja, a responsabilidade de vínculo e da estabilidade do emprego é toda jogada sobre o trabalhador, dentro de uma lógica perversa. No entanto, sabe-se que aliar o fenômeno do desemprego estrutural a essa atitude individual, é uma explicação simplista para um problema tão complexo.

Outro tipo de exclusão verificado no grupo é aquele provocado pela própria pessoa, quando se exclui, por não acreditar em si mesma.

Trechos entrevista Nº 9:

R 89– (silêncio) “Acredita que eu não me achei ainda! Eu não me sinto parte da cooperativa a verdade é essa. E eu... quando eu falei cooperativa eu acho que to fora, porque eu ainda não me encaixei na área, entende? Eu penso assim... eu... é... não vou atrapalha, que nem quando eu falei aquele dia pra você que não achava certo... que não era a minha idéia é por causa que eu acho que eu não vou ajuda em nada, eu vou atrapalhar, que eu não me encaixei em nenhum lugar ... nas idéias delas.

[...]

³⁰ Sua história de exclusão vem de muito tempo, pois ela é uma das pessoas que nunca conseguiu se colocar no mercado de trabalho, apesar de seus 42 anos de idade. Associa o trabalho com o fato de que quando está trabalhando se sente útil e igual às outras pessoas. Trabalhar fora para ela está relacionado a sua inclusão social.

R 101– Eu tenho medo de atrapalhar, vamos supor assim... por isso eu falo que quero ajuda você “Eu posso ajudar você? Você quer ajuda?” porque se eu digo: “Vou fazer por você, eu tenho medo de atrapalhar você, entende? Eu tenho medo que eu atrapalhe”.

Acredita que sua dificuldade de inclusão e de aprendizagem está relacionada à convivência com seu marido. Durante 17 anos de casamento seu marido sempre a desqualificou, alegando que ela não sabia fazer nenhuma atividade doméstica satisfatoriamente e que, por isso, ele precisava estar no controle. Com o passar do tempo ela acreditou que precisava se submeter a ele porque era ele quem sabia das coisas, quem tinha competências, transformando sua relação de casamento em uma relação de mando-obediência, baseada no medo. É nesse sentido o seu discurso, isto é, de que irá mais atrapalhar o grupo do que ajudá-lo.

Somente quando começou a participar do Projeto Vivendo e Aprendendo, por meio das palestras, conversas com professores, pastores e outras mulheres é que percebeu que seu marido não tinha razão para tratá-la daquela forma. Passou a considerar a Igreja e o Projeto seu ponto de apoio, trazendo-lhe a consciência de si e dos outros. No entanto, pelo discurso introjetado, é nítido que ainda luta contra sua baixa auto-estima.

Entrevista Nº 9: R 172 – “é... eu ... como se fosse uma escola, entendeu? E eu me sinto importante, eu tenho vários professores. Aí parece uma faculdade [risos] vem uma professora, vem... entende? Aí te faz bem, uma fala uma coisa e outra fala outra, daí alguma coisa você vai guardando... né? Porque eu acho que eu cresci um pouco... eu devia crescer mais, porque eu tenho uma idade que ... se eu tivesse mais, se este grupo fosse mais cedo eu acho que seria alguém hoje, mas eu dou Graças a Deus porque eu acho que estou crescendo, eu sou uma pessoa lenta, mas eu sinto que estou crescendo”.

Uma das responsáveis pelo desenvolvimento do projeto Vivendo e Aprendendo analisa que a questão da união deve ser trabalhada no grupo para que ele evolua ao *status* de cooperativa. Percebe que nem todas as mulheres integrantes do projeto desejam ser cooperadas, por vários motivos: algumas não têm interesse; outras têm medo do desconhecido; outras terão dificuldades em compreender realmente a filosofia de trabalho de uma cooperativa, por medo de se sentirem injustiçadas quanto ao que irão receber em relação a quantidade de trabalho, pois acreditam que há muitas mulheres com habilidades desenvolvidas que irão trabalhar com maior eficiência do que as outras.

Outra entrevistada acredita que o que falta para a união das mulheres é o entusiasmo, o querer realmente fazer as coisas acontecerem. Outras aliam a falta de união e entusiasmo ao pequeno número de mulheres integrantes do grupo atual. Parece que há no discurso de pelo menos cinco entrevistadas uma questão mal resolvida em relação ao fato das mulheres que desistiram de freqüentar o Projeto Vivendo e Aprendendo. Em meados de 2005, especialmente ao final

da distribuição de cestas básicas, o grupo contava com cerca de 42 mulheres. Ao final de 2005 o grupo reduziu-se a 15 mulheres. No início de 2006, contou com aproximadamente 12 mulheres interessadas em continuar com a proposta de geração de trabalho e renda, época da realização das entrevistas³¹. Algumas alegam que o motivo da desistência seria a falta de distribuição das cestas básicas, e por isso eram mulheres “interesseiras”; outras comentam que o fato delas não receberem mais a cesta básica precisaram voltar ao trabalho informal, porque um dia de trabalho por semana, sem renda, dificulta o orçamento familiar.

Trechos da Entrevista Nº 10:

R172 – “Olha, até pouco tempo nos éramos 50, depois foi diminuindo as pessoas.

P173 – porque será que diminui?

R174 – É como te falei só querem ganhar, ganhar, se tiver alguma coisa entrando tão ali, ganhar sem faze força.

P175 – mas tava entrando alguma coisa?

R176 – a cesta. Depois que parou a cesta, cada um foi pra um lado...”

No entanto, reconhecem que as mulheres que permaneceram no Projeto Vivendo e Aprendendo são aquelas que :

Trechos da Entrevista Nº 8:

M62 – “é possível que este grupo possa gerar, na sua forma de pensa, algo... um produto para vender e gerar renda pras mulheres a Sra. acredita nisso?

R63– eu acredito. As que tão vindo que a gente vê né? Que toda a semana, elas vem. Eu acho que quando a pessoa vem toda a semana eu acho que tá interessada, né?

[...]

R71 – é que nem eu... penso assim mesmo é que... eu acho que... porque os que tá vindo eles tão com vontade, eles querem, porque se eles não quisessem eles faziam que nem os outros, já tinham se afastado”.

Outra questão levantada para explicar a falta de união das pessoas no grupo é a de que deveria existir uma renda fixa:

Trechos da Entrevista Nº 10:

P183 – “Além da diversificação do pensamento, a Sra. acha que tem mais alguma coisa que atrapalha o grupo? O que poderia ser feito pra gente tirar este pensamento de cada um para um lado?

R184 – se for uma coisa já fixa, sabe? Porque muitos deles trabalham com papel, outros trabalham como diarista e outro não tem nem... não tem como tá sempre participando”.

³¹ No atual momento, (setembro de 2006) o grupo conta com aproximadamente oito mulheres.

A participante avalia a não participação de muitas colegas porque o projeto não prevê uma renda fixa. Observa-se que há necessidade, em alguns casos, de o Governo repassar recursos financeiros para subsidiar as pessoas que estão iniciando um processo de geração de trabalho e renda e que precisam de um tempo para que o trabalho comece a dar resultados financeiros às suas famílias, onde o Estado promoveria a inclusão social.

Apesar do grupo associar a cooperativa a trabalhar juntos, ainda há a necessidade de se trabalhar a questão da união entre elas. Isso porque trabalhar juntos parece que cria um elo de união mais fraco que trabalhar em união. O que dificulta a união está relacionado à exclusão de si e do outro, ao desânimo, à falta de uma renda fixa para se manter no projeto, percebendo-se que as primeiras três questões estão fortemente ligadas ao discurso do capitalismo e que a última à necessidade de o Estado promover políticas públicas urgentes que possam auxiliar no fomento da geração de trabalho e renda.

Causa Comum Vale Muito Mais do que Objetivo Comum

Quando os trabalhadores assumem uma cooperativa popular, um grupo de trabalho informal, eles assumem muito mais do que um objetivo comum, mas uma causa comum, pois sabem que deles dependerá o sustento de muitas famílias, e que chega a influenciar no desenvolvimento local em que esse empreendimento está sediado. Um empreendimento assim, exige maior responsabilidade, mas também, eleva a auto-estima dos trabalhadores ao ponto de se sentirem competentes para manter e desenvolver a empresa.

Entrevista Nº 2 - R122: “É toda energia, o tempo, os recursos, todos canalizados em torno de um objetivo comum de comunidade, de interesse, tudo em prol de uma causa comum, de confiança, isso é, um grupo de pessoas voltadas de coração de em torno dessa causa”.

Entrevista Nº 3 - R142 “Uma equipe de pessoas que trabalham juntas em prol de um mesmo objetivo, elas sabem trabalhar juntas em prol do mesmo objetivo, elas sabem pra onde querem ir e trabalham juntas, onde cada um se esforça, faz o melhor que pode para conseguir alcançar o objetivo, seja fazendo geléia, ou seja, fazendo artesanato, ou seja, o que for. Porque eu acho que a forma de gerar renda não importa, com o que, o objetivo é gerar renda, se a gente gera renda com a geléia, ótimo, se a gente gera com o artesanato também ta bom. A gente alcança o objetivo que é gerar renda”.

Uma outra definição apresenta conceitos muito próximos aos disseminados em uma empresa capitalista, com a diferença de que os trabalhadores, aqui designados de pessoas, sabem para onde querem ir. Parece que possuem uma visão do contexto mais amplo do que simplesmente a produção em si, mas de algo ligado ao que lhes trará a geração de renda. No entanto, ainda carecem de uma visão crítica da estrutura da sociedade.

Entrevista Nº 7 - R108 – “pra mim é trabalha em conjunto, bastante pessoas trabalhando tudo junto pra uma só causa.”

Há também uma definição de cooperativa que remete aos valores cristãos, como: justiça social, integridade, amor, verdade, transparência, valorização da vida, respeito aos direitos, diferenças e individualidades, pois a entrevistada é uma das pessoas que está muito envolvida com os projetos da Igreja com a comunidade, em seu trabalho voluntário. Esses projetos são desenvolvidos em conjunto e baseados nos princípios religiosos. Assim, os valores cristãos supramencionados e os princípios da Economia Solidária possuem proximidades, como: cooperação, respeito ao ser humano e à natureza, solidariedade, repartição. Portanto, essa vivência já existe no grupo, mesmo que seja por ensinamentos religiosos.

Produtividade, mas com Afetividade.

No sistema capitalista, o problema moderno da opressão, da exploração e da alienação está vivamente presente, embora assuma diferentes configurações na contemporaneidade. Neste sentido, o resgate do ser humano, da subjetividade, dos vínculos, dos relacionamentos, da auto-estima, do ser integral e não somente o econômico, torna-se premente. Resgatar o velho respeito pela vida em todos os seus sentidos e em todos os seus significados para o ser humano. Parece que a cooperativa seria mais do que uma forma de materializar o atendimento das necessidades humanas básicas por meio de geração de renda. Mais do que isso, seria uma forma de se resgatar o próprio ser humano em suas necessidades afetivas, tornando-se um lugar para rir, trocar, brincar, relacionar-se, conversar, discutir e, porque não, ganhar dinheiro.

Entrevista Nº 4 - R66 – “Acho que cooperativa é todo mundo trabalhando em cooperação, uma ajudar a outra no que sabe, cooperar no trabalho, cooperar na forma de dá carinho pra outra pessoa, mesmo quando você tá chateada. É, vem aqui, vem estar mais perto, vamos sentar, trabalhar junto, vamos rir, vamos brincar, é você esquecer os problemas. Cooperativa é um todo, tudo a favor.”

Entrevista Nº 7 - R111 – “eu gosto, eu gostaria. Eu gosto muito de vê gente, de estar no meio de gente, acho que puxei meu pai e não gosto de ficar isolado, sempre tem que no meio de gente, então eu gostaria de trabalha em cooperativa.”

Entrevista Nº 4 – R70 – “Eu sempre gosto de estar perto de pessoas, não gosto de ficar sozinha. Esse ano que eu estou sozinha, que eu fico à tarde toda em casa, eu tô perdida, por mais que eu sei que eu tenho os meus negócios pra fazer, eu não gosto de ficar sozinha e eu começo a pensar muita coisa ruim, eu não gosto de ficar assim. Qualquer coisinha que aconteceu eu começo a pensar, pensar e eu não gosto de sentir assim. Eu não gosto de ficar sozinha e eu gostaria de trabalhar assim com mais pessoas porque o que eu gosto, o que eu sei eu também gosto de ensinar pros outros. Eu gosto que todas as pessoas saibam o que eu sei, porque assim como eu aprendi, eu acho que todos tem a capacidade de aprender. Eu gostaria muito de trabalhar assim, todo mundo sentar aqui e fazer boneca,

ou vamos fazer ímã de geladeira, pintar pano de prato. Nossa, eu acho que ia ser uma coisa muito boa fazer isso.”

No terceiro discurso, a cooperativa parece ser mais um local de trabalho que promove a saúde mental e o bem-estar das pessoas do que simplesmente privilegiar a geração de renda. Algumas mulheres relatam que começaram a trabalhar com artesanato como sugestão terapêutica, sendo um instrumento de apoio para sair de crises depressivas, desenvolvidas por questões de problemas de saúde, perda de familiares ou depressão pós-parto.

Trechos da Entrevista Nº 11:

R103 – “Isso aí na verdade começo quando eu tive problema da tuberculose, né? Que eu ficava: os meus filhos eram todos pequenos e eu ficava mais no hospital do que em casa. Daí eu entrei em depressão, né? Entrei em depressão por causa da doença e daí que uma amiga minha da pastoral da criança me falou: “Porque você não aprende fazer alguma coisa pra passa o teu tempo, senão você vai morrer guria! por que tá definhando, né?” ... daí que eu me interessei...daí eu entrei também na pastoral das crianças, e daí que eu fui aprendendo a fazer as coisas.

P104 - Lá eles te ensinavam?

R 105– Aham... aham... e

P 106- daí você foi pegando.

R107 - Fui pegando e foi por isso que eu sarei...

P108 - Você acha que o fato de ficar ocupada com uma atividade que te dá prazer, isso ajudou bastante?

R109 – Que eu só vivia abaixo de remédio, remédio, remédio, eu achava que eu tava ficando cada vez pior, né? Que daí eu não fazia nada só ficava deitada. Nem dos filhos eu cuidava mais.

[...]

R113 – por causa da doença eu perdi, eu pensava assim: “Meu marido foi, agora eu vô e meus filhos vão ficar aí, né?” E daí que falaram pra mim fazer alguma coisa senão: “Você vai mesmo e seus filhos vão ficar aí sofrendo”. Daí eu me interessei...

[...]

R117 – Não tinha ânimo, né? daí um dia eu abri a casa e falei assim: “ Não. Hoje acabou! Hoje acabou!” Daí que eu comecei a ... daí chamei uma amiga perguntei se ela sabia fazer crochê... “Você vem me ensinar?” daí... daí comecei a corte e costura, tudo.

[...]

R129 – e...daí depois eu falei: “Não. Não pode mais”. Até ano passado eu tava tomando remédio pra depressão ainda, eu larguei com o tempo e agora eu não vou tomar mais...

[...]

P132- E você alega que o bem estar tem haver com essas atividades que você faz?

R133- Tem. Tem por que quando eu me sinto assim, que eu viro assim que eu tô com sentimento. Tô chorona, eu já começo a fazer alguma coisa lá... já passa”.

Trechos da Entrevista Nº 11:

P295 – “se fosse para trabalhar numa cooperativa, entre você continuar trabalhando em casa sozinha, qual você preferia?

R296 – se a cooperativa fosse pra frente, seria melhor a cooperativa.

P297 – porquê?

R298 – Ah, porque é um grupo, pra se unir. Dá para trocar num grupo e a gente troca muitas idéias, né?

P299 - e você acha isso bom?

R300 – eu acho, que nem lá no curso que tava indo no ano passado. A gente trocava muitas idéias, a gente inventava. Em casa fazer sozinha, tá com cabeça boa a gente inventa também, tem dia que a gente não tá muito boa, não consegue criar...

P301 – e num grupo?

R302– no grupo não. Se a gente chega acabada, tem uma que levanta a gente.

P303- o pessoal ajuda?

R304 – ajuda. Eu gosto destas coisa”.

É um lugar estimulador de criatividade. Algumas mulheres relatam que a cooperativa ou o trabalho coletivo das mulheres da Comunidade Monte Moríá ajudam-nas a se distrair de seus problemas pessoais.

Trechos da Entrevista Nº 11:

P399 – “teria alguma coisa que eu não perguntei que você gostaria de falar?

R400 – Não só que eu entrei na quarta-feira pra não chegar aqui meio pra baixo. Porque meu marido ele bebe então tem dias que... é difícil,né? Então...

[...]

R 404–... Então tem 4ª. feiras aqui que eu vou chegar aqui assim que eu não vou nem abrir a boca, mas eu venho.

P405 – Você vem pra...

R 406– eu venho pra descontrair que... ficar em casa é pior, né?”

Para outras mulheres, no entanto, existe a dificuldade de enfrentar o grupo para exporem suas idéias e opiniões. Acreditam que por serem humildes demais, as pessoas do grupo não lhes darão ouvidos:

Trechos da Entrevista Nº 12:

R116 – “ai eu acho que nós somos muito humilde, não sabe expressa as coisas, às vezes tenho várias idéias, daí eu chego aqui, no meio de todo mundo e ai não falo nada (risos).

P117 – mas porque que a Sra. não fala?

R118 – tenho vergonha, sei lá?

P119 – vergonha do que?

R120 –[risos]

P121 – Quando se trabalha em grupo é importante que as pessoas falem o que elas acham.

R122 – eu... sei lá... sou meio caipira...

P123 – a Sra. acha que é caipira ou é receio de falar e não ser aceita?

R124 – também um pouco

P125– mas a Sra. não acha que as pessoas que estão aqui, estão no mesmo barco?

R126– [risos] eu acho que sim.

P127– porque o receio de falar?

R128– talvez eu acho que ninguém vai dar importância alguma. Coisa assim. Eu não sei...em casa as vezes eu fico pensando, mas chega no meio da turma...

P129– [...] A Sra. vê isto em outras mulheres aqui também?

R130– vejo ...

P131– vê isso?

R132– às vezes tão conversando, falam, na hora de falar ninguém fala nada (risos)

P133– ficam com receio de falar

R134 – vocês têm estudo. A gente já acha que vai falar abobrinha e ninguém vai dar importância, acho que é isso”.

Em outro momento do grupo foi aplicada uma dinâmica que tinha como objetivo o trabalho de equipe. As participantes da época não conseguiram lograr êxito. Quando se reuniram para analisar o processo, percebeu-se que somente algumas pessoas do grupo falavam. Outras pareciam não estar acompanhando o raciocínio da atividade proposta. Então, elas “esperavam” que duas ou três mulheres do grupo, que apresentavam maior escolaridade, expusessem suas idéias, demonstrando uma atitude de dependência. Tanto que, num dado momento as mesmas mulheres mais participativas, perceberam que se somente elas falassem, as demais não iriam se colocar e assim, decidiram silenciar-se. Nesse momento, o discurso daquelas que começaram a falar [não muitas] girou em torno dos seguintes temas: “não dá para confiar”; “já levei muita lambada”; “às vezes se comenta algo de sua intimidade com alguém do grupo e logo o grupo todo está sabendo”, ou seja, há fofocas. “Aqui não somos um grupo, mas somente conhecidos”. Com estas colocações percebeu-se que a demanda do grupo era outra e não a do trabalho que efetivamente estava sendo realizado. Neste sentido, não havia contribuições efetivas de idéias vindas do próprio grupo para um avanço na solução do problema lançado. Parece que esperavam que alguém “magicamente” trouxesse a solução, sem perceber que a solução deveria partir delas mesmas.

Observou-se que existe baixo nível de confiança interpessoal que deveria ser construído para que essas pessoas pudessem montar uma cooperativa e fazer um trabalho em conjunto, com unidade, como grupo unido. Antes, parece que estavam magoadas e ressentidas umas com as outras, por vivências não relatadas, obviamente entre algumas delas e não entre o grupo como um todo, mas que não permitia que avançassem o raciocínio de grupo e ajuda mútua.

A hipótese que surge com essa constatação é a seguinte: as pessoas estão ainda muito “embebidas” pela lógica do individualismo, não deixando transparecer um interesse claro de união para a resolução de um problema comum e assim, terão dificuldades para a criação de uma cooperativa ou de um trabalho em conjunto, bem como de sua manutenção. Tais observações obtidas na leitura do processo de grupo foram comprovadas pelo seguinte discurso da entrevistada nº 4, entrevista realizada em fevereiro de 2006, quase nove meses depois:

P51- “E como você vê o grupo hoje, das mulheres nessa idéia?”

R52 -Eu acho assim: todas que ficaram são as que realmente tem vontade de fazer alguma coisa. Seja o que for decidido no grupo, elas se decidiriam a fazer. E acho assim, que tem umas que tem muito medo de entrar nisso, como eu falei antes e ser prejudicada. A fulana, aquela vez que falou, que tem medo de não dar certo, é porque você começa a fazer uma coisa e de repente aquela pessoa sai e você acaba ficando sozinha. Mas se toda a vida, a gente for pensar assim, nunca ninguém vai conseguir fazer nada. Eu acho que a gente tem que deixar o medo um pouco de lado e dizer: Seja o que Deus quiser e vamos, vamos fazer, né?. Não pode sempre ter medo e fazer as coisas sempre com medo, com medo. É lógico que existe um medo, um receio, de trabalhar junta porque uma não conhece direito a outra, embora a gente fique sempre perto, né.? Tem aquele receio, mas eu acho que a vida pessoal de cada uma não é necessário, você tá trabalhando num grupo, você tem que tá contando a sua vida pessoa uma pra outra. E elas têm um pouco de medo disso, desse negócio de você saber da vida da outra e ficar comentando né? Eu acho que isso são coisas à parte. Você vai conversar uma coisa que você tá sentindo com alguém que você confia e que realmente ache que deve de ser falado, embora eu ache que você não tem necessidade de tá aqui trabalhando e falando da sua vida pras pessoas”.

As observações da pesquisadora no curso de Capacitação e Qualificação Profissional para Processamento e Produção de Alimentos (maio a junho/2005) também revelaram que o grupo não demonstra motivação para fazer o curso. Foi pouco participativo, aceitando passivamente tudo o que as professoras ministraram. Além disso, como o grupo é coordenado por pastores, observou-se que no início e durante os trabalhos sempre havia uma fala em relação à Bíblia e a Deus. As mulheres ouviam passivamente. A hipótese que se levanta é também a de que nesse grupo e nesse local as pessoas são treinadas para serem apenas ouvintes.

Há, portanto, a necessidade de se construir a confiança interpessoal e o genuíno interesse em ajudar umas as outras para que a construção de uma cooperativa possa se processar.

Visão do Processo de Trabalho e da Cadeia Produtiva

Durante a entrevista não foi definido de que tipo de cooperativa estaria se tratando (de crédito, de produção, de consumo, etc), ficando apenas com um conceito amplo. Uma cooperativa de produção, por exemplo, procura desenvolver todas as etapas da cadeia produtiva como a

obtenção da matéria-prima, sua transformação em produto acabado, sua comercialização (formação de preço, estratégias de *marketing*, definição de escoamento dos produtos), os cuidados para com o aspecto da saúde financeira do empreendimento desenvolvendo critérios de retirada do dinheiro para os trabalhadores, os investimentos na cadeia produtiva, além da aplicação num fundo de educação. Percebeu-se em uma das entrevistadas, que para ela, um dos sentidos de cooperativa estava ligado apenas a uma das partes da cadeia produtiva, ou seja, a comercialização do produto. Esta deve ser realizada por todas as pessoas integrantes da cooperativa, abrangendo um esforço concentrado para que a realização seja bem sucedida, apoiando-se no fato de que as demais fases da cadeia produtiva só conseguirão ter vida útil se esta for bem conduzida.

Entrevista Nº 1 – R152 “A cooperativa é onde na hora de vender o produto todo mundo vende, trabalha junto, onde na hora de vender o produto todo mundo vende. (...)”.

Outra entrevistada percebe com clareza as diferenças entre o trabalho numa cooperativa e o de uma empresa tradicional capitalista. Entre os aspectos percebidos estavam a hierarquia e as divisões de tarefas:

Entrevista Nº 4 – R68 “Eu acho que na empresa que você é empregada, você entra ali, faz o que é te mandado só. Que nem eu quando trabalhava na Pastelaria, eu só servia pastel, então o que eu tinha que fazer era só servir pastel, era balconista. E o meu irmão só fazia pastel, ele não atendia. Você tem aquela obrigação fixa ali pra você fazer e na cooperativa, você coopera com tudo, você tanto ajuda a fazer quanto ajuda a limpar, quanto você tem que até como eu que não sei muito sair vender, mais se fosse o caso, eu também sairia porque é uma coisa pra todos trabalhar juntos. Eu acho que essa é a diferença, né. Pra mim eu acho que é isso”.

Interessante observar que esta trabalhadora possui um discurso diferente do regime fordista-taylorista, cuja divisão das tarefas e a super especialização das funções, tão características de muitas empresas, torna os trabalhadores alienados de seu trabalho. Neste regime “Houve expropriação do saber dos artesãos e a divisão do trabalho entre quem projeta e quem executa a produção de uma mercadoria. O trabalhador perde definitivamente [...] o controle sobre o que produzir, como, quando e para quem produzir” (SOUZA *et.al.*, 2004, p. 14). Os processos pedagógicos eram apenas a memorização e a repetição. “... na fábrica taylorista o trabalhador é totalmente reduzido a um apêndice da máquina, cujo processo de trabalho é determinado pelo ritmo das mesmas” (SOUZA *et.al.*, 2004, p. 128). Não quer dizer que atualmente viva-se como em 1911, quanto Frederick Taylor, publicou os *Principles of Scientific Management*, No entanto, basta observar atentamente as gestões de algumas empresas para logo tais semelhanças serem identificadas. O que chama a atenção é que o fato desta entrevistada

possuir baixa escolaridade (não haver passado pelos processos pedagógicos fortemente conteudistas e voltados para o vestibular, presentes na maioria das escolas e que ainda preparam o indivíduo para uma sociedade do emprego) e também, de não ter passado pelo trabalho assalariado. Ela demonstra possuir uma percepção do contexto do trabalho humano e maior disponibilidade para aceitar a autogestão de uma cooperativa.

Entrevista Nº 4 - R90 “O artesanato, eu acho que ele tem épocas das coisas. Que nem o chinelo bordado tem época, é mais pra perto do verão, agora tem uma época de boneca de pano. Então eu acho que a gente tem que estar sempre perto do que...por dentro do que esta sendo vendido. E pano de prato é uma coisa que todo mundo usa, né? todo mundo compra. [...]”

Entrevista Nº 7- R150 – “Ah! Sei lá tem que ser artesanato, tricô. Aquelas sandalinhas tem que ser alguma coisa de qualidade, também não adianta cada um fazer uma coisinha: crochêzinho, bordadinho, essas coisinhas não vai muito. A gente tinha que escolher um produto que realmente você sabe que vai, sai vende, que não cai de moda...”

Possuem também a visão de negócios, ao perceberem a demanda por produtos dependendo da época do ano e da moda.

Trechos da Entrevista Nº 10:

P151 – “pode? E a Sra. acredita que este grupo que ta aqui poderia trabalha com o quê? Que produto legal assim pra vocês fazerem?”

R152 - normalmente, hoje em dia ta mais pro alimento... alimentação. O negócio de roupa todo mundo trabalha, né? E agora ta bem mais fácil da gente compra do que de faze... então o pessoal não se preocupa muito em fica fazendo, mas se tivesse um grupo assim de costura, destas coisas que a gente pudesse mante os maquinários todo, né? Poderia ser uma boa porque muitas gente trabalha com costura, com bordado.

P153 – e a Sra. gosta sabe mexe com isso ou a sra. iria aprender?

R154 – sei. eu tenho curso. O primeiro curso que fiz pela FAS foi corte e costura.

P155 – chegou a produzir alguma coisa pra vender?

R156 – pra vende não, só pro curso. De vez em quando eu faço na mão porque não tenho maquina”.

A entrevistada traz a questão da dificuldade em ser dona do próprio instrumento de trabalho. Uma máquina de costura é inacessível para a sua atual condição financeira e mesmo do grupo.

Trechos da Entrevista Nº 1:

P162- “Você acha vantajoso fazer uma cooperativa? Ou emprego de carteira assinada?”

R163. Acho que é cooperativa.

P164. Por que?

R165. Porque eu vejo assim, se todo mundo vender mais, trabalhar mais, vai sobrar mais para todo mundo, todo mundo vai receber igual. A gente vai dizer quando emprego... vendi tanto este mês e vou receber a mesma coisa, vou ter que passar para o patrão. A cooperativa não tem patrão. Se vender mais vai se dividir em partes iguais.”

Para se começar um empreendimento solidário é necessário certo capital, mesmo que seja pequeno, com uma estrutura mínima como, por exemplo, material para começar o trabalho. A Igreja cede o local, a luz, a água, o fogão, o gás, e as pessoas qualificadas para que os cursos ocorram. Eventualmente cede algum dinheiro para que o grupo compre determinado material. No entanto, uma das entrevistadas comentou que os recursos materiais iniciais devem existir, só não sabe dizer de onde devem vir para que o grupo comece a trabalhar. Sabe, porém, que depois da venda, parte do dinheiro deve reverter para o grupo comprar mais material e que outra parte deve ser retirada para a própria pessoa. Ainda há uma idéia de retirada individual e por trabalho desenvolvido e vendido e não que o montante vendido seja repartido entre todos. Neste sentido, a lógica é a de que a produção seja individual e de acordo com as habilidades de cada uma, ou seja, se a mulher tiver maior habilidade e maior bom gosto, ela irá fabricar um produto mais atraente e venderá com mais facilidade. Outra pessoa que não detenha tais condições poderá amargar o fato de não conseguir vender. Por isso, não há o apoio de uns para com os outros e nem a idéia do trabalho coletivo, repetindo assim, a lógica capitalista.

A comercialização parece ser uma questão ainda mal resolvida para algumas das entrevistadas por dois motivos: primeiro por não gostar de realizar tal atividade e por entender que o seu perfil é o de produzir e operacionalizar e não o de vender. Percebem ainda que as outras mulheres do grupo também não estão preparadas para vender, principalmente no que tange a aparência.

Trechos da Entrevista N°7:

R138 – “é acho que força de vontade elas tem. Se a gente pega mesmo valendo acho que elas têm força de vontade. Agora, alguém pra vender não sei se... também não adianta você fazer um monte de coisinhas e vende eu acho que elas não são... não sei se elas são boas... eu não gosto muito de vende... eu gosto de fazer o material e... Mas bater de porta em porta e pra vender eu sei que eu sou negativa [risos].

M139 – é... Teria que achar um jeito, o grupo teria que achar um jeito de comercializar, não adianta só fazer.

R140 – é que nem as geléias, ta aqui... a gente sabe que o produto é bom, mas quem que vai vende? É um ou outro, né? que vende, a XX teve que fazer aquelas coisas, pra poder animar elas pra venderem. Mas não é o forte delas venderem também. De repente pela aparência também vai bater de porta em porta, muita gente também não quer comprar que não conhece o produto acho que isto já dificulta bastante também. Sai vendendo uma geléia na mão assim, pouca gente que compra. Até a gente não compraria, na rua assim de qualquer um.

M141 – Você acha que a aparência em si, ela atrapalha também.

R142 – Eu acho que sim. Eu, pelo menos, não sou... de pensa nisso, mas dependendo da pessoa que vem vender pra mim às vezes eu não compro, porque tenho medo do produto. Eu teria que conhece o produto bem pra...”

E segundo, que um dos grandes problemas dos empreendimentos solidários é garantir o escoamento da produção e da prestação de serviços que, por falta de condições financeiras e estruturais, apresentam grandes dificuldades para entrar e se manter no mercado tradicional.

Entrevista Nº 3: R82 – “[...] e nós tínhamos uma produção bem legal até, assim a gente foi levando durante uns 3 anos. Nosso problema começou porque nós não conseguimos é vender a produção. [...] R84 – [...] Daí o nosso problema na cozinha era o escoamento da produção. Daí a gente tinha muita geléia, estoque e não tínhamos para quem vender essa geléia. [...] R 90 - Não, foi uma coisa que foi surgindo porque a gente precisa de regularizar, de ter nota para poder vender no mercado. Porque uma forma de escoar a venda é através do mercado. E no mercado, sem nota você não consegue. Então, nós tentamos ver qual seria o meio mais viável que pudesse conseguir essa nota. Então nós questionamos várias pessoas e sugeriram se montar uma cooperativa, porque os encargos sociais são bem menores. Foi daí que surgiu a idéia, foi ano passado. Antes não, nós tínhamos a ilusão de que nós íamos conseguir vender assim, de porta em porta e a coisa ia deslanchar. Mas a gente não fez uma pesquisa de mercado, do produto, uma porção de coisa”.

Trechos da Entrevista Nº 10:

R191 – “a geléia é bom de fazer, mas na hora de vende.

P192 – não dão valor?

R193 – não dão valor porque acham que é muito caro, que uns não comem, que outros é diabético...

P194 – uns diabéticos... é caro?

R195 – pra vender é mais difícil”.

Parece que houve grande frustração por parte das mulheres em relação ao que imaginavam produzir e vender e o que de fato venderam. Inicialmente houve rápida comercialização da mercadoria, pois começaram a vender de porta em porta, para amigos e familiares. No entanto, com o passar do tempo começaram a identificar que o comportamento do consumidor estava aliado a não consumir geléias com frequência, a achar o preço final alto, e também, perceberam a ocorrência do preconceito em relação ao um produto alimentício artesanal, desconfiando de sua procedência. Em seguida houve queda de vendas e diminuição do ânimo das mulheres para vender de porta em porta. Neste sentido, uma das responsáveis pelo projeto das geléias, decidiu abrir uma indústria para que elas conseguissem nota fiscal e, conseqüentemente, a entrada do produto em pontos de vendas de pequeno, médio e grande porte. Neste trajeto, constataram que o processo de formalização de uma indústria na área alimentícia é extremamente burocrática, exigente e oneroso, dinheiro do qual o grupo de trabalho não dispunha.

Uma das entrevistadas trouxe a sua experiência e percepção sobre a comercialização dos produtos da Economia Solidária:

Trechos da Entrevista N°4:

R118 –“Eu acho que seria muito legal se tivesse uma feira, porque você vai trabalhar sabendo que tem um lugar certo pra levar.

P119 -Essa feira seria criada pelo próprio grupo ou pela Igreja aqui ou é uma coisa que a gente tem que ver o que esta acontecendo na cidade?

R120 - As feiras que nós trabalhamos ali na Associação é aquelas feiras que estão acontecendo na cidade. Da Prefeitura, mas eu acho que seria legal se pudesse a gente ter uma feira só nossa, onde nós pudéssemos, talvez, todo dia... um grupo de mulheres, porque daí lá, quando tem as feiras, cada dia de feira vai um grupo de mulheres pra ficar na feira. [...].”

Na Economia Solidária, as feiras configuram-se como importante estratégia de comercialização, espaço de trocas solidárias, de venda direta e de rodada de negócios. Isso, por um lado, permite viabilizar os produtos comercializados na Economia Solidária e de outro, resgatar as relações personalizadas entre os produtores e os consumidores, buscando favorecer a fidelidade do consumo dos produtos e serviços de origem solidária e também da produção familiar e agro-ecológica.

Separação de Dinheiro ou Distribuição de Renda

Há a percepção de que a diferença entre uma organização produtiva capitalista e uma empresa solidária consiste na repartição dos ganhos. No primeiro caso os empregados recebem salários desiguais, determinado pelo nível de complexidade das tarefas e pela demanda e oferta do mercado de trabalho.

Trechos da Entrevista N° 1:

R156. “Dinheiro. Numa loja com o dinheiro da venda o patrão vai repor mais produto na loja. Eu acho que a parte do dinheiro, né, que entra numa loja pela venda é para comprar mais produto e mais ou menos parecido com uma cooperativa. A diferença que vejo numa cooperativa é que são muitas pessoas que trabalham juntas né, numa loja o dono é um só né?”

M157. Se ele tiver empregado o lucro é entre aspas dividido entre os empregados como uma cooperativa?

R158. Não é dividido

M159. Justamente dividido, digamos assim?

R160. Não é dividido, o patrão só vai pagar pelo serviço prestado pelo empregado, não é uma parceria... ele esta pagando pelo serviço que o empregado prestou a ele, não é como a cooperativa.

[...]

R166. Porque eu vejo assim, se todo mundo vender mais, trabalhar mais, vai sobrar mais para todo mundo, todo mundo vai receber igual. A gente vai dizer quando emprego... vendi tanto este mês e vou receber a mesma coisa, vou ter que passar para o patrão. A cooperativa não tem patrão. Se vender mais vai se dividir em partes iguais.”

Em um empreendimento solidário administrado democraticamente, os sócios não recebem salários, mas fazem retiradas que variam conforme a receita obtida. A decisão do valor das

retiradas serem iguais ou não, são tomadas em assembleias. Se optarem por retiradas diferenciadas, ainda assim as diferenças entre a retirada dos trabalhadores operacionais dos que utilizam o trabalho cognitivo são bem menores do que os praticados nas empresas capitalistas, o que contribui para a diminuição da concentração de renda.

As mulheres do grupo acreditam que numa cooperativa o dinheiro deve ser dividido entre a retirada para os trabalhadores e o investimento para comprar material, considerando esta forma como a mais justa. Acreditam que na cooperativa, se todos trabalharem e venderem os produtos mais irá sobrar para todos e que a repartição deverá ser igual, diferentemente de um emprego assalariado, em que dificilmente o trabalhador ganhará mais proporcionalmente ao maior tempo dedicado ao trabalho.

Entrevista Nº1: R152. “[...] É acho também que é assim, tira pouco para a pessoa e pega o dinheiro para comprar mais material.”

Entrevista Nº7: R128 – “tem que começa assim. Eu acho que o que vendeu a primeira coisa, não é ninguém pega o dinheiro a primeira venda, se volta tudo pra pode dobrar o teu material e daí você começa, ... se você começa a vende já... que nem a gente fez com o pierôgui, fez lá 2, 3 meses a gente nem mexeu no dinheiro, a gente foi comprando bastante coisas que sabe que dava pra guardar e depois a gente começou a pegar o dinheiro. Acho que ficou uns 4 meses sem mexer no dinheiro, porque senão nunca a gente vai conseguir, se tira um pouquinho, vai fica lá naquela quirerinha lá, então pra você crescer...”

A entrevistada acredita que parte das vendas dos produtos deve retornar para o grupo em vez de ser retirado pelos cooperados, mas também, que os processos de trabalho iniciados no grupo devem ter começo, meio, retorno e continuidade, pois se o pessoal retirar todo o dinheiro logo nas primeiras vezes não terão como comprar mais material e continuar o ciclo. Neste sentido, o fluxo deve ser pensado de forma longitudinal e não numa relação imediatista, apesar da necessidade da maioria das mulheres em comprar comida para colocar à mesa.

Outra visão é a de que parece haver mais vantagem em ser empregado do que cooperado, em relação à remuneração devido ao esforço para retirar o dinheiro deste ser bem maior.

Entrevista Nº 11: R236 – “ah, eu acho que tem né? Porque a cooperativa tem. Se vende entra, se não vende, não entra nada. Se tiver numa firma registrada, tal dia você tem o teu pagamento.”

Autonomia Coletiva – Os Percalços entre a Heterogestão e a Autogestão.

Enquanto algumas mulheres foram criticadas por desistirem de participar do Projeto Vivendo e Aprendendo, devido à falta de distribuição de cestas básicas, outras permaneceram no

projeto independentemente de qualquer benefício material. Pensado somente no benefício material imediato, essas mulheres que permaneceram não estão recebendo nada há cerca de 14 meses. Neste sentido, há alguns depoimentos que nos dão pistas do que as mantêm no projeto:

Entrevista Nº1 R84. “Eu acho bom. Ajudar no orçamento. Acho que não é bom só receber. Receber tudo na mão. Deve procurar ganhar. Dá mais valor”

Trechos da Entrevista Nº6:

P191 – “e você sente que esta atividade que você pode estar aprendendo, ou o que você já aprendeu, isto pode te ajudar pra você ganhar o dinheiro?”

R192 – ah se tiver... se tiver... outras pessoas pra ensina a gente ai sai alguma coisa, né? Que a gente ganha alguma coisa, né?

P193 – E você participou quando foi feito a geléia? Você fez o curso, né? Você chegou a fazer geléia? O que você achou?

R194 – Ah, eu achei gostoso, (risos) ah, eu achei bom!

P195 –Porquê?

R196– Serviço, né? Eu gosto de trabalhar, serviço...

P197 – Você gosta de trabalhar e vê que tá produzindo alguma coisa?

R198 – é...

P199 – ou porque está dando dinheiro?

R200 – Ah... [não entendi] eu gosto de trabalha... a gente trabalhando se anima mais, né? Ficando em casa parado, assim... eu gosto de trabalhar!”

Trechos da Entrevista Nº13:

P11 –“E a sua renda, a sra tem essa pensão que a senhora recebe, mas antes disso a sra vivia do quê?

R12 - Carpindo ai no salão. Eu não tinha coragem de pedir nem R\$ 0,50 centavos! Eu não... até hoje não tenho. Peço não. Não peço não! Nem R\$ 0,50 centavos, nem pra comprar uma bala.”

A primeira entrevistada demonstra ser uma mulher com auto-estima mais elevada, por não se colocar no papel de vítima, mas sim de uma pessoa que pode produzir, bastando apenas haver oportunidades.

Já a segunda e a terceira entrevistadas possuem baixa auto-estima, no entanto a vontade de trabalhar e de ganhar o próprio sustento, sem ser por meio de doação ou assistencialismo, é muito evidente. Apesar do sofrimento apresentado em suas histórias pessoais, elas não se colocam no lugar de vítimas, mas de pessoas que podem construir algo melhor a partir de seu trabalho. No entanto, uma questão precisa ser revista com muito cuidado, qual seja, o processo de ensino-aprendizagem de uma nova habilidade deve ser, na opinião de duas entrevistadas, afetivo, mais próximo e individual, buscando respeitar as diferenças e as

dificuldades de cada mulher e aproveitar a sua motivação. Dessa forma, acreditam que aprenderão e trabalharão bem.

As pessoas responsáveis pelo desenvolvimento do Projeto Vivendo e Aprendendo (Pastora e esposa do Pastor) demonstraram ser empreendedoras em relação à idealização e implantação do projeto na comunidade. O projeto esteve baseado nos seguintes princípios:

- Princípios de Gestão: transparente, democrática e participativa; horizontalidade das relações, atitude emancipadora; e a busca de equilíbrio entre categorias de participantes; (*grifo nosso*)
- Princípios Políticos: prática de solidariedade e da justiça para transformação da sociedade, caráter de inclusão, transcendendo interesses denominacionais ou político-partidário; (*grifo nosso*)
- Princípios Éticos: fundamentação em valores cristãos evangélicos, como justiça social, integridade, amor, verdade, transparência, atuando com a visão integral e sistêmica na valorização da vida, respeitando os direitos das pessoas, diferenças e individualidades.

Quando se trata de desenvolver empreendimentos populares solidários uma das características que se diferencia dos empreendimentos capitalistas é justamente a autogestão denominada como: “os/as trabalhadores/as são os/as efetivos/as gestores/as do processo produtivo e das relações de trabalho”.

Ao observarmos o desenvolvimento do Projeto Vivendo e Aprendendo durante 18 meses pôde-se verificar que não houve por parte das pessoas responsáveis um delineamento claro do que seria um empreendimento popular solidário em seus princípios básicos. Neste sentido, apesar dos princípios de atitude emancipadora e transformação da sociedade existirem como parte do discurso dito interiorizado e praticado pelos mesmos, a prática demonstrou que houve apenas a manutenção do sistema. Isso porque tanto a pastora quanto a esposa do pastor atuaram como empreendedoras do projeto, centralizando decisões, atuando como líderes do grupo, mas sem trazer reflexões ou oportunidades para que o próprio grupo pudesse atuar e resolver seus próprios problemas, a partir de discussões e debates, entre outras formas participativas. Neste sentido, apesar de não haver um discurso assistencialista, porém promoveu-se a dependência do grupo e não interdependência.

R122 – “Não, a gente tinha as 2 idéias, que algumas fossem para o mercado de trabalho que fossem absorvidas por alguma empresa alimentícia e outra que o próprio grupo conseguisse gerar a sua renda, que ela conseguisse fazer isso por conta própria, que fosse uma forma de não termos que ficar dando cesta básica, que elas mesmas pudessem gerar seu sustento.”

R86: Já tinha uma turma antes da que foi constituída a cozinha, daí nessas duas vezes nem foi voltada mais para qualificação profissional para poder buscar emprego em outro lugar, mas assim eu não poderia dizer que estamos preparado pra uma iniciativa própria. Você deve ter tido essa percepção melhor do que eu, porque a gente nunca deu uma atenção suficiente pra que isso viesse a amadurecer de tal maneira pra que elas dissessem: “Não, nós vamos conhecer isso juntos!” Elas ficaram mais como participantes espectadoras, mas não como empreendedoras. Nós fizemos várias palestras sobre empreendedorismo, sobre cooperativas mais nada a qual era a mostra delas, pois, a cozinha foi meio frustrante porque elas apostaram na possibilidade da cozinha ser uma geradora de renda pra elas e não aconteceu então não sei te dizer.”

Observações levantadas quando da participação da pesquisadora no curso de Capacitação e Qualificação Profissional para Processamento e Produção de Alimentos (maio a junho/2005) e das anotações do diário de campo, demonstraram que durante o primeiro módulo denominado de Desenvolvimento Comunitário, a professora trouxe conteúdos que exprimem mais uma postura individual e empreendedora de encarar o mundo do trabalho do que propriamente de um trabalho coletivo e comunitário, como o nome do módulo poderia deixar transparecer. Solicita que as mulheres “reclamem” para si o seu futuro, o controle de suas próprias vidas e a realização de seus sonhos individuais. Percebeu-se que a maioria dos sonhos esteve ligado: à abertura de uma panificadora, de uma loja de móveis, de um *petshop*, de uma mercearia ou se formar em chefe de cozinha, em manicura, em costureira, em cabeleireira, ou até mesmo aprender a dirigir. A palestra sobre empreendedorismo social abordou as principais características que um empreendedor deve ter: buscar informações; capacidade de competir; ter auto-confiança; rede de apoio; capacidade de planejamento; definição de metas; planejar sistematicamente; capacidade de realizar (exigir eficiência e qualidade); novas oportunidades e ter iniciativa; persistência; cumprir contrato de trabalho e correr riscos. Observou-se que essas características têm mais relação com a questão da competição no atual mercado de trabalho regido pela economia neoliberal e no sistema de produção capitalista do que propriamente com o avanço desse modelo de produção e inserção das pessoas na sociedade.

Além disso, em conversas de intervalo com uma das professoras de Engenharia de Alimentos, responsável pelo conteúdo técnico, ela exprimiu a essência do pensamento do projeto: “O curso não tem objetivo necessariamente de criar uma cooperativa até porque num grupo de 35 pessoas não cabem numa cozinha”. Então ela [engenheira de alimentos] comenta que quando começa um curso, identifica que os pequenos grupos que já tem uma idéia fixa e outros que irão tentar se colocar no mercado formal de trabalho. Destes pequenos grupos ela não aconselha que saiam do curso e montem uma cooperativa porque: “O custo de abrir e fechar é muito alto” [caso não dê certo]. Sugere que eles passem por algumas dificuldades para depois ver se querem ou não montar uma cooperativa.

Nessa comunidade, os coordenadores do projeto parecem não acreditar que as pessoas podem formar uma cooperativa e decidir por elas mesmas seu destino. O discurso está mais focado no empreendedorismo e na colocação individual no mercado de trabalho do que em promover um grupo unido para o desenvolvimento de uma cooperativa. Os responsáveis pelo Projeto acreditam que uma cooperativa surge a partir do amadurecimento e desejo do grupo.

R:90 “Apesar de que eu sempre apoiei uma cooperativa se fosse o caso. Se bem que hoje eu não sei se a gente... Eu achei que a cooperativa fosse no final do processo, mas eu acho que a gente tinha elevado demais esse motivo entorno de uma possível cooperativa ou de grandes ganhos, que daí não aconteceu nem ia acontecer mesmo. [...] eu prefiro que tivéssemos ficado na informalidade ainda por mais tempo. Se nós fôssemos ver a história das demais cooperativas e empreendimentos sociais a gente vai ver que a informalidade fez parte de um longo período de existência dessas organizações e a cooperativa se deu no processo de maturidade e nós não tivemos esse período de maturidade aqui. Teve as vendas. Não sei o volume de vendas, só sei o volume de produção, mas não sei em termos de vendas isso ficou para fulana gerenciar. Mas eu estava contente de ver as mulheres, 56, cada vez era uma a menos, que elas passavam contando papel. Nestes termos talvez fosse importante ter trabalhado esse termo de maturidade e não ficar tendo grandes expectativas, grandes aspirações acima de contexto, talvez seja isso que desmotivou também: tem que vender, tem que dar lucro e aí gerar mais um peso, uma frustração....”

Apesar de o discurso negar a intenção de que o grupo de trabalho informal se tornasse uma cooperativa, trata disso como se fosse uma decisão dos responsáveis pelo projeto, a partir do momento em que decidem a programação, quais profissionais devem dar palestras, quais temas devem ser abordados, vindo a reforçar a antiga separação entre o pensar e o agir, entre o estratégico e o operacional e entre o dominante e o dominado.

R92: [...] então, eu acho assim, nós sofremos neste grupo com a saída das mulheres, da maior parte das mulheres, saíram também a liderança delas. Saíram muitas mulheres. Então, as mulheres que ficaram, a liderança dessas que permaneceram, ainda é uma liderança ainda muito individualista. As mulheres que lideram e fazem coisas tremendas: a Cristina a Joana³² ainda elas não lideraram essa habilidade em grupo. Então, esse trabalho que está sendo feito, dessas descobertas, avaliações de que a gente pode estar fazendo junto, podia ter acontecido quando as geléias estavam funcionando [...] mais eu acho que o grupo tem que nascer de novo. Tem que nesse novo formato uma nova proposta diferenciada voltada prioritariamente para o trabalho, pra fortalecer talvez aquilo que de repente ficou pra trás, que foi ocupado com a saúde, educação e não foi que era também importante, mas uma geral da coisa. Agora eu acho que fortalecendo essa área do trabalho, [...] Mas assim, em termos de geração de renda há um trabalho a ser começado de novo começar do zero. Talvez vai ter que repetir o que já viram em termos de empreendedorismo, a descoberta de habilidades, essas coisas vai ter que ser refeito daí”.

Pontua a necessidade de se começar um novo projeto, deixando transparecer o seu desconhecimento do funcionamento de uma verdadeira cooperativa popular, como por exemplo, o grupo aprender a debater as problemáticas e a resolvê-las, sem ter a necessidade

³² Nomes fictícios.

de uma liderança travestida num “salvador da pátria”, o qual milagrosamente irá resolver os problemas do e pelo grupo.

R102 - [...] e agora a gente vai fazer bolsas de palha. Vamos fazer bastante até ficarem boas o bastante para virar a tal da renda. Porque experiência a gente já fez muita: com os chinelos e as outras diversas coisas que vieram, com a geléia, tricô, crochê. Experiência a gente tem e tem bastante e eu acredito também que neste momento com elas ainda não passaram pelo processo de maturidade maior aonde elas dizem o que fazer. Elas dependem muito de alguém de fora que diga o que fazer. Isso impede muita coisa, o que torna nosso trabalho como educadora que mostra as probabilidades e as oportunidades, mas quem tem que dizer o que quer fazer são elas. Então, precisa passar isso: elas realmente podem descobrir o que elas podem produzir a partir delas mesmas. Eu não sei que demanda de trabalho isso significa em termos de emancipação, mas se isso não acontecer... eu não queria que fosse, eu não gosto desta idéia: que esse tempo nas quartas – feiras seja um tempo de entretenimento. Que a bolsa de palha seja um entretenimento. O chinelo também fosse um entretenimento. Não queria que fosse isso, queria que elas se apaixonassem, que tivessem idéias. Não sei se você percebeu que com grupo maior, quando se estava tendo uma atividade, elas não estavam totalmente entregues àquela atividade. Elas estavam pensando em outras coisas. Como hoje, embora em escala menor, você viu que elas estavam prontas pra iniciar uma atividade com as palhas, mas estavam pensando no chocolate e foram fazer o chocolate. Foram fazer o curso de chocolate então você ainda vê que...

Observa que falta no grupo a maturidade [mas quando isto foi desenvolvido?] e também a persistência para acreditar que algo pode dar certo e que para isso devem trabalhar juntas. Ao mesmo tempo em que estão aprendendo a fazer bolsas de palha, também querem aprender outros cursos ocasionais, como a confecção de ovos de chocolate. Então, parece que elas fortalecem a visão capitalista de estar aproveitando situações ocasionais de mercado para ganhar um dinheiro, ainda numa visão individualista e de cursos rápidos e não numa visão de mudança estrutural desta sociedade e tampouco de mudança coletiva.

Outra questão levantada e não menos importante trata-se da postura da educadora ou do educador frente ao grupo. Na realidade, a educadora não deveria assumir a frente do grupo, mas sim, estar junto com ele, começando a descobrir formas de se avançar no processo de geração de trabalho e renda. A idéia que se coloca é justamente a formação dos educadores estarem cientes e preparados para não reproduzirem o que o sistema econômico propõe, mas de tratar de uma educação, mesmo que em uma educação popular, voltada para a real emancipação do ser humano.

Portanto, durante o Projeto Vivendo e Aprendendo, não houve por parte da Igreja, o interesse ou a consciência em demonstrar a questão crítica da sociedade em que se vive, nem teve o objetivo de fazer com que as mulheres desenvolvessem atitudes coerentes com a autonomia e desprendimento. Ao contrário, pode-se perceber que todo o trabalho intelectual e de planejamento das geléias, organização das vendas, introdução do produto no mercado, elaboração de rótulo, do nome do produto, além da agilização da cozinha, doação de painéis,

fogão, etc, passou por pessoas mais qualificadas como o pastor, a pastora, a esposa do pastor, professores universitários voluntários e estagiários universitários. Não houve a inclusão do grupo nas discussões e nos problemas. Ou seja, as mulheres, ao que parece, não eram estimuladas a pensar, analisar, refletir e tomar decisões que lhes influenciassem diretamente, acarretando inclusive forte pressão e cansaço em quem estava gerenciando todo o trabalho, pois à medida que uma ou duas pessoas acumulam inúmeras funções e responsabilidades sem compartilhar com o grupo, está-se reproduzindo o que o sistema capitalista promove: uma hierarquia que centraliza informações e decisões.

R124 – [...] Daí o fim também acabou ficando pesado pra gente, que sempre estava coordenando, porque tudo dependia da gente fazer, da gente correr atrás, da gente comprar as coisas, mesmo porque elas não teriam, assim do meu ponto de vista, esta autonomia para fazer isso, você precisa ter um veículo, tem que ter um carro pra buscar as coisas, não dá pra.... né? Nenhuma delas dispõe disso, né?.

No entanto, constata-se que a experiência com as geléias demonstrou que tipo de grupo não deve ser trabalhado: o dependente. Ou seja, deve ser um grupo que busque a autonomia acima de tudo e que também, tome parte do processo de decisão. Acredita-se que essa mudança de mentalidade também se deve a inúmeras conversas que tidas e da participação no curso “História social do trabalho³³”.

Pelo lado das mulheres participantes do grupo há os seguintes discursos:

Trechos da Entrevista N°5:

R78 – “acho que tem algumas meio paradas, acho que precisava... é que as outras que estavam, elas sabiam mais coisa, pra elas mesmo [não entendi] traziam já pronto.

M79 – e este entusiasmo, seria falta de interesse ou é falta alguma coisa?

R80 – uma pessoa pra puxar talvez

M81 – e como seria este puxar?

R82– dá um incentivo primeiro, né?”

Acredita que falta ânimo para as mulheres e também de alguém para “puxar” o grupo. Mostra a necessidade que o grupo tem em manter-se na dependência, em detrimento de sua capacidade de buscar autonomia.

³³ Curso da Escola de Formação Básica Multiplicadora da Economia Popular Solidária, promovido pelo CEFURIA (Movimento Popular Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo), pelo TALHER PARANÁ, pela Associação de Educação Católica do PR, pelo SINDIPETRO e pelo MISEREOR. Curso separado em 5 módulos: Metodologia de Paulo Freire: pesquisa e temas geradores; O trabalho: das sociedades primitivas ao modo de produção feudal; O trabalho no capitalismo: alienação e desumanização; Utopias sobre o trabalho e políticas públicas; Perspectivas, trabalho e economia popular solidária.

Entrevista Nº 6: R121 – “acho que (risos) infelizmente, dinheiro. Acho que se alguém viesse, sentasse com o pessoal: “O que vocês querem fazer? Não interessa o dinheiro, nos vamos banca alguma coisa, o que vocês gostariam de fazer?” Acho que daí ia pra frente alguma coisa. Que se tem muito sonho, eu ate quis uma época dar um pouco de dinheiro para gente pode fazer alguma coisa, fazer sandália, fazer artesanato e daí surgiu àquela época do computador daí a minha doação foi pro computador. Mas o que eu queria e doar um pouquinho do dinheiro que naquela época eu tinha para poder, pra gente pode fazer alguma coisa, comprar um pouco do material pra poder sair... se for cada um do seu dinheirinho, acho que não dá, nunca vai dar, você vai contando aquele pouquinho, faz aquilo vender e acaba.”

Acredita que futuramente o grupo de mulheres pode até se transformar numa cooperativa. Porém, acha que está faltando alguém que tenha dinheiro e também, uma liderança para que o grupo comece a se desenvolver. A impressão que dá é que espera que as soluções para o grupo venham de alguém mais preparado e não do próprio grupo. A questão do capital inicial é algo importante a ser discutido pelo grupo assim como todas as etapas do processo.

R132 – “tem que ter alguém pra falar, é? Alguém líder, não líder, mas alguém que fale isso, porque senão lógico cada um quer pegar o seu... mas elas acho que...que... fácil vão pegar... Que realmente precisa guardar. Se estão esperando até hoje e não conseguiram nada até agora, fizemos várias feiras ninguém ficou continuando neste trabalho então...”

Somente uma entrevistada comentou sobre o fato de não existir um “patrão”:

Trechos Entrevista Nº1

R154. Eu vejo a diferença. A loja tem um dono e a cooperativa tem vários.

[...]

R174. O bom de não ter patrão e não ter alguém que fica sempre perto da gente mandando, discutindo, xingando. Se for uma cooperativa com todo mundo unido tem que ter união de todos. Pensar igual, bem certa e bem justa.”

Uma das entrevistadas, possui tanto a experiência profissional de ser empregada como a de proprietária de uma padaria. Na condição de empregada, alia o emprego ao sentido de que tem um patrão a quem deve obedecer, ser leal e receber pelo trabalho desenvolvido sem, no entanto, estar atrelado à assinatura da carteira de trabalho, com garantias de direitos trabalhistas. Está fortemente acostumada a trabalhar dentro de uma hierarquia e também, numa relação de trabalho individual. Demonstra interesse em trabalhar dentro do coletivo ou numa cooperativa, apesar de não compreender seu significado.

Trechos Entrevista nº10:

P145 – “quando falo a palavra cooperativa o que vem a sua cabeça?

R146 – cooperação pra mim é grupo, é trabalho com comunidades...

P147 – O que significa trabalho em comunidade?

R148 – ajuda uns aos outros, né?o meu modo de pensa, não sei se tá certo, mas...”

Esta entrevistada alia a cooperativa imediatamente à palavra cooperação, associando-a a comunidade. Aqui aparece a questão de se ajudar uns aos outros, no sentido de solidariedade, porém sem nenhum vínculo com a idéia de emancipação. Parece que a ajuda ainda está aliada a questão do assistencialismo.

Uma das pessoas responsáveis por outros projetos da Igreja comenta que não existem práticas assistencialistas por acreditarem que não é bom para as mulheres, então: “o bazar que vende de roupas por R\$ 1,00, [...]. Assim todos podem comprar e valorizar”.

5. A ECONOMIA SOLIDÁRIA ENQUANTO CAMPO DE IDÉIAS E PROPOSTAS: Os Sentidos Presentes no Documento Base da I Conferência Nacional de Economia Solidária

A nálise do Documento Base da I Conferência Nacional de Economia Solidária

O Documento Base da I Conferência Nacional de Economia Solidária subsidiou os debates em todas as esferas de mobilização da conferência como as: conferências preparatórias, as conferências estaduais e a conferência nacional, seguindo o tema da “Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento”. Teve como objetivos ampliar o diálogo do movimento da Economia Solidária com a sociedade civil, bem como o desenvolvimento de propostas para as políticas públicas de Economia Solidária. A Secretaria Nacional de Economia Solidária, subordinada ao Ministério do Trabalho e Emprego, foi autora deste documento, datado do ano de 2005.

O tema central do Documento Base está desdobrado em três grandes eixos, a saber: 1º) os fundamentos da Economia Solidária e seu papel para a construção de um desenvolvimento sustentável, democrático e socialmente justo; 2º) o balanço do acúmulo da Economia Solidária e das políticas públicas implementadas e 3º) os desafios e prioridades para a construção de políticas públicas de Economia Solidária, sua centralidade, a articulação com as demais políticas e os mecanismos de participação e controle social. Este documento é entendido como parte de um projeto político estrutural e é composto por 21p., 65 itens dispostos nos três eixos supramencionados.

O referido Documento Base apresentou grande diversidade de definições de Economia Solidária, a partir de múltiplas referências institucionalizadas originados de vários campos do saber, contribuindo para a sua polissemia.

Com relação à terminologia utilizada para denominar Economia Solidária, levantou-se 117 incidências do termo “Economia Solidária” e apenas 3 incidências do termo “Economia Popular Solidária”, questionando-se sobre qual sentido e definição realmente a sociedade civil e o Estado desejam trabalhar. A Cartilha de Orientações do Documento Base trouxe algumas pistas de quais sentidos podem ser empregados pelo Estado em relação ao termo “Economia Solidária”, a saber:

- como um “movimento” nascente, diversificado e heterogêneo. A palavra movimento tem o significado de “as formas com que os povos, desde seus primórdios, vão criando soluções para o enfrentamento de sua sobrevivência e de seu desenvolvimento através de relações solidárias” (MTE/SENAES, 2005, p. 7);
- como modelo econômico capaz de sustentar o desenvolvimento para o país ou como um novo modelo de desenvolvimento econômico e social;
- como estratégia e política de desenvolvimento do Estado Brasileiro;
- coadjuvante na construção de um desenvolvimento sustentável, democrático e socialmente justo;
- como subsídio para uma sociedade sem classes;
- como desenvolvimento comunitário;
- como instrumento válido para combater à pobreza e as desigualdades regionais;
- como um sistema econômico diferenciado;
- como uma estratégia de desenvolvimento endógeno, nacional e de integração regional;

A partir dessas colocações, pode-se inferir que o termo “Economia Solidária” expressa uma visão macro do sistema político, econômico e social. No entanto, mostrou-se ora como um modelo de desenvolvimento econômico e social, ora apenas como um coadjuvante desse modelo. Ou seja, ao mesmo tempo em que é percebida como um modelo capaz de sustentar econômica e socialmente um país, é também remetida a um papel de mera coadjuvante do processo, deixando claro que há fragilidades no modelo mesmo dentro do discurso institucionalizado.

Já estas fragilidades foram observadas na prática das reuniões preparatórias e avaliativas tanto das conferências regionais, como da estadual e nacional, tais como:

- a competição e a ânsia individualista dominando as interações sociais durante boa parte da Conferência Regional, criando antagonismos e obstáculos para a percepção do outro como um coadjuvante no cenário da vida social;

- a falta de cooperação entre as entidades participantes do evento, refletido na dificuldade de diálogo entre os gestores públicos, empreendimentos solidários e entidades de apoio para viabilizar a Conferência Regional;
- disputa de poder entre diversas entidades de apoio, empreendimentos solidários e gestores públicos, movimento observado tanto na Conferência Regional quanto na Estadual;
- disputa de poder e de espaço entre grandes empreendimentos como Cooperativas já formalizadas e atuantes e outros grupos de trabalho informais e iniciantes;
- a falta de apoio financeiro para que a Conferência Regional ocorresse de tal forma a facilitar as discussões e o encontro entre os atores sociais;
- desorganização das Conferências Regional (falta de almoço, descumprimento do horário do evento) e Nacional (falta de informação da comissão organizadora para com as bases, distribuição de passagens, descumprimento do horário da programação do evento, trabalhos em grupos exaustivos, a separação dos grupos de discussão não foi por tema, dificultando o aprofundamento dos debates);
- evitar que ADS/CUT, Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social do Paraná e a Delegacia Regional do Trabalho centralizem informações do Programa Paranaense de Economia Solidária; as informações não chegam para as bases populares;
- pessoas integrantes de empreendimentos solidários iniciantes no processo *versus* pessoas politizadas e com maior vivência de debate em conferências teve a tendência de o segundo grupo dominar o processo sem a preocupação de contribuir para a formação dos demais.

Segundo Oliveira (2005, p.34)

“Falar em Cultura Solidária é falar em dificuldade. Isto porque nós vivemos em uma sociedade em que o que prevalece é a competição na maior parte dos casos e na multiplicidade das variadas formas de interações sociais. [...] Então, nós vivemos num ambiente adverso à formação da cultura solidária e nós enfrentamos já de cara essa contradição: como falar de cultura solidária num mundo extremamente competitivo e individualista? Tanto quanto a Economia Solidária, a cultura solidária também brota no seio dessas contradições...”

Outra questão levantada é a de que, por vezes, os diversos setores da sociedade civil são vistos como o próprio retrato da Economia Solidária, ou seja, é composta por eles, dando a entender que o “movimento” utilizou as conferências preparatórias, estaduais e nacional para se encontrar e se reconhecer. Outras vezes, esse mesmo movimento deveria dialogar com a sociedade civil (aqui entendida como organizações e movimentos sociais e populares) e o Estado. Ou seja, não seria um movimento dessas esferas, mas que dialoga com elas, não deixando claro quem o compõe. Portanto, ora a Economia Solidária é vista como um movimento a parte dos atores sociais, ora eles mesmos constituem o próprio movimento.

O termo “Economia Solidária” também veio atrelado as seguintes questões:

- como setor de atividade;
- como estratégia para a ação de movimentos e entidades;
- importante modalidade de organização de atividades econômicas;
- modo de organizar a produção, distribuição e consumo com igualdade de direitos de todos os sócios dos empreendimentos;
- uma alternativa para o mundo de desemprego crescente.

A Economia Solidária aqui é percebida como um modo de organizar, quer seja, o movimento popular ou como uma forma de organização do processo produtivo, além de ser percebida como uma alternativa para o mundo de desemprego crescente. Já no microprocesso foi compreendida como uma fonte geradora de trabalho emancipado.

Portanto, o termo “Economia Solidária” é polissêmico, dependendo do lugar de que se está falando, tendo múltiplos sentidos e usos.

Já o termo “Economia Popular Solidária”, que aparece apenas três vezes no Documento Base e é encontrado somente no eixo temático III³⁴, tendo duas incidências nos objetivos da Política Pública:

vi. “Ampliar os mecanismos políticos para garantir o acesso da economia popular solidária aos instrumentos de fomento;

vii. Promover a integração e a inter-setorialidade das várias políticas públicas que possam fomentar a economia popular solidária nos e entre os entes federados do Estado;”

Na primeira situação a “Economia Popular Solidária” toma o lugar dos empreendimentos

³⁴ Os desafios e prioridades para a construção de políticas públicas de economia solidária, sua centralidade, a articulação com as demais políticas e os mecanismos de participação e controle social.

solidários que precisam de apoio para se desenvolver e, na segunda situação assume a função do movimento. A terceira incidência ocorre no item 63 da Participação e Controle Social e tem a função de movimento recente na agenda pública do país:

63 “No âmbito das políticas públicas de Economia Solidária, há um processo intenso e tenso em curso na perspectiva da construção desta esfera pública. Dado o surgimento recente da economia popular solidária na agenda pública do país, embora sejam muitos os atores sociais empenhados na sua construção, os sujeitos políticos deste setor ainda estão emergindo, identificando-se, criando alteridades políticas, formando-se, ocupando seu lugar no cenário político. Ainda estão em discussão os papéis dos diferentes atores (empreendimentos e organizações representativas destes, entidades de apoio e de fomento, governos, etc).”

Considerando que o termo “Economia Solidária” apresentou grande quantidade de sentidos ligados à proposta de um modelo de desenvolvimento econômico e social e, considerando que há a intenção de se chegar a uma sociedade sem classes, o uso de tal termo estaria mais adequado a tais propósitos do que o termo “Economia Popular Solidária”, por supor ainda uma divisão entre a classe popular e as demais ou entre uma economia formal e a informal já que não é uma das propostas do movimento da Economia Solidária, pois pretende justamente superá-la.

Dentre as mais variadas instituições sociais que apareceram no discurso do Documento Base encontram-se: Cooperativas (produção, consumo, crédito), Clubes de Troca, Fóruns, Família, Associação, Empreendimentos Solidários, Coletivos Informais, Empresas Autorecuperadas, Cadeias Solidárias de Produção, Comercialização e Consumo, Comunidades Tradicionais (quilombolas, indígenas, extrativistas, pescadores/artesanais), Assentados da Reforma Agrária, Sindicatos, Bancos Públicos, ONGs, Movimentos Sociais, Entidades de Assessoria, Conselho Nacional de Economia Solidária, Fórum Social Mundial, Feiras de Economia Solidária e Redes de Agente Comunitários.

Já as categorias sociais que mais apareceram na análise do Documento Base da I Conferência foram: sócios, trabalhadoras e trabalhadores, coletivo, excluídos, população, comunidade e cidadãos e cidadãs. São categorias sociais coerentes com o discurso da Economia Solidária, tendo em vista que os trabalhadores e as trabalhadoras passam a ser o centro das atenções e não meramente um recurso do qual o capital faz uso quando necessita. São trabalhadores e trabalhadoras engajados na participação dos problemas locais e nacionais, com direitos e deveres iguais, autogestionários, que visam o coletivo e o trabalho emancipado.

Além disso, os “excluídos” são considerados o público-alvo imediato dessa nova concepção de economia, com o objetivo de os tornarem cidadãos e cidadãs dignos de uma vida melhor,

tais como: populações atingidas por programas de inclusão social, trabalhadores e trabalhadoras excluídos do mercado formal de trabalho, trabalhadores e trabalhadoras componentes de empresas falidas ou em estágio pré-falimentar, trabalhadores e trabalhadoras informais, artesãs e artesãos e micro-empresendedores, comunidades de pescadores artesanais, ribeirinhas, indígenas, quilombolas, faveladas, trabalhadores e trabalhadoras da agricultura agro-ecológica e familiar, da pequena propriedade rural, de ocupações e assentamentos, portadores de deficiências, doentes mentais e ex-presidiários/as.

Tanto o ator social quanto o sujeito político foram fortemente pontuados no Documento Base como sujeitos ativos do processo e não mais como meros expectadores dos problemas sociais. Nesse tipo de economia é necessário que o indivíduo e o grupo se mobilizem em prol de seus direitos e também que contribuam ativamente nas soluções dos problemas locais.

No discurso institucionalizado também há forte vinculação com a figura do Estado. Ele é um agente de grande importância na formulação desta nova economia, pois estaria negociando as forças entre o mercado, o Estado e a comunidade, para melhor servir a comunidade. Seu maior objetivo seria a obtenção de uma vida digna para todos os cidadãos e cidadãs e não a de alguns poucos, conforme o sistema capitalista insiste em proceder.

Todos esses nomes, referências e vozes, demonstram a complexidade do processo da Economia Solidária, bem como a diversidade de interesses e necessidades dos atores sociais envolvidos em cada uma das categorias supramencionadas.

A seguir passa-se a análise dos 32 itens do Documento Base que constituem os Eixos Temáticos I e II. É interessante observar que se optou pela análise de 32 itens dos 65 existentes no documento, pelos 32 estarem relacionados a questões possíveis de serem observadas no cotidiano dos empreendimentos solidários, enquanto os demais são considerados como desafios para a construção de políticas públicas que ainda estão por acontecer, então de difícil constatação no grupo estudado.

Eixo Temático I - Os fundamentos da Economia Solidária - e seu papel para a construção de um desenvolvimento sustentável, democrático e socialmente justo.

A. Fundamentos da Economia Solidária

A Economia Solidária do eixo temático I do Documento Base da I Conferência Nacional é uma economia que tem como seu centro de atenção o ser humano e não a acumulação privada da riqueza. O cuidado com o ser humano segue um tempo longo, visando a sustentabilidade dos seres vivos, e sua responsabilidade pela preservação do meio ambiente. Ou seja, extrapola os cuidados limitados ao indivíduo ou ao grupo ampliando-os ao ecossistema.

É uma forma de ver a atividade econômica e o modo de organizar a vida diferentemente do sistema capitalista. Os valores permeados nesta concepção perpassam pela colaboração solidária, justiça social e autogestão. Porém, quando se fala em valores culturais, está se falando de valores fortemente compartilhados em uma dada sociedade e em um dado momento histórico e, por assim dizer, enraizados em seu seio. Esta nova prática a que se refere o texto denota que um processo de mudança deve ocorrer e, como todo processo de mudança, pressupõe intercorrências e incoerências. Ou seja, esta mudança de valores da acumulação privada de riqueza para a valorização do ser humano como o centro das atenções da sociedade pode ser demorada e sofrer muitos percalços até que de fato se concretize no cotidiano das pessoas. Ou, como Singer (2002) comenta, que a Economia Solidária poderia estar mais avançada em termos de viabilização de seus princípios se no Brasil, em especial, e no mundo, de forma mais ampliada os operários e os sindicatos não tivessem preferido lutar para defender os direitos conquistados durante o processo de industrialização. Tais direitos que, aparentemente eram positivos, ajudaram a ampliar o trabalho assalariado e, conseqüentemente, as relações exploratórias, promovendo a competitividade e as injustiças sociais.

“1. A Economia Solidária se caracteriza por práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza. Esta nova prática de produção, comercialização, finanças e consumo privilegiam a autogestão, o desenvolvimento comunitário, a justiça social, o cuidado com o meio ambiente e a responsabilidade com as gerações futuras.”

O modo de se organizar a produção, a distribuição e o consumo estão focados na igualdade e no coletivo. A igualdade parece ter relação com a igualdade de direitos e deveres não somente

serem relativos ao empreendimento em si, mas e, principalmente, com os “sócios”. Nesta lógica de responsabilidade coletiva e sistêmica, a igualdade se refere também aos “outros” externos ao empreendimento, pois o ser humano deve ser considerado não somente como um trabalhador ou uma trabalhadora, mas como um cidadão e uma cidadã integrados a um ecossistema.

“2. A Economia Solidária é pois, um modo de organizar a produção, distribuição e consumo, que tem por base a igualdade de direitos de todos os sócios dos empreendimentos. Os meios de produção de cada empreendimento e os bens e/ou serviços neles produzidos são de propriedade coletiva dos sócios e todos eles trabalham no empreendimento. Igualmente, há associações de pequenos produtores ou prestadores de serviços, individuais ou familiares, que trabalham em separado (cada um em seu estabelecimento), mas que realizam em comum a compra de seus insumos, a venda de seus produtos ou o processamento dos mesmos.”

A igualdade é um valor que permeia várias relações sociais, desde as de trabalho até as diversas formas de convivência, avançando para uma proposta de sociedade sem classes. Neste sentido, parece que a Economia Solidária está associada a horizontalização das relações acompanhada com as devidas responsabilidades. Ou seja, se o indivíduo tem o direito de participar e de votar em todas as decisões que afetam seu empreendimento, a comunidade local e o meio ambiente, também tem o dever de se responsabilizar por elas ao aplicá-las ou ao permitir que sejam aplicadas.

“3. O que as iniciativas de Economia Solidária tem em comum é a igualdade de direitos de todos os sócios sobre a associação ou cooperativa, o que implica em autogestão, ou seja, a participação democrática a (cada cabeça dispõe dum voto) de cada sócio nas tomadas de decisão. O que implica a inexistência de classes sociais no seio do conjunto da Economia Solidária. À medida que se organiza e se integra, a Economia Solidária dá lugar a uma sociedade sem classes, cujo desenvolvimento é necessariamente incluyente, pois os empreendimentos solidários se beneficiam com a inclusão de novos sócios ou a criação de novos empreendimentos, respeitando-se suas margens de sustentabilidade”.

Quando se anuncia que a Economia Solidária dará lugar a uma sociedade sem classes poder-se-ia dizer que haveria homogeneização de interesses entre pessoas, sócios, trabalhadores e grupos sociais? Como a questão do poder e, conseqüentemente, as ações interessadas seriam vivenciadas e administradas? Sem uma resposta a altura para tais questionamentos, parece que haverá uma difícil tarefa de desconstruir velhas idéias e construir idéias novas entre os valores da economia capitalista e os da Economia Solidária. Verardo (2005, p. 124) comenta que: “[...] na Economia Solidária é indispensável que haja um processo permanente de autocrítica para desconstruir o que se quer superar, promovendo em seu lugar o novo e desejável: solidariedade no lugar de concorrência, convergência de esforços no lugar de competição

destrutiva, cooperação no lugar de individualismo. Enfim, nós, atores da Economia Solidária temos um novo papel a desempenhar, numa dimensão cultural renovadora”.

Neste sentido, as formações cooperativadas, as autogestionadas, os grupos informais, as redes de empreendimentos, entre outros, são complexos e exigem enorme mudança de mentalidade dos/as trabalhadores/as acostumados/as a uma dimensão de poder hierarquizada. Agora, precisam cooperar entre si, e ao mesmo tempo compreender o processo de produção e de gestão como um todo para tomarem as decisões mais acertadas. É um trabalho extra que exige, disponibilidade interna para passar alguns meses sem, provavelmente, receber pagamentos ou, quem sabe, somente receber algum para a subsistência básica. Exige também persistência, pois agora são os próprios trabalhadores e trabalhadoras que estarão gerindo os negócios do empreendimento.

Nesta nova construção há o anúncio de que a Economia Solidária pode ser emancipadora, no sentido de democratizar as relações econômicas, buscando superar a subordinação entre o trabalho e o capital. O trabalhador é visto como um ator social atuante, que tem o poder de decidir sobre seu destino e de seu empreendimento (a partir do voto) só que agora com maior grau de responsabilidade.

“5. A Economia Solidária é geradora de trabalho emancipado, operando como uma força de transformação estrutural das relações econômicas, democratizando-as, superando a subalternidade do trabalho em relação ao capital.”

Colocando-se a Economia Solidária como geradora do trabalho emancipado esquece-se de que para se estruturar tal economia, são necessárias pessoas que se entendam previamente emancipadas da relação de trabalho exploratório, para poderem subsidiar a formação de uma nova economia. Dizendo de outra forma, não é a Economia Solidária que faz o trabalho emancipado, mas é o trabalhador emancipado quem poderá gerar a base da Economia Solidária, expandindo-a a sociedade.

No entanto, o que se observa é que a exploração é mantida pelos mesmos trabalhadores e trabalhadoras que são explorados/as, já que estes mesmos sujeitos são, muitas vezes, os (as) consumidores (as). A Economia Solidária propõe que o (a) consumidor (a) seja socialmente responsável. Uma sociedade sem classes exige um ser humano emancipado, procurando avaliar se o produto a ser consumido é originado de um processo exploratório do trabalho alheio, degradante do meio ambiente, pois só assim, poder-se-á combater esse tipo de situação.

“6. Além de geradora de trabalho emancipado, a Economia Solidária promove a difusão do consumo consciente, ético e solidário. Levar a sociedade a perceber o ato de consumir não apenas como uma questão de “gosto”, mas também como um ato ético e político: ao consumirmos um produto originado de um processo em que se explora o trabalho alheio, degrada-se o meio ambiente e as relações comunitárias, estamos mantendo esta forma de produção.”

Porém, o movimento da Economia Solidária, como parte da sociedade, teria como responsabilidade convencer as demais partes de que o consumo deve ser um ato ético e político. No entanto, essas outras partes da sociedade são as que têm o poder de consumo e que parecem não estar interessadas nesta mudança. Quem está interessado nestas mudanças são os vários movimentos sociais, mas que ainda não possuem força o suficiente e que não são os consumidores de fato. Portanto, esta expectativa que paira sobre o movimento da Economia Solidária parece ser maior do que ela de fato tem condições de assimilar, pelo menos no atual momento histórico.

Segundo Singer (2002) se a Economia Solidária for apenas uma resposta às contradições do capitalismo, como apenas uma reação à falta de empregos, seu crescimento estará fadado a se desacelerar no futuro, não passando de uma forma complementar da economia capitalista. A Economia Solidária pode ser uma alternativa ao mundo de desemprego e da exclusão, desde que baseada em fortes conceitos de mudanças estruturais.

“7. A Economia Solidária é, pois, uma alternativa ao mundo de desemprego crescente, em que a grande maioria dos trabalhadores não controla nem participa da gestão dos meios e recursos para produzir riquezas, e em que um número sempre maior de trabalhadores e famílias perde o acesso à remuneração e fica excluído das possibilidades de um consumo que atenda dignamente as suas necessidades como ser humano.”

“8. A Economia Solidária busca reverter a lógica da espiral capitalista a que promove crescente desigualdade social, econômica e territorial. Ela afirma a emergência de um novo ator social composto de trabalhadores associados e consumidores conscientes e solidários, portadores de possibilidades de superação das contradições próprias do capitalismo.”

Alguns movimentos sociais históricos encontram eco na proposta da Economia Solidária, por meio de seu princípio de inclusão social. Tais movimentos variam desde o urbano até o rural, do antigo ao novo sujeito social, além de questões de recursos naturais e de proteção ao ecossistema, trabalhando dentro de uma perspectiva de tempo longo que se origina da história dos movimentos sociais até o desenvolvimento pleno e auto-sustentável da natureza e do ser humano.

“9. A Economia Solidária compartilha valores, princípios e práticas de um conjunto de lutas históricas das classes populares e de setores excluídos da sociedade. Dentre elas podemos destacar:

A luta dos trabalhadores contra a subordinação do trabalho pelo capital e valorização da propriedade gestão coletiva dos meios de produção, da solidariedade e cooperação mútua;

ii. A luta da agricultura familiar e da reforma agrária pela democratização do acesso e uso da terra, da água e dos recursos genéticos

iii. A luta das comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas, extrativistas, pescadores artesanais etc) pelo reconhecimento e valorização de conhecimentos e praticas tradicionais, valorização da diversidade étnica, promoção dos direitos territoriais e de sua autodeterminação;

iv. A luta pela reforma urbana, pela gestão coletiva dos escassos urbanos e da moradia, e reciclagem dos resíduos sólidos por meio da autogestão dos catadores e da participação popular no controle dos orçamentos e na definição das políticas públicas

v. A luta das mulheres contra a discriminação e pelo reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade

vi. A luta ambiental pelo desenvolvimento sustentável, pela preservação dos recursos naturais e ecossistemas.”

“19. A Economia Solidária tem um passado recente na construção de uma identidade e de um projeto histórico que resgata as mais remotas lutas de emancipação popular no campo econômico e estratégias econômicas fundadas na solidariedade vividas pela humanidade em diferentes momentos e lugares”.

B. A Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento

O desenvolvimento proposto pelo sistema capitalista que beneficia alguns, em detrimento de boa parte da população, fragiliza-o. Neste sentido, que alguns grupos defendem a idéia de que seria a brecha para a Economia Solidária demonstrar sua força quando grupos engajados se unem em torno de empreendimentos que promovem a inclusão de todos e para todos.

“10. O desenvolvimento é visto comumente como resultado de investimentos realizados por capitais privados ou públicos em áreas empobrecidas. Este é o desenvolvimento capitalista, que beneficia parte da população, mas marginaliza os demais, aprofundando a desigualdade entre incluídos e excluídos. Mas este não é o único desenvolvimento possível. Hoje, no Brasil, há comunidades carentes que se mobilizam para por em marcha um outro desenvolvimento, promovido por empreendimentos familiares ou coletivos, sob a forma de cooperativas ou associações de pequenos produtores. Podemos chamar este outro desenvolvimento de comunitário ou solidário, porque dele participam todos e seus resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados, com respeito à diversidade de raça, etnia e gênero.”

Schiochet (2006) aponta para a necessidade de se observar a força com que a Economia Popular Solidária, por meio de empreendimentos solidários, está se organizando pelo país, além das atuações de instituições de apoio, e de gestores públicos que estão se mobilizando e se capacitando para compreender e, ao mesmo tempo, atender tais necessidades. Alerta para a força social, econômica e política que tal fenômeno vem representando. É um movimento,

que se propõe a incluir os setores excluídos do sistema de produção capitalista e, conseqüentemente da sociedade, como a recuperação de empresas falidas pelos próprios trabalhadores, a organização das mulheres, dos quilombolas, dos indígenas, dos extrativistas, dos pescadores, dos artesões, dos catadores de materiais recicláveis e dos agricultores familiares, entre outros.

Porém, para crescer, desenvolver e quebrar com o monopólio dos valores individualistas e concentradores de rendas e de interesses, a Economia Solidária deve prever um período de formação. Sem querer fazer trocadilho a Economia Solidária precisa ser incubada para gerar forças que se mantenham e se sustentem ao longo do tempo. Para tanto, é necessário contar com um sistema de apoio e fomento, além da participação direta dos atores sociais.

11.“As comunidades engajadas em seu próprio desenvolvimento contam com a assistência de diferentes órgãos dos governos da União, estados e municípios, bancos públicos e ONGs. Elas necessitam de apoio para se mobilizar e organizar, para tomar consciência de suas potencialidades econômicas e para selecionar, entre diferentes alternativas, as atividades econômicas que irá desenvolver para alcançar níveis crescentes de bem-estar.”

A fragmentação do movimento da Economia Solidária não poderá dar conta de competir em mercados regionais, pelo menos até que se torne um movimento forte, na sociedade capaz de substituir o modelo proposto. Neste caso, empreendimentos isolados não terão a força necessária para fazer frente ao sistema capitalista, pois muito provavelmente serão “engolidos” por ele. Por isso, o movimento da Economia Solidária propõe que os empreendimentos se organizem por meio de redes produtivas, alicerçando vários empreendimentos de norte a sul do país, transformando-se numa estratégia de desenvolvimento regional e nacional, além de avançar para limites externos do Brasil, promovendo a globalização solidária, especialmente em países dos continentes considerados semi-periféricos e periféricos.

12.“Pequenas comunidades isoladas dificilmente alcançam níveis de produtividade, que lhes permitam competir em mercados regionais, nacionais ou mesmo mundial. Para sobreviver e progredir em tais mercados, elas tem de se unir a outras comunidades em arranjos produtivos locais ou organizar-se em cadeias produtivas. Estas Últimas podem cobrir largas extensões do país, como a cadeia do algodão orgânico, que inclui cotonicultores no Ceara, fiações e tecelagens em São Paulo e cooperativas de costura nos estados do Sul. Deste modo, a Economia Solidária vai se revelando como instrumento válido de combate à pobreza e as desigualdades regionais e começa a se consolidar na forma dum sistema econômico diferenciado.”

13.“Assim, a Economia Solidária, por sua estratégia de reorganização dos processos econômicos e cadeias produtivas se converte ao mesmo tempo em uma estratégia de desenvolvimento endógeno (promovendo o empoderamento local ou micro-regional), numa estratégia de desenvolvimento nacional e de integração regional.”

18. “O valor central e a soberania nacional num contexto de interação respeitosa com a soberania de outras nações. Transcendendo as fronteiras nacionais, haverá maior integração dos vários movimentos e redes existentes mundo afora, em especial na América Latina. A conjuntura atual abre um cenário favorável para ações de comércio justo internacional e transferências de tecnologias de Economia Solidária entre esses países com apoio de governos nacionais.”

28. “A Economia Solidária está ultrapassando a dimensão de iniciativas isoladas e fragmentadas para sua inserção nas cadeias produtivas, redes e articulações com processos de desenvolvimento territoriais se orientando cada vez mais rumo a uma articulação nacional e latino-americana.”

Neste sentido, a Economia Solidária torna-se depositária de inúmeras expectativas em relação à possibilidade da sociedade avançar para uma transformação estrutural. Apesar de ser um movimento que a cada dia ganha mais corpo, que está em pleno desenvolvimento, ainda que de forma não coordenada, alcançando números consideráveis de empreendimentos, ainda há muito por se fazer. A questão que fica é se a Economia Solidária pode efetivamente dar conta de todas essas expectativas.

15. “A transformação estrutural da economia brasileira, capaz de promover desenvolvimento sustentável com distribuição de riqueza e emancipação dos trabalhadores e trabalhadoras, crescimento econômico com a proteção dos ecossistemas, será fruto do avanço da Economia Solidária, exigindo-se, para tanto, um conjunto de alianças entre as organizações populares e solidárias do campo e da cidade”.

Para que isso ocorra, a sociedade civil deve ser protagonista e não mais expectadora do processo. De outro lado, o Estado deve ter seu papel novamente empoderado e a serviço da sociedade, em defesa dos direitos universais dos trabalhadores/as. Ele não deve se submeter ao mercado e às políticas neoliberais para favorecer interesses de grupos específicos, conforme a análise de Sousa Santos (1996) ao apontar que o mercado:

“Adquiriu pujança sem precedentes, [...] procurou colonizar tanto o princípio do Estado, como o da Comunidade. [...] No plano econômico, o crescimento explosivo do mercado mundial, propulsionado pelas empresas multinacionais; os mecanismos corporativos de regulação dos conflitos entre capital e trabalho enfraqueceram e a relação salarial torna-se mais precária, [...] a flexibilização e automatização dos processos produtivos, permitem a industrialização dependente do terceiro mundo, a digitalização da informação abre perspectivas quase infinitas à reprodução alargada do capital.” (SOUSA SANTOS, 1996, p.80:81).

16. “Para isso a Economia Solidária está desafiada a apresentar soluções socioeconômicas para além dos problemas imediatos. Deverá constituir-se, igualmente, como protagonista de um movimento político que transcende essas demandas, construindo, a partir de seus eixos estratégicos, uma proposta efetiva de desenvolvimento para o país, que promova a inclusão social de toda a população e a melhor satisfação de suas necessidades e de seu anseio pelo exercício ativo da cidadania”.

17. “A Economia Solidária, enquanto estratégia de desenvolvimento, exige a responsabilidade dos Estados nacionais pela defesa dos direitos universais dos trabalhadores, que as políticas neoliberais pretendem eliminar. Ela preconiza um Estado democraticamente ativo, empoderado a

partir da própria sociedade e colocado ao serviço desta, transparente e fidedigno, capaz de orquestrar a diversidade que a constitui e de zelar pela justiça social e pela realização dos direitos e das responsabilidades cidadãos de cada um e de todos”.

No entanto, o que se percebe hoje é um Estado estruturado para o atendimento das necessidades do sistema capitalista. Nessa direção, o Documento da Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local entende que: “[...] o setor público está preso num cipoal jurídico complexo, com instituições rígidas, que não conversam entre si, baseadas que estão na verticalidade e no controle burocrático, com pouca ou nenhuma sinergia com os movimentos da sociedade civil organizada e com as empresas” (Instituto Cidadania, 2006, p.39). O Estado, portanto, deveria ser repensado e redirecionado para outras demandas que a Economia Solidária lida.

Eixo Temático II

A. O balanço do Acúmulo da Economia Solidária e das Políticas Públicas Implementadas

Parece que a Economia Solidária começou a se fortalecer devido a fragilização do modelo tradicional de relação capitalista de trabalho. As resistências dos trabalhadores surgiram como uma forma de lidar com as contradições da lógica do capitalismo, mas não bastaram. A pressão competitiva recaiu sobre os trabalhadores. A inserção do Brasil no processo de globalização trouxe elevados níveis de modernização da tecnologia, o que possibilitou obter altos ganhos de produtividade para as empresas com a respectiva redução de postos de trabalho. A ordem passou a ser a de produzir mais com menos recursos de toda ordem, aumentando consideravelmente a taxa de desempregados.

19.“Nos primórdios do capitalismo, as relações de trabalho assalariado - principal forma de organização do trabalho nesse sistema - levaram a um tal grau de exploração do trabalho humano que trabalhadores e trabalhadoras organizaram-se em sindicatos e em empreendimentos cooperativados: os sindicatos como forma de defesa e conquista de direitos dos assalariados e os empreendimentos cooperativados, de autogestão, como forma de trabalho alternativa a exploração assalariada”.

20.“As mudanças estruturais, de ordem econômica e social, ocorridas no mundo nas últimas décadas, fragilizaram o modelo tradicional de relação capitalista de trabalho. O aumento da informalidade e a precarização das relações formais de trabalho afirmaram-se como tendência em uma conjuntura de desemprego em massa. São milhões de trabalhadores e trabalhadoras que se sujeitam a abdicar de seus direitos sociais para garantir a sua sobrevivência.”

21.“De outro lado, o aprofundamento dessa crise abriu espaço para o surgimento e avanço de outras formas de organização do trabalho, conseqüência, em grande parte, da necessidade dos trabalhadores encontrarem alternativas de geração de renda”.

Como mencionado anteriormente, o contingente de pessoas demitidas das organizações dificilmente encontrará novos espaços, pois as oportunidades de emprego formal estão cada vez menores, devidas em grande parte que o desemprego é tecnológico, incorrendo num aumento considerável do tempo de duração do desemprego. Situação esta agravada pela presença da população expulsa do campo, sem nenhuma capacitação específica, a qual também não encontra espaço nos grandes centros urbanos, o que cria uma conjuntura explosiva. A situação sócio-econômica descrita acima se torna ainda pior em razão da crescente desregulamentação dos direitos sociais. Além disso, há pressão sobre o Estado brasileiro para que ele deixe de intermediar a relação trabalho-capital. As mudanças estruturais como o aumento da informalidade e a precarização das relações formais de trabalho também são características do modelo tradicional de relação capitalista de trabalho. Apesar dos trabalhadores terem se organizado em sindicatos e cooperativas para se defenderem, as atuais relações de trabalho assalariado levaram a um alto grau de exploração do trabalho humano.

A Economia Solidária, neste sentido, vem como uma proposta para a superação das contradições do sistema capitalista. A questão que fica é se realmente ela seria uma proposta de superação ou apenas um movimento complementar da economia capitalista, situando-se como uma forma de os trabalhadores encontrarem uma alternativa de trabalho e renda e, com isso, enfraquecer o real sentido do movimento.

23. “Na Economia Solidária, milhões de trabalhadores e trabalhadoras foram se organizando de forma coletiva em projetos produtivos, cooperativas populares, redes de produção-consumo-comercialização e instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários. Pela Economia Solidária foram recuperadas centenas de empresas falidas. A agricultura familiar e os assentados da reforma agrária se organizaram em associações e cooperativas de produção, prestação de serviços, crédito. E, estes são apenas alguns avanços na organização social e econômica promovida por meio da Economia Solidária no país”.

Apesar de todas as dificuldades observa-se que o movimento da Economia Solidária está presente em todos os cantos do Brasil, fortalecendo-se mais quando se junta aos movimentos populares.

24. “Portanto, a Economia Solidária está presente no campo e na cidade. No campo vem aprofundando relações com os agricultores familiares, com os trabalhadores rurais sem-terra e com os sindicatos de trabalhadores rurais, considerando os eixos da reforma agrária e da defesa da agricultura familiar na perspectiva da Economia Solidária. Na cidade, estabeleceu relações com os movimentos populares urbanos, sindicatos de trabalhadores e empreendimentos populares; com os eixos da reforma urbana, cidadania e redução da jornada de trabalho”.

26. “A Economia Solidária avançou recentemente na sua articulação política e em sua

organização econômica com a constituição de Fóruns, em especial, do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, Redes de produção e comercialização, organizações de representação de seus participantes etc. Isto tem permitido fortalecer as ações de elaboração coletiva e expressão conjunta de concepções e propostas, bem como de reorganização de fluxos econômicos, com vistas a fortalecer os processos de consumo, comercialização, intercâmbio, produção, financiamento e desenvolvimento tecnológico solidários.”

É evidente que o fortalecimento da Economia Solidária requer ampla e articulada ação de formação, capacitação e assistência técnica, além da sua ampliação da Economia Solidária nos programas voltados para a elevação de escolaridade e qualificação social e profissional dos trabalhadores e trabalhadoras. Entende-se que a educação tem como objetivo contribuir com homens e mulheres trabalhadores para que reorganizem os saberes sobre a vida em sociedade, “[...] apropriando-se do processo de trabalho em sua totalidade, há que se buscar no interior mesmo da produção [...] os elementos que favoreçam a formação integral e omnilateral de um novo homem” (TIRIBA & PICANÇO, 2004b, p. 20). Tal situação pode ser auxiliada pelo incentivo de ações de extensão das universidades e centros de pesquisa para a produção de tecnologia alternativas, adequadas à Economia Solidária, programas de financiamento e pela participação da Economia Solidária nos fóruns de ciência e tecnologia.

No Brasil, cresceu o número de entidades de apoio que oferecem assessoria e fomento à Economia Solidária em geral, ajudando sobremaneira vários empreendimentos.

27. “Cresceu o número de entidades que oferecem assessoria e fomento a Economia Solidária em geral, associações sem fins lucrativos (ONGs) ou universidades (incubadoras "tecnológicas e grupos de extensão e prestação de serviços de apoio ao empreendimentos solidários, seja na forma de ações de formação (tanto técnica quanto econômica e política), seja na forma de apoio direto (em estrutura, assessoria, consultoria, elaboração de projetos e/ou oferecimento de crédito) para a incubação e promoção de empreendimentos”.

O fato é que a Economia Solidária é muito pouco conhecida, pelo menos no Estado do Paraná, e não só fora do movimento como também dentro dele. Há vários desencontros de conceitos. Há pessoas e grupos interessados em participar do movimento, mas que na prática ainda persistem na manutenção do sistema capitalista. Outros que fazem a Economia Solidária ocorrer, sem ao menos saber que o fazem. Há desorganização de conceitos e de práticas. Parece premente a formação política sobre Economia Solidária para os atores sociais que dela participam ou pretendem participar. É necessário observar não somente a quantidade de entidades formadoras, mas a qualidade e o conteúdo que elas têm contribuído para a formação dos empreendimentos e dos atores sociais.

Assim, pôde-se perceber que a Economia Solidária no Brasil tem um passado recente na construção de identidade e de um projeto histórico, ainda que em expansão, apesar dos avanços a seguir relatados:

29.“Igualmente, são elementos que confirmam o avanço da Economia Solidária a criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em 2003, e o conjunto de iniciativas governamentais que desenvolveram um vasto conjunto de políticas de apoio e fomento a Economia Solidária. Outro avanço diz respeito às conquistas obtidas em municípios e estados com a proposição e aprovação de legislações específicas e de interesse da Economia Solidária”.

30.“No âmbito Federal, além da importante contribuição das ações da Secretaria Nacional de Economia Solidária, há um avanço significativo, e necessário, na participação de outros Ministérios e Órgãos Governamentais em ações de apoio e fortalecimento da Economia Solidária. Em especial, na sua articulação com as políticas de enfrentamento à pobreza, segurança alimentar, agricultura familiar e reforma agrária, educação de jovens e adultos, ciência e tecnologia, desenvolvimento urbano, desenvolvimento territorial, saúde mental, meio ambiente etc.”.

31.“A criação do Conselho Nacional de Economia Solidária foi um importante passo para o avanço da Economia Solidária como política pública no âmbito do Poder Público Federal, visto que se trata de uma instância governamental com representações de diversos ministérios e de vários setores da sociedade civil, dentro da estratégia de democratização do Estado e de criação de instrumentos que permitam tanto a participação mais direta da sociedade civil na formulação de políticas públicas como a integração de ações interministeriais”.

32.“No âmbito internacional, a Economia Solidária se consolidou como questão central no Fórum Social Mundial, na articulação com as experiências de outros países, em especial, dos países da América do Sul”.

6. Comparação dos Sentidos da Economia Solidária Presentes no Documento Base da I Conferência Nacional com os Sentidos Coletivos Encontrados no Grupo de Trabalho Informal

As mulheres integrantes do Projeto de Ação Social Vivendo e Aprendendo - grupo de trabalho informal da Comunidade Monte Moriá, não fazem nenhuma referência a respeito dos seguintes aspectos: desenvolvimento social, assistência técnica, arranjo produtivos locais, desenvolvimento, globalização solidária, transformação estrutural, estado democrático, soberania nacional, demonstrando ser partes de discursos muito distantes das suas realidades sócio-econômica-cultural³⁵. O grupo de trabalho informal está mais voltado para questões internas de grupo, que envolvem: trabalho conjunto, distribuição de renda, proprietário, trabalhar por uma causa comum, geração de renda, justiça, autonomia, afetividade, visão do processo de trabalho e quantidade de pessoas, sem observar as questões

³⁵ 12. “Pequenas comunidades isoladas dificilmente alcançam níveis de produtividade, que lhes permitam competir em mercados regionais, nacionais ou mesmo mundial. Para sobreviver e progredir em tais mercados, elas tem de se unir a outras comunidades em arranjos produtivos locais ou organizar-se em cadeias produtivas. Estas últimas podem cobrir largas extensões do país, como a cadeia do algodão orgânico, que inclui cotonicultores no Ceará, fiações e tecelagens em São Paulo e cooperativas de costura nos estados do Sul. Deste modo, a economia solidária vai se revelando como instrumento válido de combate à pobreza e as desigualdades regionais e começa a se consolidar na forma dum sistema econômico diferenciado.”

13. “Assim, a Economia Solidária, por sua estratégia de reorganização dos processos econômicos e cadeias produtivas se converte ao mesmo tempo em uma estratégia de desenvolvimento endógeno (promovendo o empoderamento local ou micro-regional), numa estratégia de desenvolvimento nacional e de integração regional.”

14. “A Economia Solidária é uma das possibilidades que se abrem para a construção de uma globalização solidária por meio do estreitamento de relações entre os participantes de economia solidária nos diversos continentes e de sua articulação com outros movimentos sociais e políticos que afirmam uma outra concepção de desenvolvimento.”

18. “O valor central e a soberania nacional num contexto de interação respeitosa com a soberania de outras nações. Transcendendo as fronteiras nacionais, haverá maior integração dos vários movimentos e redes existentes mundo afora, em especial na América Latina. A conjuntura atual abre um cenário favorável para ações de comercio justo internacional e transferências de tecnologias de economia solidária entre esses países com apoio de governos nacionais.”

28. “A Economia Solidária esta ultrapassando a dimensão de iniciativas isoladas e fragmentadas para sua inserção nas cadeias produtivas, redes e articulações com processos de desenvolvimento territoriais se orientando cada vez mais rumo a uma articulação nacional e latino-americana.”

mais ampliadas do movimento manifestado por meio do Documento Base da I Conferência Nacional de Economia Solidária.

Enquanto o Documento Base ressalta a importância e a centralidade do ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada da riqueza³⁶, as mulheres aliam a cooperativa ou o trabalho em grupo como uma forma de resgatar o próprio ser humano em suas necessidades afetivas, tornando-se um lugar para rir, trocar, brincar, relacionar-se, conversar, discutir e, porque não, ganhar dinheiro. Neste sentido, seria um local de trabalho que promove mais a saúde mental e o bem-estar das pessoas do que simplesmente a geração de renda. Acreditam que é mais importante a união do grupo do que propriamente o que irão produzir. Buscam uma causa comum e não objetivos comuns como numa empresa capitalista. Neste ponto, o grupo de trabalho informal parece se aproximar do Documento Base. No entanto, o que as mulheres não percebem é que estão envoltas em um processo social mais amplo, advindo de uma sociedade estruturalmente injusta e desigual. Não há, portanto, uma visão crítica da sociedade.

Talvez isso se explique, em partes, pela proximidade entre os valores cristãos e os valores propagados pelo movimento da Economia Solidária, tendo aí um forte apelo à questão da religião. No entanto, um dos limites da religião é que ela, com raras exceções, não privilegia conteúdos sócio-político-econômicos que impedem as pessoas de se conscientizarem. Neste sentido, é forte o discurso das mulheres de que a cooperativa, por exemplo, estaria diretamente vinculada à idéia de geração de renda e não a uma mudança estrutural da sociedade. Segundo Singer (2002) a Economia Solidária não deveria ser apenas uma reação da sociedade frente à falta de emprego, pois isso fatalmente a transformaria em mais uma forma complementar da economia capitalista. Já Souza (2006) acredita que as transformações da sociedade ocorrem simultaneamente ao sistema hegemônico, sendo construídas a partir do sistema vigente até alcançar maturidade suficiente para se transformar definitivamente. Esta transformação deve vir embasada por meio de um processo educativo que leve as pessoas a refletirem sobre os princípios da Economia Solidária, principalmente àquelas populações excluídas do sistema e aliadas aos movimentos sociais, que buscam resgatar a auto-estima, quebrando com o assistencialismo.

³⁶ “1. A Economia Solidária se caracteriza por praticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza. Esta nova pratica de produção, comercialização, finanças e consumo privilegiam a autogestão, o desenvolvimento comunitário, a justiça social, o cuidado com o meio ambiente e a responsabilidade com as gerações futuras.”

O Documento Base traz a idéia de que a Economia Solidária está baseada na igualdade de direitos de todos os sócios sobre a associação ou cooperativa, bem como na noção de que a propriedade é coletiva e não mais privada³⁷. A maior parte das mulheres entrevistadas não soube nem definir o que seria uma cooperativa. Para elas, cooperativa teria a noção de “trabalhar juntos” e, para que isso possa ocorrer, deve haver a união do grupo, o que é bastante complicado de se conseguir, pois não há confiança entre elas. Além disso, também há falta de interesse em participar, há o medo do desconhecido ou porque algumas das mulheres terão dificuldades para compreender e aceitar a filosofia de trabalho de uma cooperativa, nos moldes da Economia Solidária. Portanto, constituir um grupo é trabalhoso e este grupo transformar-se em uma cooperativa com igualdade de direitos e de propriedade coletiva, parece ser algo ainda distante de se concretizar no grupo estudado.

Com relação à idéia de igualdade de direitos dos sócios, que implica no conceito de uma sociedade sem classes³⁸ e, por isso, includente, as mulheres possuem um padrão de comportamento de exclusão dentro do próprio grupo que, por sua vez, já é excluído da sociedade. Não se pode esquecer que este grupo é o retrato do que o sistema capitalista é capaz de fazer, isto é, a exclusão total, inclusive do direito de pensar, provocando o movimento da exclusão dentro da exclusão, fragmentando e fragilizando cada vez mais os indivíduos e os grupos, os quais poderiam, de alguma forma, resistir ao processo enquanto atores sociais e não como expectadores vitimizados pelo sistema capitalista.

Ainda em relação ao item 3, que também traz a autogestão como ponto chave de um empreendimento solidário, o grupo de trabalho informal ainda é dependente do processo hierárquico da sociedade, acreditando que deve ser comandado por alguém mais experiente, mais inteligente e mais bem preparado. Neste sentido, as mulheres do grupo criaram uma relação de dependência e de submissão à pastora e aos responsáveis pelo projeto Vivendo e

³⁷ “2. A economia solidária é pois, um modo de organizar a produção, distribuição e consumo, que tem por base a igualdade de direitos de todos os sócios dos empreendimentos. Os meios de produção de cada empreendimento e os bens e/ou serviços neles produzidos são de propriedade coletiva dos sócios e todos eles trabalham no empreendimento. Igualmente, há associações de pequenos produtores ou prestadores de serviços, individuais ou familiares, que trabalham em separado (cada um em seu estabelecimento), mas que realizam em comum a compra de seus insumos, a venda de seus produtos ou o processamento dos mesmos.”

³⁸ “3. O que as iniciativas de economia solidária tem em comum é a igualdade de direitos de todos os sócios sobre a associação ou cooperativa, o que implica em autogestão, ou seja, a participação democrática a (cada cabeça dispõe dum voto) de cada sócio nas tomadas de decisão. O que implica a inexistência de classes sociais no seio do conjunto da economia solidária. À medida que se organiza e se integra, a economia solidária dá lugar a uma sociedade sem classes, cujo desenvolvimento é necessariamente includente, pois os empreendimentos solidários se beneficiam com a inclusão de novos sócios ou a criação de novos empreendimentos, respeitando-se suas margens de sustentabilidade”.

Aprendendo. Para a Economia Solidária e para o Documento Base, a autogestão é um dos princípios básicos deste novo modelo de desenvolvimento econômico e social, buscando a emancipação do trabalhador e da trabalhadora, culminando numa sociedade sem classes. É, portanto, um processo de aprendizagem de novos valores que demandará tempo necessário para que cada grupo e cada pessoa possam aprender, além da necessidade de obterem conscientização política do processo. Apesar disso, algo que chama a atenção em algumas das entrevistadas é que o fato de possuir baixa escolaridade (não haver passado pelos processos pedagógicos voltados para o vestibular e para uma sociedade do emprego) e também por não haver experienciado o trabalho assalariado, demonstram maior percepção do contexto de trabalho humano e maior disponibilidade para aceitar a autogestão de uma cooperativa.

Também demonstraram muitas dificuldades em expressar suas verdadeiras opiniões, esperando que alguém fale por elas. O fato das pessoas sentirem-se livres para falarem em uma cooperativa, também exigirá uma mudança dos valores hierarquizados a que se está acostumado, para um valor de cooperação e respeito pelas opiniões e idéias de todos para o bem comum. Neste sentido, o Documento Base parece conceber pessoas que saibam sobre seus direitos e também, saibam se posicionar, havendo pouca coerência com o que foi encontrado no grupo de trabalho informal estudado.

A questão da auto-estima mostra-se fortemente abalada entre elas por acharem que não são dignas de uma vida melhor, de buscar e de cobrar por seus direitos deixando a cargo de outros ou de um “salvador da pátria” a resolução de seus problemas pessoais e comunitários, aprofundando o comportamento de dependência, demonstrando total distanciamento do discurso do Documento Base quando remete a noção do trabalho emancipado³⁹. Souza (2006) comenta sobre a perspectiva de que a Economia Solidária tem de trabalhar com as populações excluídas e sua inserção social por meio de elevação de sua auto-estima, estimulação da criatividade, mostrar que são capazes de produzir coisas úteis e de que têm direitos. Pretende-se criar uma nova cultura do trabalho ajudando as pessoas a compreenderem que o emprego não é a única forma, mas que é característico de um dado momento histórico. E ainda, aprender outras formas de organização da vida material que não seja a baseada na exploração de um ser humano por outro, na busca incansável pelo lucro.

³⁹ “5. A economia solidária é geradora de trabalho emancipado, operando como uma força de transformação estrutural das relações econômicas, democratizando-as, superando a subalternidade do trabalho em relação ao capital.”

O Documento também reza que deve ser difundido na sociedade um consumo ético, consciente e solidário⁴⁰. Mas de que sociedade está-se falando? Já que milhões de pessoas estão excluídas da possibilidade de consumir, a não ser para saciar o mínimo das necessidades básicas humanas, como é o caso do grupo de trabalho informal estudado. Neste sentido, não há a compreensão do grupo em relação ao significado de se consumir um produto originado de um processo em que se explora o trabalho alheio e se degrada o meio ambiente. E também não são trabalhadoras, como alega o texto base que atuavam no mercado formal, que consumiam pela remuneração e que vieram a perder o emprego, tornando-se excluídas da possibilidade de consumo, pois, em sua maioria, as mulheres nunca foram formalmente empregadas e, portanto, sempre excluídas do consumo. Neste sentido, o Estado é chamado à responsabilidade para a defesa dos direitos universais dos trabalhadores.⁴¹

A Economia Solidária alerta para a emergência de um novo ator social, portador de possibilidades de superação das contradições próprias do capitalismo⁴². O que se observa no grupo de trabalho informal estudado é exatamente o contrário. É um grupo que não enfrenta os problemas por meio de debates, análises, planejamento e organização de ações que favoreçam a comunidade ou o próprio grupo. Neste sentido, as mulheres integrantes do Projeto de Ação Social Vivendo e Aprendendo, não podem ser consideradas como sujeitos políticos no sentido exposto pelo Documento Base, pois não há envolvimento delas nas questões de comunidade. Elas assumem o papel de expectadoras dos problemas sociais em que se encontram submersas, portanto, passivas.

Elas também não se entendem parte integrante de um grupo forte, havendo ainda a necessidade de se trabalhar a questão da união entre elas, já que o que dificulta esta união é a exclusão de si e do outro, o desânimo e a falta de uma renda fixa para se manter no projeto. A

⁴⁰ “6. Além de geradora de trabalho emancipado, a economia solidária promove a difusão do consumo consciente, ético e solidário. Levar a sociedade a perceber o ato de consumir não apenas como uma questão de “gosto”, mas também como um ato ético e político: ao consumirmos um produto originado de um processo em que se explora o trabalho alheio, degrada-se o meio ambiente e as relações comunitárias, estamos mantendo esta forma de produção.”

“7. A economia solidária e, pois, uma alternativa ao mundo de desemprego crescente, em que a grande maioria dos trabalhadores não controla nem participa da gestão dos meios e recursos para produzir riquezas, e em que um número sempre maior de trabalhadores e famílias perde o acesso à remuneração e fica excluído das possibilidades de um consumo que atenda dignamente as suas necessidades como ser humano.”

⁴¹ 17. “A economia solidária, enquanto estratégia de desenvolvimento, exige a responsabilidade dos Estados nacionais pela defesa dos direitos universais dos trabalhadores, que as políticas neoliberais pretendem eliminar. Ela preconiza um Estado democraticamente ativo, empoderado a partir da própria sociedade e colocado ao serviço desta, transparente e fidedigno, capaz de orquestrar a diversidade que a constitui e de zelar pela justiça social e pela realização dos direitos e das responsabilidades cidadãos de cada um e de todos”

⁴² “8. A Economia Solidária busca reverter a lógica da espiral capitalista a que promove crescente desigualdade social, econômica e territorial. Ela afirma a emergência de um novo ator social composto de trabalhadores associados e consumidores conscientes e solidários, portadores de possibilidades de superação das contradições próprias do capitalismo.”

Economia Solidária compartilha valores e práticas de um conjunto de lutas históricas das classes populares⁴³. No entanto, tal fato não encontra eco no grupo de trabalho informal entrevistado, por não serem pessoas politicamente atuantes na sociedade. Ao contrário sempre que lhes foi solicitado que participassem de uma reunião sobre Economia Solidária, de um curso sobre o tema ou de qualquer evento similar, não demonstraram interesse. Portanto, não é uma comunidade conforme a prevista pelo Documento Base⁴⁴, que se mobiliza para o desenvolvimento comunitário ou solidário. Também não percebem que a união delas e das suas forças a outros grupos e movimentos sociais podem lhes beneficiar, ampliando-lhes o foco de visão e de sua integração ao meio social.

Na realidade, a intervenção nesse grupo surgiu a partir do interesse de uma comunidade religiosa que estava disposta a realizar trabalhos sociais e não pelo engajamento do próprio grupo de mulheres em relação ao seu desenvolvimento, conforme se observa no Documento Base⁴⁵. Para implantar o Projeto de Ação Social houve a busca de apoio por meio de parceiros como, por exemplo, as universidades. Tal apoio foi caracterizado por um trabalho de esclarecimento de questões ligadas à saúde, ao trabalho e à educação, desacompanhado da questão política e, portanto, de caráter assistencial. Observou-se também que não havia profissionais preparados para lidar com conteúdos referentes à Economia Solidária. Muitos dos profissionais, inclusive, demonstraram total desconhecimento. Faz-se necessário, então, investir na formação dos educadores, pelo menos no Estado do Paraná, para que os princípios do movimento da Economia Solidária não se desvirtuem e se transformem em coadjuvantes do sistema econômico atual, conforme denota o item 27 do Documento Base⁴⁶.

⁴³ “9. A Economia Solidária compartilha valores, princípios e práticas de um conjunto de lutas históricas das classes populares e de setores excluídos da sociedade

“19. A Economia Solidária tem um passado recente na construção de uma identidade e de um projeto histórico que resgata as mais remotas lutas de emancipação popular no campo econômico e estratégias econômicas fundadas na solidariedade vividas pela humanidade em diferentes momentos e lugares.”

⁴⁴ “10. O desenvolvimento é visto comumente como resultado de investimentos realizados por capitais privados ou públicos em áreas empobrecidas. Este é o desenvolvimento capitalista, que beneficia parte da população, mas marginaliza os demais, aprofundando a desigualdade entre incluídos e excluídos. Mas este não é o único desenvolvimento possível. Hoje, no Brasil, há comunidades carentes que se mobilizam para por em marcha um outro desenvolvimento, promovido por empreendimentos familiares ou coletivos, sob a forma de cooperativas ou associações de pequenos produtores. Podemos chamar este outro desenvolvimento de comunitário ou solidário, porque dele participam todos e seus resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados, com respeito à diversidade de raça, etnia e gênero.”

⁴⁵ 11. “As comunidades engajadas em seu próprio desenvolvimento contam com a assistência de diferentes órgãos dos governos da União, estados e municípios, bancos públicos e ONGs. Elas necessitam de apoio para se mobilizar e organizar, para tomar consciência de suas potencialidades econômicas e para selecionar, entre diferentes alternativas, as atividades econômicas que irá desenvolver para alcançar níveis crescentes de bem-estar.”

⁴⁶ 27. “Cresceu o número de entidades que oferecem assessoria e fomento a economia solidária em geral, associações sem fins lucrativos (ONGs) ou universidades (incubadoras tecnológicas e grupos de extensão e prestação de serviços de apoio ao

Tiriba & Picanço (2004b) defendem a idéia de que a educação tem como objetivo contribuir com homens e mulheres trabalhadores para que reorganizem os saberes sobre a vida em sociedade. As autoras alertam para a incorporação dos educadores nos estudos teóricos, nas pesquisas e nas práticas em defesa do direito ao trabalho, que têm se dedicado à economia popular, à Economia Solidária, ao cooperativismo e a autogestão. Isso é feito por meio dos inúmeros projetos de geração de trabalho e renda, na construção de uma pedagogia comprometida com a organização de trabalhadores associados na produção e em torno de um projeto político-econômico. Questionam também que “A economia popular não deve ser compreendida apenas como um refúgio dos desempregados, mas como a possibilidade de materialização de um projeto econômico que se oponha à lógica do capital” (TIRIBA, 2006, p.1).

A partir de observações das Conferências Regional e Estadual, das reuniões preparativas e avaliativas das conferências incluindo a Nacional, das reuniões pró-fórum regional de Economia Solidária de Curitiba e Região Metropolitana, observou-se que enquanto no Brasil existem indivíduos e grupos engajados no processo de análise e discussão de propostas relativa à Economia Solidária como uma política pública, ainda se pode encontrar grupos fortemente alienados do processo, como é o caso do grupo estudado. Senão houver alguém que faça esta ponte de ligação entre eles e as questões macro que estão sendo discutidas, parece que há grande probabilidade de permanecerem alijados do processo político e das mudanças estruturais.

Segundo o Documento Base, para uma comunidade ou grupo sobreviver e progredir, ela precisa se unir e se organizar em arranjos produtivos locais ou em cadeias produtivas⁴⁷. No caso do grupo de trabalho informal o processo de comercialização é um ponto fortemente atacado devido ao grau de dificuldade encontrado para a entrada do produto da comunidade no mercado. Um dos grandes problemas dos empreendimentos solidários é a garantia do escoamento da produção e da prestação de serviços que, por falta de condições financeiras e estruturais, apresentam grandes dificuldades para entrar e se manter no mercado tradicional. Neste sentido, há necessidade de se discutir formas de comercialização que agreguem espaços

empreendimentos solidários, seja na forma de ações de formação (tanto técnica quanto econômica e política), seja na forma de apoio direto (em estrutura, assessoria, consultoria, elaboração de projetos *e/ou* oferecimento de crédito) para a incubação e promoção de empreendimentos.

⁴⁷ 12. “Assim, a Economia Solidária, por sua estratégia de reorganização dos processos econômicos e cadeias produtivas se converte ao mesmo tempo em uma estratégia de desenvolvimento endógeno (promovendo o empoderamento local ou micro-regional), numa estratégia de desenvolvimento nacional e de integração regional.”

específicos para produtos solidários, como a formação de feiras, *shoppings*, eventos, entre outros.

Singer (2000) aponta para essa dificuldade, qual seja a de como os empreendimentos farão para inserir seus produtos no mercado consumidor sem se aproximar das práticas capitalistas. O mercado regulador e altamente competitivo dificulta o acesso dos produtos dos empreendimentos solidários. A lógica do mercado está organizada de tal forma que dificilmente se encontram espaços viáveis para o escoamento da produção, tornando-se subjugado a lógica de reprodução e acumulação do capital (TOMÉ, 2005).

Singer (2002) comenta que para a Economia Solidária transformar-se em competidora de atenção do capitalismo ela terá que alcançar “[...] níveis de eficiência na produção e distribuição de mercadorias comparáveis aos da economia capitalista e de outros modos de produção, mediante o apoio de serviços financeiro e científico-tecnológicos solidários” (SINGER, 2002, p. 121).

Sobre o problema de escoamento da produção Mance (2003) é um dos autores que propõe a formação de redes de empreendimentos solidários com o objetivo de enfrentar a reprodução do capitalismo:

“[...] integra grupos de consumidores, de produtores e de prestadores de serviço em uma mesma organização. Todos se propõem a praticar o consumo solidário, isto é, comprar produtos e serviços da própria rede para garantir trabalho e rendas aos seus membros e para preservar o meio ambiente. Por outro lado, uma parte do excedente obtido pelos produtores e prestadores de serviços com a venda de seus produtos e serviços na rede é reinvestida na própria rede para gerar mais cooperativas, grupos de produção e microempresas, a fim de criar novos postos de trabalho e aumentar a oferta solidária de produtos e serviços. Isso permite incrementar o consumo de todos, ao mesmo tempo em que diminui o volume e o número de itens que a rede ainda compra no mercado capitalista, evitando com isso a riqueza produzida na rede seja acumulada pelos capitalistas. O objetivo da rede é produzir tudo o que as pessoas necessitam para realizar o bem-viver de cada um, de maneira ecológica e socialmente sustentável” (MANCE, 2003, p. 81:82).

No item 16 do Documento Base⁴⁸ em que a Economia Solidária é desafiada a apresentar soluções sócio-econômicas para além dos problemas imediatos, o grupo de trabalho informal ainda está questionando questões como:

⁴⁸ 16. “Para isso a economia solidária está desafiada a apresentar soluções socioeconômicas para além dos problemas imediatos. Deverá constituir-se, igualmente, como protagonista de um movimento político que transcende essas demandas, construindo, a partir de seus eixos estratégicos, uma proposta efetiva de desenvolvimento para o país, que promova a inclusão social de toda a população e a melhor satisfação de suas necessidades e de seu anseio pelo exercício ativo da cidadania”.

- o processo de se abrir uma empresa ou uma indústria, para se conseguir nota fiscal e, conseqüentemente, a entrada do produto em pontos de vendas, é extremamente burocrático, exigente e oneroso, dinheiro do qual o grupo não dispõe;
- a abertura de uma cooperativa exige capital e um número mínimo de 20 integrantes, também esteve fora da alçada do grupo estudado;
- a inexistência de subsídio para as pessoas que estão iniciando o processo de geração de trabalho e renda para poderem se manter no trabalho até que o empreendimento comece a se auto-sustentar;

E, por fim, a alta similaridade encontrada entre os 32 itens analisados no Documento Base da Conferência Nacional e o referencial teórico adotado nos autores de Singer (2006; 2004; 2000; 1999), Mance, (2003), Arruda (2006), Tiriba (2004) e Souza (2006), bem como a baixa similaridade deles em relação aos sentidos encontrados no Grupo de Trabalho Informal desse estudo, leva-nos a questionar sobre a elitização do processo em si, bem como a promoção da exclusão dos que “não sabem” pelos que “sabem” de um profundo debate sobre a necessidade de uma nova ordem social, com mudanças estruturais da sociedade, onde os que “não sabem” são diretamente afetados, ajudando a manter a antiga separação entre o pensar e o agir, entre o estratégico e o operacional e entre o dominante e o dominado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo proporcionou a aproximação do leitor ao movimento da Economia Solidária que está ocorrendo em populações das mais variadas localizações deste país, ainda que com pouca visibilidade pela sociedade.

No Estado do Paraná, apesar de haver inúmeros encaminhamentos desse movimento, ainda não se fortaleceu. Já no grupo de trabalho informal estudado, observou-se vários percalços e também conexões ou não-conexões ou, com outras palavras, aproximações ou distanciamentos ao que foi discutido no Documento Base que subsidiou a I Conferência Nacional de Economia Solidária. Essas aproximações e distanciamentos entre os sentidos presentes nas discussões e conversas das mulheres integrantes do grupo de trabalho informal, com os sentidos sobre Economia Solidária presentes no Documento Base da I Conferência Nacional de Economia Solidária, trouxeram inúmeras luzes sobre o que ocorre para a concretização em maior ou menor grau dos princípios da Economia Solidária na sociedade.

Primeiramente, constatou-se a diversidade das vozes, nomes e referências, que demonstram a complexidade do processo da Economia Solidária, bem como a diversidade de interesses e necessidades dos atores sociais envolvidos em cada um dos segmentos: dos Representantes do Poder Público, das Entidades e Organizações da Sociedade Civil e dos Empreendimentos Econômicos Solidários.

Em segundo lugar, pode-se dizer que a Economia Solidária mostrou-se, no Documento Base, ora como um modelo de desenvolvimento econômico e social, ora apenas como um coadjuvante desse modelo. Ou seja, ao mesmo tempo em que é percebida como um modelo capaz de sustentar econômica e socialmente um país também é remetida a um papel de mera coadjuvante desse processo, deixando claro que há fragilidades no modelo e no discurso institucionalizado. Ou seja, da forma como se encontra o Documento Base a Economia Solidária não se constitui num projeto de desenvolvimento para o país, mas sim um

documento que apresenta diversos pontos que precisam ser ajustados, ampliados, repensados, direcionados e não uma proposta concreta de desenvolvimento econômico e social.

Em terceiro lugar, considerando que o termo “Economia Solidária” apresentou grande quantidade de sentidos ligados à proposta de um modelo de desenvolvimento econômico e social e, considerando que à medida em que se organiza e se integra, ela dá lugar a uma sociedade sem classes, o uso do termo “Economia Solidária” estaria mais adequado a tais propósitos do que o termo “Economia Popular Solidária”. Isso porque este último supõe uma divisão entre a classe popular e as demais ou entre uma economia formal e a informal, justamente a que o movimento pretende superar.

Em quarto lugar, verificou-se pouca interconexão entre os sentidos presentes nas discussões e conversas das mulheres integrantes do grupo de trabalho informal, sobre a solidariedade e a organização de atividades econômicas, com os sentidos sobre Economia Solidária presentes no Documento Base da I Conferência Nacional de Economia Solidária. Tal fato demonstra claramente o quanto há por se fazer a começar pela real compreensão do movimento da Economia Solidária em grupos, como o estudado nesta tese, que não se encontram envolvidos em lutas históricas das classes populares, apesar de igual exclusão.

Além disso, as observações e participações nas conferências e nas reuniões preparatórias e avaliativas das três conferências constatou-se claramente que os conceitos da Economia Solidária são poucos conhecidos, pelo menos no Estado do Paraná, tanto fora como dentro do movimento. Há vários desencontros de conceitos e de práticas. São pessoas e grupos interessados em participar do movimento, mas que na prática ainda persistem na manutenção do sistema capitalista. Parece premente a formação política sobre Economia Solidária para os atores sociais que dela participam ou que pretendem participar. É necessário observar não somente a quantidade de entidades formadoras, mas que elas tenham qualidade e conteúdo para contribuir na formação dos empreendimentos e dos atores sociais, baseadas em uma metodologia capaz de desfamiliarizar conceitos profundamente enraizados em nossa sociedade. Além disso as formações devem ser contínuas.

Enquanto o Documento Base se preocupou com questões mais ampliadas do movimento da Economia Solidária, o grupo de trabalho informal estudado preocupou-se com questões individuais e, por vezes, grupais sem perceber a real dimensão do movimento. Várias mulheres do grupo estudado acreditavam que a responsabilidade de sua situação sócio-econômica era única e exclusivamente delas e não de um sistema que “joga fora” milhões de trabalhadores e trabalhadoras, do direito à cidadania. Constatou-se, assim, o distanciamento

quase que brutal do sujeito político referido pelo Documento Base e o sujeito encontrado no grupo de mulheres estudado, devido ao pouco interesse demonstrado por elas sobre o real entendimento do contexto que o movimento da Economia Solidária se propõe a anunciar. Princípios como: solidariedade, autogestão, cooperação e distribuição de renda são vistos como desejáveis de serem praticados, mas efetivamente quando se fala numa dimensão macro social, tal disponibilidade desaparece.

Assim, os sentidos que circulam no grupo de trabalho informal são bem menos diversificados quando comparados ao Documento. Foi-se em vão, o fato de ter usado o conceito de cooperativa na expectativa de que ele pudesse materializar as mulheres os sentidos do movimento da Economia Solidária, pois poucas souberam definí-lo. As entrevistas, então, funcionaram ao mesmo tempo para coletar e compreender os sentidos que circulam sobre Economia Solidária como também ajudaram na apresentação e na construção inicial desses conceitos.

Mostra-se necessário, portanto, que na formação sobre Economia Solidária a ser realizada para essa população, incluam-se questões macro e micro estruturais, para se compreender melhor o que ocorre em seu local, município, estado, país e mundo, e evitar que seja apenas um desenvolvimento endógeno do grupo e de suas relações com o mercado.

Ironicamente o Documento Base, que pretende ser a voz e a materialização do movimento da Economia Solidária, mostrou-se elitizado para o público estudado, devido a sua dificuldade de acesso, tanto na compreensão dos conceitos quanto do debate, por estar restrito a algumas pessoas e grupos. Apesar do esforço despendido pelo Grupo de Trabalho Brasileiro, constituído pela Cáritas, ANTEAG, FASE, ADS/CUT, UNITRABALHO, Rede Universitária de Incubadoras, IBASE; e também por ações institucionais como: a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária; da Rede de Gestores de Políticas de Economia Solidária; da SENAES; da criação do Conselho Nacional de Economia Solidária, ainda não se estabeleceu uma forma adequada e eficaz de difusão de informação sobre a Economia Solidária na região e no Estado.

Há algumas poucas iniciativas de disseminação da informação pela Internet, com a criação de um *site* de âmbito nacional⁴⁹, que concentra informações de todos os estados brasileiros, ou de *sites* institucionais⁵⁰, ou grupos de discussão no formato *e-group*. O que se observa é que nem todas as pessoas interessadas e envolvidas com o movimento possuem acesso a esse tipo de

⁴⁹ www.fbes.org.br

⁵⁰ www.mte.gov.br; www.setp.pr.gov.br

veículo de informação. Portanto, a informação repassada de “boca-a-boca” parece ser um importante instrumento de comunicação no movimento.

A partir de observações nas Conferências Regional, Estadual, das reuniões preparativas e avaliativas das conferências incluindo a Nacional, das reuniões pró-fórum regional de Economia Solidária de Curitiba e Região Metropolitana, foi possível levantar algumas dificuldades, bem como as contradições do movimento da Economia Solidária no Paraná. Uma das principais dificuldades observadas é a de que o movimento da Economia Solidária precisa convencer a maioria da sociedade de que é relevante e necessário, já que num primeiro momento, constitui-se em resposta concreta para que uma parcela da sociedade possa enfrentar a precarização do trabalho. Por meio da Economia Solidária recuperam-se empresas falidas e organizam-se grupos excluídos da sociedade como: grupo de mulheres, de catadores e recicladores de lixo e de agricultores familiares, entre outros. Porém, a existência de um setor de atividade produtiva que congrega parcela considerável de trabalhadores/as brasileiros/as, ainda não se tornou visível para a maior parte da sociedade.

Outra dificuldade observada é a de que existem fortes embates e disputas de poder entre empreendimentos ou entre instituições de apoio, ou mesmo, entre gestores públicos, que procuram de alguma forma, defender pontos de vistas próprios e/ou institucionais, esquecendo-se que o movimento da Economia Solidária deve ser considerado em seu contexto mais amplo.

A nova configuração de geração de trabalho e renda encontrada no Brasil e no Paraná aqui discutida remete a um marco legal obsoleto. Assim, torna-se necessário que a legislação reconheça as cooperativas voltadas para trabalhadores, camponeses e mulheres artesãs, só para citar alguns e, também, que sejam eliminadas as falsas cooperativas, garantindo as verdadeiras, assegurando ao trabalhador cooperado os direitos trabalhistas consignados na Constituição. Neste sentido, a contradição que se coloca é que enquanto não houver a adequada modificação da legislação atual, as regras válidas para as grandes cooperativas serão as mesmas para as cooperativas populares, o que dificulta sobremaneira a formalização da maioria dos grupos coletivos.

Em um sentido mais restrito, a falta de solidariedade e de colaboração entre os atores sociais em relação ao movimento da Economia Solidária é um dos seus pontos frágeis. Em alguns casos, observou-se que os valores da cultura capitalista sobressaem-se, privilegiando interesses pessoais e/ou grupais em detrimento de um processo maior.

O objetivo desta tese foi também o de demonstrar que tanto o mundo do trabalho como o movimento da Economia Solidária está em constante alteração, com forças impulsionadoras para a mudança, mas apresentando forças restritivas que competem entre si para avançar na proposta de uma sociedade em construção. Neste sentido, torna-se apropriado questionar se a Psicologia Social do Trabalho está preparada para atuar no contexto sócio-político-econômico apresentado pela tese.

Com relação ao profissional propriamente dito, observa-se que o mesmo dispõe em sua maioria, de modelos e estratégias clássicas, utilizadas nas áreas tradicionais da psicologia clínica, educacional e organizacional. E, no entanto, seu enquadre neste contexto da psicologia social do trabalho apresenta-lhe o desafio de encontrar uma outra forma de intervir nesta realidade.

Para se trabalhar com Economia Solidária, especificamente com grupos de trabalho informal, formados por pessoas excluídas permanentemente da sociedade assalariada, é necessário uma instrumentalização, uma teorização e ideologia diferente do que trata a teoria da Psicologia Organizacional e do Trabalho, já que esta utiliza técnicas e instrumentos focados para o trabalhador dentro de uma organização formalmente estruturada e capitalista.

Ao sair de tal estrutura e se encontrar com grupos de pessoas que se mostram ansiosos por uma oportunidade de trabalho, por um sentido de vida e de subsistência, por se tornarem cidadãos e cidadãs, questiona-se: qual deve ser a postura ético-política, bem como a instrumentalização do profissional da Psicologia?

A necessidade da comunidade e mais especificamente do grupo de trabalho informal na participação das decisões e encaminhamentos das alternativas que maximizem o seu lugar e seu papel na construção de relações cotidianas mais dignas e de melhor qualidade, implica no desenvolvimento de um trabalho que traga, de diferente: a inserção do psicólogo, o modo como são encontrados e efetivados os encaminhamentos para os problemas enfrentados e a concepção do fenômeno/objeto do seu trabalho. Concorda-se com Veronese e Guareschi (2005) de que é preciso um profissional habilitado para auxiliar nas transformações da subjetividade durante o processo de construção da cultura da solidariedade; do processo de constituição dos grupos para os empreendimentos; do processo de mudança da heteronomia para a autonomia; da micro-política das relações laborais para o esclarecimento de conceitos como democracia, política e ações; bem como do desenvolvimento de relações intrafamiliar, grupal e comunitário. É necessário, portanto, que haja um processo permanente de autocrítica desse profissional para evitar que a Economia Solidária se subordine à lógica do capital.

Segundo Spink (p.14) isso requer que se busque desenvolver uma psicologia comprometida com a ação social que se dispõe a assumir os fenômenos da coletividade e de se inserir nos processos do cotidiano.

Na realidade, convive-se com situações muito contraditórias. Por isso, a mudança de valores e de atitudes se faz necessária, pois a idéia de que não há alternativas ao capitalismo conseguiu um nível de aceitação que provavelmente não tenha precedentes na história do capitalismo mundial. No entanto, nos últimos anos esta situação começou a mudar, a partir do renascimento do ativismo em favor de uma globalização contra-hegemônica. E, apesar do passado recente do movimento da Economia Solidária para construir uma identidade e do resgate de um projeto histórico, é necessária a maior aproximação, em sua forma “institucionalizada”, com os atores sociais e destes para com o movimento, pois assim ele será legítimo no cotidiano das pessoas e dos grupos da sociedade como um todo.

Neste sentido, o campo da Economia Solidária é fértil em pesquisas, por ser um movimento bastante intenso e diversificado, exigindo a construção de um quadro teórico mais aprofundado.

E por fim, o fortalecimento cada vez maior da Economia Solidária tem como pano de fundo além da questão imediata e material de formas de se ganhar a vida, a necessidade premente de se resgatar as pessoas perdidas no tempo do capitalismo. Há necessidade de se resgatar o humano, a subjetividade, os vínculos, a solidariedade, os relacionamentos, a auto-estima, o ser integral, a natureza e não somente persistir no aspecto econômico, no lucro. Neste sentido, a vivência desta pesquisadora junto ao grupo de mulheres estudado, mulheres de baixa renda, baixa auto-estima, baixo respeito, baixo amor próprio e baixo amor pelo outro, pode apontar movimentos que estão ocorrendo no atual sistema capitalista. Em última instância, apontaram os reais motivos que levaram a busca destas mulheres pelo grupo de trabalho informal, antes mesmo que elas compreendessem o verdadeiro sentido do movimento da Economia Solidária.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**. 7. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 2000.
- Apostila Curso de Capacitação e Qualificação Profissional para Processamento e Produção de Alimentos, Curitiba: 2005.
- ARRUDA, M. **Tornar Real o Possível. A Formação do Ser humano integral: Economia Solidária, desenvolvimento e o futuro do trabalho**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- ATHAYDE, S. **O Movimento de Economia Solidária no Paraná é mais Rico do que o Apresentado no Texto Base**. Curitiba, PR: 04 de junho de 2006 (texto impresso).
- BERTUCCI, J. O. **A Economia Solidária do Pensamento Utópico ao Contexto Atual**. BH, 2005. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: www.fbes.org.br. Acesso em: maio de 2006.
- BEZ, A. C. e CARNEIRO, G. **Economia Popular Solidária: Que Mundo Estamos Construindo?** Curitiba: Talher Paraná, Sindipetro, AEC, 2004. Caderno 5 da Série História Social do Trabalho.
- CARTILHA Programa Paranaense de Economia Solidária – Construindo uma Nova Economia.
- CIRANDA, A. M. Que outro mundo é possível. Disponível em: www.forumsocialmundial.org.br. Acesso em: 18/03/2006.
- DEJOURS, C. **A Banalização da Injustiça Social**. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- DOWBOR, L. A. Gestão social e transformação da sociedade. Disponível em: <http://www.setor3.com.br>. Acesso em: 25/maio/2005.
- _____. Frentes de trabalho: uma proposta que gera emprego, desenvolve infraestruturas, e dinamiza o crescimento, 27 de abril de 2004. Disponível em: <http://www.ppbr.com/ld/5espaco.asp>. Acesso em 21/04/2005.
- _____. Reprodução Social Vol. I – Tecnologia, globalização e governabilidade. RJ: Editora Vozes, 2002

- _____. O que Acontece com o Trabalho? (Documento preliminar para discussão): SP, agosto, 2001.
- HAMASAKI, A. M.; SILVA, B. K. R.; IASKIO, E.L. S.; FIQUEIRA, F.F.; VIEIRA, G.M. R.; MARCHI, L.; BAL, M. M.; CHRISTIANO, S. E.; MAIER, V. A. **Documento Base: I Conferência Estadual de Economia Solidária do Paraná - “Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento”**. Curitiba, UFPR, 2006.
- IBÁÑEZ, T. **Construccionismo y Psicología**. Revista Interamericana de Psicología/Internamerican Journal of Psychology, 1993, Vol. 28, No. 1, pp. 105-123.
- IÑIGUEZ, L. (Org.) **Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais**. RJ, Petrópolis: Editora Vozes, 2004.
- INSTITUTO CIDADANIA. Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local. Documento de Conclusão – versão inicial para discussão, complementação e ajustes. Setembro, 2006. Disponível em: www.dowbor.org/06dlfinal.pdf. Acesso em: 24/04/2007.
- KUENZER, A. Z. A Pedagogia das Competências: O Necessário Enfrentamento da Ambigüidade, 2001. Disponível em: www.ufpr.br
- _____. Mudanças no Mundo do Trabalho e Educação: Perspectivas para Pesquisas. Palestra. em 07/03/02, UTP/PR.
- MANCE, E.A. **Como organizar redes solidárias**. RJ: DP&A, Fase, IFIL, 2003.
- _____. O que são e como montar redes solidárias. *In*: MANCE, E.A **Como organizar redes solidárias**. RJ: DP&A, Fase, IFIL, 2003.
- _____. Políticas Públicas para o Desenvolvimento Econômico-Solidário do Brasil. Texto subsídio para a I Conferência Nacional de Economia Solidária. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria/Conferencia/textoeuclidesmance.pdf> . Consulta em: 08/06/2006.
- MARTINS, J. B.; HAMMOUTI, N.El.; IÑIGUEZ, L. **Temas em Análise Institucional e em Construccionismo Social**. São Carlos: RIMA Fundação Araucária, 2002.
- MTE, SENAES I Conferência Nacional de Economia Solidária: Documentos. Brasília, 2005, 51p.
- OLIVEIRA, P.S. Cultura Solidária, um aprendizado sem fim. *In*: MELLO, S. L. de (Org.) **Economia Solidária e autogestão: encontros internacionais**. SP: NESOL-USP, ITCP-USP, PW, 2005.
- PARRA, H. Z. M. **Liberdade e Necessidade: empresas de trabalhadores autogeridas e a construção socio-política da economia**. SP, agosto de 2002. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo.
- PICANÇO, I. e TIRIBA, I. **Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária**. SP: Idéias & Letras, 2004.
- SCHIOCHET, V. **O Balanço da Economia Solidária**. Palestra na I Conferência Estadual de Economia Solidária (Paraná). Curitiba, 03 de junho de 2006.

SINGER, P. **É Possível Levar Desenvolvimento a Comunidades Pobres?** Disponível em: www.mte.gov.br Acesso em: 15/03/2006. .

_____. Prefácio de ARRUDA, M. **Tornar Real o Possível. A Formação do Ser humano integral: Economia Solidária, desenvolvimento e o futuro do trabalho.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

_____. Relatório do I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária. Brasília, 13 de agosto de 2004.

_____. **Introdução à Economia Solidária.** SP: Editora Perseu Abramo, 2002.

_____. Economia dos setores populares. In: KRAYCHETE, G., LARA F., COSTA, B. (Orgs.). Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000a. p.143-165.

_____. Souza, A. R. Economia Solidária no Brasil. SP:Contexto, 2000b.

_____. A Crise das Relações de Trabalho. In: NABUCO, M. R. & NETO, A. C. **Relações de Trabalho Contemporâneos.** BH: IRT da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 1999.

_____. **Uma Utopia Militante. Repensando o Socialismo.** RJ: Editora Vozes Ltda., 1998.

_____. **Globalização e Desemprego: diagnóstico e alternativas.** SP: Editora Contexto, 1988.

_____. **Aprender Economia.** SP: Editora Brasiliense, 1987.

_____. **Economia Solidária é um sistema eficaz** LULI ROJANSKI - FOLHA DO AMAPÁ. Disponível em: www.amazon.press.com.br [sem data]

_____. **Pela Mão de Alice – o Social e o Político na pós-modernidade.** SP: Cortez, 1996. Capítulo 4 – O social e o Político na Transição Pós-Moderna.

SOUZA, A. I.; MARCHI, L.; MACHADO, M. I. **O trabalho no capitalismo: Alienação e Desumanização.** Caderno 3 da Série “História Social do Trabalho”. Curitiba, Julho 2004.

SOUZA, A. I.; Entrevista concedida a autora em 28/03/06.

SPINK, M.J.P. e FREZZA, R.M. Práticas Discursivas e Produção de Sentidos: a perspectiva da Psicologia Social. In: Spink, M. J. (Org) **Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano.** SP: Editora Cortez, 2000a.

SPINK, M. J. **A produção de sentidos como linguagem em ação. Explorações Metodológicas na Perspectiva Construcionista.** 2000b. (Material curso de Extensão ministrado no Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia da PUC-RS).

SPINK, M.J.P. e MEDRADO, B. Produção de Sentidos no Cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das Práticas Discursivas e: In: Spink, M. J. (Org) **Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano.** SP: Editora Cortez, 2000a.

SPINK, P. **Replanteando la investigación de campo: relatos y lugares**. Texto organizado pelo autor para o 30º. Congresso Interamericano de Psicologia Simpósio Central: Psicologia Social trás la era “post”: controvérsias y debates em el siglo XXI. Buenos Aires, 26-30 junho de 2005.

_____. **Redes Solidárias, Autogestão e Solidariedade**. Texto organizado para a apresentação do XII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO, Porto Alegre, 2003. (A ser publicado)

_____. (org). **Pesquisa de Campo em psicologia Social**. Texto organizado pelo autor citado e membros do Núcleo de Organizações e Ação Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. SP, 2003.

----- Análise de Documentos de Domínio Público *In* SPINK, M.J.P. e FREZZA, R.M. Práticas Discursivas e Produção de Sentidos: a perspectiva da Psicologia Social. *In*: Spink, M. J. (Org) **Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano**. SP: Editora Cortez, 2000a.

_____. A democratização do Poder local: gestão social na ótica subnacional. *In*: RICO, E. M. & RAICHELIS, R. **Gestão Social Uma Questão em Debate**. SP: Educ; IEE, 1999.

TERMO TÉCNICO DE REFERÊNCIA. Programa Paranaense de Economia Solidária. Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social. Curitiba, 2004. Disponível em: www.setp.pr.gov.br

TIRIBA, L. Economia Popular e Cultura do Trabalho. Disponível em: www.unisinos.br Consulta em: 01/04/2006.

_____. Ciência economia e saber popular: reivindicar o “popular” na economia e na educação. *In*: PICANÇO, I. e TIRIBA, I. **Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária**. SP: Idéias & Letras, 2004a.

TIRIBA, L. & PICANÇO, I. S. O trabalho como princípio educativo no processo de produção de uma “outra economia” *In*: PICANÇO, I. e TIRIBA, I. **Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária**. SP: Idéias & Letras, 2004b.

TIRIBA, L.V. Economia popular e produção de uma nova cultura do trabalho: contradições e desafios frente à crise do trabalho assalariado. *In*: FRIGOTTO, G. *et. al* **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

_____. Organizações Econômicas Populares: Desvelando contradições e desafios de estratégias populares de geração de trabalho e renda. *In*: Apostila do Curso de Formação Política do PT/PR, 1997.

TOMÉ, G. F. **Economia Solidária: Humanização Possível No Interior Do Capitalismo?** *In*: CD do III Encontro Internacional de Economia Solidária: desenvolvimento Local, trabalho e autonomia. SP: Novembro, 2005.

VERARDO, L. Construindo autogestão e parceria solidária. *In*: MELLO, S. L. de (Org.) **Economia Solidária e autogestão: encontros internacionais**. SP: NESOL-USP, ITCP-USP, PW, 2005.

VERONESE, M. V. e GUARESCHI, P. **Possibilidades solidárias e emancipatórias do trabalho: campo fértil para a prática da psicologia social crítica.** *Psicol. Soc.*, v.17, n.2, Porto Alegre maio/ago. 2005. Disponível em: www.scielo.org.br. Acesso em: 12/05/2006.

YIN, Robert K. **Case Study Research - Design and Methods.** London: Sage Publications, 1987.

ANEXOS

INTRODUÇÃO

A Conferência Nacional de Economia Solidária seus objetivos e eixos articuladores – Documento Base

A 1ª Conferência Nacional de Economia Solidária (I CONAES) é um espaço de debate com diversos setores da sociedade civil brasileira; contempla, entre as/os delegadas/os, um retrato da Economia Solidária, respeitando a sua diversidade; define um elenco de propostas para a Economia Solidária no país; além de contribuir para a formação política das/os participantes, pelo aprofundamento do debate das grandes questões nacionais e locais da economia solidária.

A 1ª Conferência Nacional de Economia Solidária (I CONAES) propiciará a oportunidade para o movimento da economia solidária se encontrar e [re]conhecer, no plano local, estadual e nacional. As Plenárias e encontros realizados até o momento, tiveram abrangência crescente, na medida em que a economia Solidária foi se estendendo a todo o país. Com o mapeamento feito em 2005, cerca de 15 mil empreendimentos solidários foram localizados e caracterizados, atestando a grande expansão que a economia Solidária vem sofrendo no Brasil. Apesar dos numerosos encontros locais e regionais, que vem se realizando, na forma de feiras, seminários, cursos etc., faltava algo que só uma Conferência poderá proporcionar: uma grande quantidade de encontros, em diferentes escalas territoriais, todos concatenados no tempo e debatendo uma agenda comum, para desembocar numa Conferência Nacional, em que o debate desta agenda produza diretrizes programáticas, posicionamentos políticos e demandas de políticas dirigidas a União e demais entes federativos.

A Conferência (ao contrário de encontros e plenárias) não se limitará às entidades que já integram o Fórum Brasileiro de Economia Solidária [FBES]. Dela participarão, sem dúvida, estas entidades, mas também movimentos sociais, ONGs, OSCIPS e redes, do campo popular, que enxergam na economia solidária uma importante modalidade de organização de atividades econômicas, por eles fomentadas. São movimentos e entidades para os quais a economia solidária não é a única finalidade, mas nela têm um ingrediente estratégico para a sua ação.

Participam da Conferência ainda gestores da União, estados e municípios, que desenvolvem ou pretendem desenvolver políticas de fomento e apoio à economia solidária em seus âmbitos de ação. Para tirar o melhor proveito desta oportunidade rara de intercâmbio, será necessário construir uma agenda que contemple os interesses e objetivos destes três setores: entidades de economia solidária, entidades do campo popular interessadas em economia solidária e órgãos públicos que desenvolvem políticas de economia solidária.

A I CONAES tem como principais objetivos:

1. Afirmar a Economia Solidária como estratégia e política de desenvolvimento;
2. Propor princípios e diretrizes para orientar uma Política Nacional de Economia Solidária;
3. Identificar o estado e o potencial da ES no país, tanto do ponto de vista dos seus espaços de organização social quanto das políticas públicas desenvolvidas;
4. Propor prioridades e estratégias de atuação para as políticas e programas de economia solidária, bem como, os mecanismos de participação e controle social.

Considerando o tema central da I CONAES "Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento" O documento base procura contribuir para o debate a partir dos

seguintes eixos:

- 1.Os fundamentos da Economia Solidária e seu papel para a construção de um desenvolvimento sustentável, democrático e socialmente justo.
- 2.O balanço do acúmulo da economia solidária e das políticas públicas implementadas.
- 3.Os desafios e prioridades para a construção de políticas públicas de economia solidária, sua centralidade, a articulação com as demais políticas e os mecanismos de participação e controle social.

É fundamental que a Conferência Nacional de Economia Solidária, frente ao acúmulo existente das plataformas até agora construídas, frente ao acúmulo das políticas públicas que vem sendo produzidas e frente aos atuais desafios da economia solidária no Brasil e na América Latina, permita ampliar o diálogo com outros movimentos e questões sociais relevantes para o país.

Igualmente é fundamental que a Conferência apresente um conjunto de prioridades e aponte estratégias de atuação para as políticas e programas de economia solidária em nível federal, estadual e local, bem como, sobre os mecanismos de participação e de controle social a serem instituídos ou consolidados para o avanço da economia solidária em nosso país.

Mais do que agregar novos itens à plataforma construída pelos atores da economia solidária nos últimos anos trata-se de definir as principais prioridades para a formulação de políticas públicas e de programas nessa área, bem como de apontar os mecanismos necessários para o controle social da execução dessas políticas. Para isto, um conjunto de questões deverá orientar os debates que ocorrerão nos processos de construção e realização da I CONAES.

EIXO TEMÁTICO I

Os fundamentos da Economia Solidária - e seu papel para a construção de um desenvolvimento sustentável, democrático e socialmente justo.

Questões norteadoras:

Quais as características básicas do modelo de desenvolvimento necessário para o país?

Como a Economia Solidária pode se constituir em Estratégia e Política de Desenvolvimento?

Como articular a Economia Solidária com outras lutas e movimentos que formam a base social desse modelo?

1.Fundamentos da Economia Solidária

1. A Economia Solidária se caracteriza por práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza. Esta nova prática de produção, comercialização, finanças e consumo privilegiam a autogestão, o desenvolvimento comunitário, a justiça social, o cuidado com o meio ambiente e a responsabilidade com as gerações futuras.

2.A economia solidária é, pois, um modo de organizar a produção, distribuição e consumo, que tem por base a igualdade de direitos de todos os sócios dos empreendimentos. Os meios de produção de cada empreendimento e os bens e/ou serviços neles produzidos são de propriedade coletiva dos sócios e todos eles trabalham no empreendimento. Igualmente, há associações de pequenos produtores ou prestadores de serviços, individuais ou familiares, que

trabalham em separado (cada um em seu estabelecimento), mas que realizam em comum a compra de seus insumos, a venda de seus produtos ou o processamento dos mesmos.

3.O que as iniciativas de economia solidária tem em comum é a igualdade de direitos de todos os sócios sobre a associação ou cooperativa, o que implica em autogestão, ou seja, a participação democrática a (cada cabeça dispõe dum voto) de cada sócio nas tomadas de decisão. O que implica a inexistência de classes sociais no seio do conjunto da economia solidária. À medida que se organiza e se integra, a economia solidária dá lugar a uma sociedade sem classes, cujo desenvolvimento é necessariamente incluyente, pois os empreendimentos solidários se beneficiam com a inclusão de novos sócios ou a criação de novos empreendimentos, respeitando-se suas margens de sustentabilidade.

4. As manifestações da Economia Solidária são diversas, dentre as quais destacam-se: coletivos informais, cooperativas de produção, de consumo solidário ou de serviços; organizações e grupos de crédito solidário e fundos rotativos; grupos e clubes de trocas solidárias com uso de moeda social (ou comunitária); recuperação de empresas pela autogestão; estabelecimento de cadeias solidárias de produção, comercialização e consumo, organização econômica de comunidades tradicionais, entre outras iniciativas.

5.A economia solidária é geradora de trabalho emancipado, operando como uma força de transformação estrutural das relações econômicas, democratizando-as, superando a subalternidade do trabalho em relação ao capital.

6.Além de geradora de trabalho emancipado, a economia solidária promove a difusão do consumo consciente, ético e solidário. Levar a sociedade a perceber o ato de consumir não apenas como uma questão de “gosto”, mas também como um ato ético e político: ao consumirmos um produto originado de um processo em que se explora o trabalho alheio, degrada-se o meio ambiente e as relações comunitárias, estamos mantendo esta forma de produção.

7.A economia solidária é, pois, uma alternativa ao mundo de desemprego crescente, em que a grande maioria dos trabalhadores não controla nem participa da gestão dos meios e recursos para produzir riquezas, e em que um número sempre maior de trabalhadores e famílias perde o acesso à remuneração e fica excluído das possibilidades de um consumo que atenda dignamente as suas necessidades como ser humano.

8.A Economia Solidária busca reverter à lógica da espiral capitalista a que promove crescente desigualdade social, econômica e territorial. Ela afirma a emergência de um novo ator social composto de trabalhadores associados e consumidores conscientes e solidários, portadores de possibilidades de superação das contradições próprias do capitalismo.

9.A Economia Solidária compartilha valores, princípios e práticas de um conjunto de lutas históricas das classes populares e de setores excluídos da sociedade. Dentre elas podemos destacar:

- i. A luta dos trabalhadores contra a subordinação do trabalho pelo capital e valorização da propriedade gestão coletiva dos meios de produção, da solidariedade e cooperação mútua;
- ii. A luta da agricultura familiar e da reforma agrária pela democratização do acesso e uso da terra, da água e dos recursos genéticos;
- iii. A luta das comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas, extrativistas, pescadores artesanais etc) pelo reconhecimento e valorização de conhecimentos e práticas tradicionais, valorização da diversidade étnica, promoção dos direitos territoriais e de sua *autodeterminação*;
- iv. A luta pela reforma urbana, pela gestão coletiva dos escassos urbanos e da moradia, e reciclagem dos resíduos sólidos por meio da autogestão dos catadores e da participação popular no controle dos orçamentos e na definição das políticas públicas;
- w.A luta das mulheres contra a discriminação e pelo reconhecimento do lugar fundamental da

mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade;
vi. A luta ambiental pelo desenvolvimento sustentável, pela preservação dos recursos naturais e ecossistemas.

A Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento.

10. O desenvolvimento é visto comumente como resultado de investimentos realizados por capitais privados ou públicos em áreas empobrecidas. Este é o desenvolvimento capitalista, que beneficia parte da população, mas marginaliza os demais, aprofundando a desigualdade entre incluídos e excluídos. Mas este não é o único desenvolvimento possível. Hoje, no Brasil, há comunidades carentes que se mobilizam para por em marcha um outro desenvolvimento, promovido por empreendimentos familiares ou coletivos, sob a forma de cooperativas ou associações de pequenos produtores. Podemos chamar este outro desenvolvimento de comunitário ou solidário, porque dele participam todos e seus resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados, com respeito à diversidade de raça, etnia e gênero.

14. As comunidades engajadas em seu próprio desenvolvimento contam com a assistência de diferentes órgãos dos governos da União, estados e municípios, bancos públicos e ONGs. Elas necessitam de apoio para se mobilizar e organizar, para tomar consciência de suas potencialidades econômicas e para selecionar, entre diferentes alternativas, as atividades econômicas que irá desenvolver para alcançar níveis crescentes de bem-estar.

15. Pequenas comunidades isoladas dificilmente alcançam níveis de produtividade, que lhes permitam competir em mercados regionais, nacionais ou mesmo mundial. Para sobreviver e progredir em tais mercados, elas têm de se unir a outras comunidades em arranjos produtivos locais ou organizar-se em cadeias produtivas. Estas últimas podem cobrir largas extensões do país, como a cadeia do algodão orgânico, que inclui cotonicultores no Ceará, fiações e tecelagens em São Paulo e cooperativas de costura nos estados do Sul. Deste modo, a economia solidária vai se revelando como instrumento válido de combate à pobreza e as desigualdades regionais e começa a se consolidar na forma dum sistema econômico diferenciado.

16. Assim, a Economia Solidária, por sua estratégia de reorganização dos processos econômicos e cadeias produtivas se converte ao mesmo tempo em uma estratégia de desenvolvimento endógeno (promovendo o empoderamento local ou micro-regional), numa estratégia de desenvolvimento nacional e de integração regional.

17. A Economia Solidária é uma das possibilidades que se abrem para a construção de uma globalização solidária por meio do estreitamento de relações entre os participantes de economia solidária nos diversos continentes e de sua articulação com outros movimentos sociais e políticos que afirmam uma outra concepção de desenvolvimento.

16. A transformação estrutural da economia brasileira, capaz de promover desenvolvimento sustentável com distribuição de riqueza e emancipação dos trabalhadores e trabalhadoras, crescimento econômico com a proteção dos ecossistemas, será fruto do avanço da economia solidária, exigindo-se, para tanto, um conjunto de alianças entre as organizações populares e solidárias do campo e da cidade.

16. Para isso a economia solidária está desafiada a apresentar soluções socioeconômicas para além dos problemas imediatos. Deverá constituir-se, igualmente, como protagonista de um movimento político que transcende essas demandas, construindo, a partir de seus eixos estratégicos, uma proposta efetiva de desenvolvimento para o país, que promova a inclusão social de toda a população e a melhor satisfação de suas necessidades e de seu anseio pelo exercício ativo da cidadania.

18.A economia solidária, enquanto estratégia de desenvolvimento, exige a responsabilidade dos Estados nacionais pela defesa dos direitos universais dos trabalhadores, que as políticas neoliberais pretendem eliminar. Ela preconiza um Estado democraticamente ativo, empoderado a partir da própria sociedade e colocado ao serviço desta, transparente e fidedigno, capaz de orquestrar a diversidade que a constitui e de zelar pela justiça social e pela realização dos direitos e das responsabilidades cidadãs de cada uma de todos.

18.O valor central e a soberania nacional num contexto de interação respeitosa com a soberania de outras nações. Transcendendo as fronteiras nacionais, haverá maior integração dos vários movimentos e redes existentes mundo afora, em especial na América Latina. A conjuntura atual abre um cenário favorável para ações de comércio justo internacional e transferências de tecnologias de economia solidária entre esses países com apoio de governos nacionais

EIXO TEMÁTICO II

O balanço do acúmulo da economia solidária e das políticas públicas implementadas.

Questões norteadoras:

Considerando a experiência histórica recente, quais as principais contribuições e principais limites da Economia Solidária?

Quais políticas governamentais tem melhor contribuído para o fortalecimento da Economia Solidária?

Quais os principais limites das políticas governamentais para a economia solidária?

22.A Economia Solidária tem um passado recente na construção de uma identidade e de um projeto histórico que resgata as mais remotas lutas de emancipação popular no campo econômico e estratégias econômicas fundadas na solidariedade vividas pela humanidade em diferentes momentos e lugares.

23.Nos primórdios do capitalismo, as relações de trabalho assalariado - principal forma de organização do trabalho nesse sistema - levaram a um tal grau de exploração do trabalho humano que trabalhadores e trabalhadoras organizaram-se em sindicatos e em empreendimentos cooperativados: os sindicatos como forma de defesa e conquista de direitos dos assalariados e os empreendimentos cooperativados, de autogestão, como forma de trabalho alternativa a exploração assalariada.

24.As mudanças estruturais, de ordem econômica e social, ocorridas no mundo nas últimas décadas, fragilizaram o modelo tradicional de relação capitalista de trabalho. O aumento da informalidade e a precarização das relações formais de trabalho afirmaram-se como tendência em uma conjuntura de desemprego em massa. São milhões de trabalhadores e trabalhadoras que se sujeitam a abdicar de seus direitos sociais para garantir a sua sobrevivência.

25.De outro lado, o aprofundamento dessa crise abriu espaço para o surgimento e avanço de outras formas de organização do trabalho, conseqüência, em grande parte, da necessidade dos trabalhadores encontrarem alternativas de geração de renda.

25.Na Economia Solidária, milhões de trabalhadores e trabalhadoras foram se

organizando de forma coletiva em projetos produtivos, cooperativas populares, redes de produção-consumo-comercialização e instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários. Pela economia solidária foram recuperadas centenas de empresas falidas. A agricultura familiar e os assentados da reforma agrária se organizaram em associações e cooperativas de produção, prestação de serviços, crédito. E, estes são apenas alguns avanços na organização social e econômica promovida por meio da economia solidária no país.

26. Portanto, a economia Solidária esta presente no campo e na cidade. No campo vem aprofundando relações com os agricultores familiares, com os trabalhadores rurais sem-terra e com os sindicatos de trabalhadores rurais, considerando os eixos da reforma agrária e da defesa da agricultura familiar na perspectiva da economia solidária. Na cidade, estabeleceu relações com os movimentos populares urbanos, sindicatos de trabalhadores e empreendimentos populares; com os eixos da reforma urbana, cidadania e redução da jornada de trabalho

27. Atualmente, a Economia Solidária vem crescendo de maneira muito rápida, não apenas no Brasil, mas também em diversos outros países. O mapeamento realizado em 2005 apontou que 70% dos empreendimentos solidários existentes no Brasil foram criados entre 1990 e 2005 e que deles participam 1 milhão e duzentos e cinquenta mil de trabalhadores e trabalhadoras, por meio de múltiplas formas de organização, nas quais predominam as associações, com 54%, vindo em seguida os grupos informais com 33 % e as cooperativas com 11 %. Das atividades desenvolvidas pela Economia Solidária resulta extensa variedade de produtos e serviços em todo o território nacional.

27. A Economia solidária avançou recentemente na sua articulação política e em sua organização econômica com a constituição de Fóruns, em especial, do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, Redes de produção e comercialização, organizações de representação de seus participantes etc. Isto tem permitido fortalecer as ações de elaboração coletiva e expressão conjunta de concepções e propostas, bem como de reorganização de fluxos econômicos, com vistas a fortalecer os processos de consumo, comercialização, intercâmbio, produção, financiamento e desenvolvimento tecnológico solidários.

28. Cresceu o número de entidades que oferecem assessoria e fomento à economia solidária em geral, associações sem fins lucrativos (ONGs) ou universidades (incubadoras "tecnológicas e grupos de extensão e prestação de serviços de apoio ao empreendimentos solidários, seja na forma de ações de formação (tanto técnica quanto econômica e política), seja na forma de apoio direto (em estrutura, assessoria, consultoria, elaboração de projetos e/ou oferecimento de crédito) para a incubação e promoção de empreendimentos.

32. A Economia Solidária esta ultrapassando a dimensão de iniciativas isoladas e fragmentadas para sua inserção nas cadeias produtivas, redes e articulações com processos de desenvolvimento territoriais se orientando cada vez mais rumo a uma articulação nacional e latino-americana.

33. Igualmente, são elementos que confirmam o avanço da Economia Solidária a criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em 2003, e o conjunto de iniciativas governamentais que desenvolveram um vasto conjunto de políticas de apoio e fomento a Economia Solidária. Outro avanço diz respeito às conquistas obtidas em municípios e estados com a proposição e aprovação de legislações específicas e de interesse da Economia Solidária.

34. No âmbito Federal, além da importante contribuição das ações da Secretaria Nacional de Economia Solidária, há um avanço significativo, e necessário, na participação de outros Ministérios e Órgãos Governamentais em ações de apoio e fortalecimento da Economia

Solidária. Em especial, na sua articulação com as políticas de enfrentamento a pobreza, segurança alimentar, agricultura familiar e reforma agrária, educação de jovens e adultos, ciência e tecnologia, desenvolvimento urbano, desenvolvimento territorial, saúde mental, meio ambiente, etc.

35.A criação do Conselho Nacional de Economia Solidária foi um importante passo para o avanço da Economia Solidária como política pública no âmbito do Poder Público Federal, visto que se trata de uma instância governamental com representações de diversos ministérios e de vários setores da sociedade civil, dentro da estratégia de democratização do Estado e de criação de instrumentos que permitam tanto a participação mais direta da sociedade civil na formulação de políticas públicas como a integração de ações interministeriais.

33.No âmbito internacional, a economia solidária se consolidou como questão central no Fórum Social Mundial, na articulação com as experiências de outros países, em especial, dos países da América do Sul.

EIXO TEMÁTICO III

Os desafios e prioridades para a construção de políticas públicas de Economia solidária, sua centralidade, a articulação com as demais políticas e os mecanismos de participação e controle social.

Questões norteadoras

Considerando o acúmulo existente:

Quais os principais desafios para a construção da política pública de Economia Solidária?

Quais devem ser as prioridades na estruturação da política de economia solidária?

Como consolidar as iniciativas governamentais existentes?

Como garantir integração e a transversalidade necessária com as demais políticas?

Como integrar as ações das diferentes esferas de governo?

Quais são os espaços de participação e controle social das políticas de economia solidária?

33.Um dos principais desafios que a economia solidária enfrenta no Brasil é tomar as políticas atuais que lhe dão apoio em políticas perenes, de Estado, deixando de depender da vontade dos diversos governos, que se sucedem. Para tanto, é necessário que a economia solidária ganhe relevância na cultura política nacional, isto é, que a sociedade inteira ou pelo menos a maior parte dela considere impensável deixar de apoiar os setores que praticam a economia solidária, construindo uma outra economia, alternativa a atual economia.

34.A existência da Secretaria Nacional de Economia Solidária, do Conselho Nacional de Economia Solidária e de órgãos semelhantes em estados e municípios contribui para este fim, mas não basta. Assim como não bastam leis que estipulam políticas de apoio à economia solidária, que podem ser cumpridas ou engavetadas.

35.Outro desafio diz respeito ao Estado Brasileiro. Ele ainda está arquitetado para promover o desenvolvimento capitalista e todos os seus instrumentos e mecanismos - para diagnosticar, planejar, executar e avaliar políticas e, no que diz respeito à economia

solidária procura subordiná-la a mesma lógica.

1. Concepção da Política Pública

36.A economia solidária não pode ser vista como residual, subordinada ou, quando muito, como compensatória aos impactos das crises do capitalismo. As políticas de apoio a Economia Solidária não podem reproduzir esta visão, pois desta forma impossibilitam a necessária ruptura com a reprodução da pobreza ou de precária sobrevivência.

37.O estabelecimento de políticas públicas de fomento a economia solidária torna-se parte da construção de um Estado Republicano e Democrático, pois reconhece a existência destes novos sujeitos sociais, novos direitos de cidadania e de novas formas de produção, reprodução e distribuição social, além de propiciar o acesso aos bens e recursos públicos para seu desenvolvimento, tal qual permite a outros segmentos sociais.

38.A política de economia solidária deve ser uma política de desenvolvimento, portanto, não deve ser relegada às políticas de corte assistencial ou compensatório, antes deverá ser alavanca emancipatória também para beneficiários daquelas.

39.Por ser política de desenvolvimento e por voltar-se para um público-alvo historicamente excluído, que sofre crescentes graus de pobreza, de violência urbana e exclusão social, esta política demanda ações transversais que articulem instrumentos das várias áreas (educação, saúde, trabalho, habitação, desenvolvimento econômico, tecnologia, crédito, entre outras) para criar um contexto de emancipação e sustentabilidade.

40.E também fundamental, que as políticas de fomento a economia solidária considerem a diversidade dos sujeitos desta economia, a diversidade de suas organizações e demandas. Desta forma, é necessário estruturar uma política que permita um acesso diferenciado e escalonado aos seus instrumentos e mecanismos, atingindo patamares cada vez mais sustentáveis de desenvolvimento e pertencimento social. São necessárias políticas que promovam a redistribuição de renda, bens e recursos, que permitam acesso aos direitos sociais e que promovam o desenvolvimento econômico.

41.Finalmente, as políticas de fomento a economia solidária devem reconhecer e fortalecer a organização social dos trabalhadores e a constituição do sujeito político deste setor, elementos fundamentais para a institucionalização dos direitos e para o fortalecimento das esferas públicas democráticas no país. Nessa direção, o controle social das políticas públicas é questão de princípio e deve ser processual e permanente.

2. Objetivos da Política Pública

42.Uma política pública de fomento a economia solidária deve perseguir pelo menos os seguintes objetivos:

- i. Contribuir para a concretização dos preceitos constitucionais que garantem aos cidadãos e cidadãs o direito a uma vida digna;
- ii. Fortalecer e estimular a organização e participação social e política da economia solidária ampliando sua visibilidade e legitimidade;
- iii. Reconhecer e fomentar as diferentes formas organizativas da economia solidária;
- iv. Promover o desenvolvimento sustentável, democrático, incluyente e socialmente justo.
- v. Contribuir para a erradicação da pobreza, para a inclusão social e para a equidade de gênero e etnia;
- vi. Ampliar os mecanismos políticos para garantir o acesso da economia popular solidária aos instrumentos de fomento;

vii. Promover a integração e a inter-setorialidade das várias políticas públicas que possam fomentar a economia popular solidária nos e entre os entes federados do Estado;

3. Prioridades para a Política de Economia Solidária

44. Para avançar na superação dos desafios e na realização de seus objetivos a política pública de economia solidária devesse priorizar as ações voltadas à superação dos principais gargalos existentes para a consolidação dos empreendimentos econômicos solidários: comercialização e distribuição da produção; acesso e organização dos serviços de crédito; reconhecimento jurídico de suas organizações e atividades desenvolvidas; formação, assistência e desenvolvimento tecnológico. A superação dos limites requer, igualmente, uma maior articulação da economia solidária com outras políticas setoriais.

45. Por mecanismos que favoreçam a inserção da economia solidária no mercado interno e a implementação de mecanismos de proteção e salvaguardas ao mercado externo. Para favorecer a comercialização são necessárias ações voltadas à qualificação dos produtos e serviços, garantir logística para o armazenamento e distribuição e a multiplicação dos espaços de comercialização.

46. Avançar e consolidar ações e programas existentes, como a construção do Programa Nacional de Feiras de Economia Solidária, a formação de Redes e Cadeias Produtivas entre os empreendimentos, além de inúmeras outras iniciativas desenvolvidas pela economia solidária.

47. Aproveitar o poder de compra do Estado para o fortalecimento dos empreendimentos de economia solidária, destinando um percentual das suas compras para este setor, a exemplo do que já ocorre em outros países e que aqui no Brasil vem acontecendo pela ação do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA coordenado pela CONAB.

48. Quanto ao marco regulatório, o cooperativismo brasileiro está em processo intenso de crescimento e mudança, o que torna obsoleto o marco legal vigente que deve regulá-lo. A lei geral do cooperativismo em vigor é de 1971, quando a ditadura militar estava em seu auge autoritário. É necessário substituí-la por uma lei que assegure, antes de mais nada, a liberdade de representação de todas as correntes que formam o cooperativismo nacional.

49. É essencial conquistar reconhecimento na lei para as cooperativas de trabalhadores, camponeses, mulheres artesãs, etc. Facilitar o registro dos grupos informais de produção, reduzindo o número mínima de vinte sócios e as exigências burocráticas, que requerem muito dinheiro e tempo para sua formalização.

49. Além disso, faltam leis para regular classes de cooperativas, com problemas próprios. As cooperativas de trabalho sofrem sob uma dupla opressão: a presença desmoralizadora das cooperativas (que espoliam os trabalhadores de seus direitos) e a ação fiscalizadora, que impede aos trabalhadores de se organizar em cooperativas para disputar o mercado de serviços terceirizados. É necessária uma legislação que elimine as falsas cooperativas e garanta as verdadeiras, o que só pode ser alcançado, assegurando-se ao trabalhador cooperante os direitos trabalhistas consignados na Constituição. Para tanto, propomos um Programa Nacional de Fomento das Cooperativas de Trabalho, para que elas possam gerar renda suficiente visando, para cada associado, ao menos ganhos mensais não menores do que o salário mínimo ou o mínimo profissional.

50. Igualmente, propomos uma legislação para regular a cooperativa social, que dará oportunidade as pessoas portadoras com deficiências, portadoras de transtornos mentais, ex-detentos, dependentes de drogas etc. de se organizar solidariamente.

51. Ampliar e consolidar linhas de crédito apropriadas às características, diversidades e necessidades dos empreendimentos econômicos solidários. Construção de mecanismos que permitam o acesso diferenciado e escalonado ao crédito, bem como, o aval

solidário.

52. Uma ação voltada à democratização do crédito deveria valorizar iniciativas existentes na área das finanças Solidárias. As cooperativas de crédito e muitas entidades operadoras de microcrédito de nosso país estão criando condições próprias e apropriadas para capitalizar os empreendimentos de economia Solidária demandantes de recursos. A política de crédito deveria, igualmente, consolidar e ampliar a experiência dos Bancos Comunitários, os fundos rotativos, os sistemas de moedas sociais circulantes locais, lastreadas em moeda nacional, etc.

53. O fortalecimento da economia Solidária requer uma ampla e articulada ação de formação/capacitação, assistência técnica. Além da ampliação da inserção da Economia Solidária nos programas existentes voltados para a elevação de escolaridade e qualificação social e profissional é necessário implantar uma rede nacional de assistência técnico-gerencial e acompanhamento aos empreendimentos econômicos solidários e consolidar a implementação de uma rede de agentes comunitários (de desenvolvimento solidário) para promover a articulação da economia Solidária aos processos de desenvolvimento territorial.

54. Incentivar as ações de extensão das Universidades e Centros de Pesquisa para a produção de tecnologias alternativas adequadas a Economia Solidária, programas de financiamento e a participação da economia solidária nos Fóruns de Ciência e Tecnologia. Difundir e ampliar a troca de experiências e tornar acessíveis as novas tecnologias aos empreendimentos solidários, tais como o software livre.

55. Garantir a presença e articulação da economia Solidária com outras políticas setoriais como reforma agrária, a agricultura familiar, a saúde, a educação, o meio ambiente, a mineração, o combate à discriminação, o combate à pobreza entre outras.

56. Neste sentido, a Economia Solidária no Estado brasileiro tem que se espalhar e interagir com diferentes espaços de governo no âmbito nacional, bem como articular-se com outras em níveis estadual e municipal. Dessa forma, constitui-se como política transversal que expande as possibilidades de geração de trabalho e renda, amplia as políticas de combate à pobreza e se torna importante instrumento em estratégias de desenvolvimento endógeno.

57. Relacionamento e papéis dos Entes Federados

58. Na construção e implementação de uma política pública de qualquer natureza, e em particular de economia Solidária, deve-se buscar uma ação integrada e complementar entre os Entes da Federação, evitando sobreposição de iniciativas e fragmentação de recursos.

59. Integrar e complementar as ações a partir da visão de que os recursos públicos provêm de uma única fonte - os cidadãos e cidadãs - permite potencializar o uso e os impactos; aglutinar as forças sociais em torno de políticas públicas abrangentes e que se fixam cada vez mais como políticas de Estado, como direitos, rompendo com as políticas de balcão. O conjunto destas ações deve ser fator de estímulo à criação de esferas públicas onde se discute de forma transparente a destinação dos recursos com todos os sujeitos políticos.

59. Da mesma forma e pelas mesmas razões, é necessário buscar a integração e complementaridade das ações de cada Ente da Federação no seu próprio âmbito.

60. Participação e Controle Social

61. Tendo por princípio a construção do Estado Republicano e Democrático, a participação e o controle social são elementos constitutivos fundamentais das políticas públicas. A

participação e o controle social dos sujeitos sociais e políticos devem estar presentes na formulação, desenvolvimento e avaliação das políticas, visando seu aperfeiçoamento constante e sua legitimação social.

62.O objetivo da participação e do controle social e a construção de esferas públicas de poder, onde os diferentes atores sociais possam negociar de forma transparente e em igualdade de condições os seus interesses pensados na relação com a coletividade.

63.Esta esfera pública pode adquirir diferentes formas: conselhos, fóruns, orçamento participativo, comissões, etc. o principal desafio é não reduzi-las a "clubes fechados" que advogam em causa própria e privatizam o "público" como muitas vezes temos assistido na história recente do país. A esfera pública é o lugar de negociar os conflitos e os interesses diversos e de construir compromissos públicos comuns.

64.No âmbito das políticas públicas de economia Solidária, há um processo intenso e tenso em curso na perspectiva da construção desta esfera pública. Dado o surgimento recente da economia popular Solidária na agenda pública do país, embora sejam muitos os atores sociais empenhados na sua construção, os sujeitos políticos deste setor ainda estão emergindo, identificando-se, criando alteridades políticas, formando-se, ocupando seu lugar no cenário político. Ainda estão em discussão os papéis dos diferentes atores (empreendimentos e organizações representativas destes, entidades de apoio e de fomento, governos, etc).

64. Há uma importante complementaridade de papéis entre estes diferentes atores, embora estas alteridades ainda estejam em negociação. O sujeito político que tem potencial de representação, formulação e legitimação social das demandas da economia Solidária são as organizações coletivas de caráter popular e solidário. As entidades de apoio e de fomento, que fazem parte deste sujeito, por sua vez, tem um papel crucial no seu fortalecimento em sua afirmação, bem como na formulação de políticas públicas adequadas ao setor.

65.Os governos democráticos têm a capacidade de facilitar o processo de avanço, e consolidação do desenvolvimento sócio-econômico solidário do Brasil, reconhecendo o sujeito político da economia Solidária e criando espaços de participação em que se construam programas de governo que atendam as demandas do setor e que abram caminho para institucionalizar políticas públicas de estado em seu favor. O desafio está na agregação destes diferentes atores e papéis na sua interlocução institucional com outros atores e sujeitos políticos, que compõem as esferas públicas, para que se estabeleçam políticas públicas, perenes, para este setor, com base nesta interlocução entre o estado e o sujeito político da economia Solidária.

Anexo 2 – Roteiro de Entrevista Semi-estruturado

Perguntas norteadoras

- 1) Conte-me sobre você (sua história de vida: onde nasceu, pais, irmãos, escola, casamento, filhos)
- 2) Já trabalhou? Onde? Com que regime de trabalho?
- 3) Como Chegou na Comunidade Monte Moriá?
- 4) O que lhe vem a cabeça quando falo a palavra Cooperativa?
- 5) Qual é a possibilidade de construir uma cooperativa?
- 6) Qual é o significado em trabalhar em grupo para gerar renda?
- 7) O que deseja trabalhar (produto) no grupo?
- 8) O que falta para o grupo começar a trabalhar?
- 9) Porque permaneceu no grupo? O que a mantêm?
- 10) Como percebeu a saída das outras mulheres?
- 11) Comentários gerais.

Anexo 3 – Consentimento Informado

Termo de Consentimento Informado, Livre e Esclarecido

Prezado(a) entrevistado(a):

Solicitamos sua participação voluntária no projeto de pesquisa de doutorado em psicologia social intitulado _____, de autoria de Marilene Zazula Beatriz(Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). Esse projeto pretende conhecer a maneira como as pessoas compreendem e fazem a geração de trabalho e renda. Os procedimentos adotados serão a análise de documentos e a realização de entrevistas como esta. Espera-se, com esta pesquisa, enriquecer o debate sobre o tema.

A qualquer momento, você poderá solicitar esclarecimentos sobre o trabalho que está sendo realizado e, sem qualquer tipo de cobrança, poderá desistir de sua participação. A pesquisadora está apta a esclarecer esses pontos e, em caso de necessidade, dar indicações para contornar qualquer dúvida ou problema que possam surgir em decorrência da pesquisa.

Os dados obtidos nesta pesquisa serão utilizados na publicação de artigos científicos, contudo, assumimos a total responsabilidade de não publicar qualquer dado que comprometa o sigilo de sua participação. Nomes, endereços e outras indicações pessoais não serão publicados em hipótese alguma. Os bancos de dados gerados pela pesquisa só serão disponibilizados sem esses dados. Na eventualidade de sua participação nesta pesquisa causar qualquer tipo de dano a sua pessoa, a pesquisadora compromete-se a reparar este dano, ou prover meios para a reparação. Sua participação será voluntária, não recebendo por ela qualquer tipo de pagamento.

Aceite de Participação Voluntária

Eu, _____, declaro que fui informado dos objetivos da pesquisa supramencionada e concordo em participar voluntariamente da mesma como entrevistado. Declaro que possuo cópia do Termo de Consentimento Informado, Livre e Esclarecido que ora assino. Sei que a qualquer momento posso revogar este aceite e desistir de minha participação, sem a necessidade de prestar qualquer informação adicional. Declaro, também, que não recebi nem receberei qualquer tipo de pagamento por esta participação voluntária.

Curitiba, ____ de _____ de 2006.

Voluntário _____

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)